



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS MORRINHOS
MESTRADO EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**GOIÂNIA-GO. UM PROJETO DE CIDADE JARDIM QUE NÃO RESISTIU À
FORÇA DO PROGRESSO E DO CAPITAL IMOBILIÁRIO: 1930-2010**

Susana Sardinha Beker

Morrinhos - GO
Novembro , 2016

Catálogo na Fonte
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

Beker, Susana Sardinha

Goiânia-GO : um projeto de cidade jardim que não resistiu à força do progresso e do capital imobiliário: 1930-2010 / Susana Sardinha Beker – 2017.

167 p.

Orientador: **Hamilton Afonso de Oliveira.**

Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos, 2017.

1. Meio ambiente. 2. Planejamento socioambiental. 3. Planejamento urbano. 4. Sustentabilidade. 5. Cidades sustentáveis. I. Oliveira, Hamilton Afonso de. II. Título.

CDU 502.3

SUSANA SARDINHA BEKER

**GOIÂNIA-GO. UM PROJETO DE CIDADE JARDIM QUE NÃO RESISTIU À
FORÇA DO PROGRESSO E DO CAPITAL IMOBILIÁRIO: 1930-2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ambiente e Sociedade, da Universidade Estadual de Goiás como parte dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira

Morrinhos - GO

2016

SUSANA SARDINHA BEKER

**GOIÂNIA-GO: UM PROJETO DE CIDADE JARDIM QUE NÃO RESISTIU À
FORÇA DO PROGRESSO E DO CAPITAL IMOBILIÁRIO: 1930-2010**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em ____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira
Presidente da Banca
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Aristides Moysés
Membro Externo
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof. Dr. Robson M. Pereira
Membro Externo
Universidade Estadual de Goiás

Ao primeiro que vi dedicar horas do dia e da noite estudando...

Santinonen Sardinha de Oliveira (in memoriam)

Meu amado Pai

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até aqui, cuidar de mim de uma forma especial, muitas vezes me carregando no colo.

À minha mãe, Adalgiza Beker de Barros Sardinha, que sempre dedicou sua vida a nós, filhos, trabalhando para que pudéssemos dedicar nosso tempo aos estudos. Ao lado de nosso pai nunca nos deixou faltar nada e nesta reta final de estudo foi meu grande apoio. Sem você teria sido muito mais difícil.

Ao meu marido, John Moreira Domingos, meu grande incentivador. Das muitas vezes quando me senti incapaz, lá estava para mostrar que podia muito mais do que eu imaginava.

À minha pequena filha, que tão jovem, que à sua maneira foi compreensiva ficando longe da mamãe sem chorar.

Aos meus familiares que compreenderam a minha falta nos encontros de família. Vocês sem dúvida fazem parte desta conquista.

Ao professor Hamilton Afonso de Oliveira, orientador, por ter aceitado acompanhar-me neste trabalho.

A todos os colegas de curso, grandes companheiros nesta longa caminhada. À Ana Paula Oliveira, companheira de estrada. Conversamos durante horas no percurso Morrinhos/Hidrolândia. À Ariane, companheira de quarto. Foram muitas as noites juntas. À Hayala, sempre disposta a ajudar quando tínhamos dificuldades, mesmo matando três semanas de aula. À Grazy, pelas discussões nas áreas de humanas e biológicas. Ela aprendeu que as discussões morriam dentro da sala de aulas e fora deveríamos esquecer nossas diferenças. À Cristiele. Com seu jeito simples de ser conquistou um lugar muito especial em meu coração.

Aos professores do Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Ambiente e Sociedade que muito contribuíram para minha formação. Seja nas disciplinas seja nas conversas e reuniões do colegiado. Certamente levarei boas lembranças e muitos ensinamentos de todos vocês.

Aos muitos amigos e irmãos sem os quais não teria concluído este trabalho e em especial a Lara Ferigatto, Stefanne Caroline, Raquel Nunes, Rafaela Nunes, Gustavo Luiz e Pêrsio Moreira Domingos.

"A importância destas áreas (verdes) deve ser considerada no momento em que se planeja a cidade, de forma a tirar vantagem de todas as possibilidades ecológicas, estéticas e sociais que elas podem oferecer, e assim contribuir, tanto para a qualidade ambiental urbana, quanto para a qualidade de vida da população". (LONDE, MENDES, 2014, p. 270)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bairro operário de Londres no século XIX.

Figura 2: Bairro operário de Londres no século XIX.

Figura 3: Cortiço do Rio de Janeiro no século XX - 1905.

Figura 4: Cortiço, tipo estalagem, do Rio de Janeiro no século XX - 1906.

Figura 5: Casas de morros do Rio de Janeiro no século XIX- 1912.

Figura 6: Favela Rio de Janeiro no século XIX - década 1920.

Figura 7: Cortiço de São Paulo início do século XX.

Figura 8: Cortiço de São Paulo início do século XX.

Figura 9: Aldeia construída por Owen, gravura 1825.

Figura 10: Planta da Aldeia industrial de Fourier.

Figura 11: Sistema de cidades satélites (Cidades-Jardins).

Figura 12: Zoneamento de Cidades-Jardins.

Figura 13: A Cidade-Jardim e seu entorno rural.

Figura 14: Primeiros núcleos urbanos do Estado de Goiás - 1809.

Figura 15: Cidades surgidas no Estado de Goiás - 1920.

Figura 16: Cidades sugeridas para serem Capital do Estado de Goiás.

Figura 17: Obras de abertura da Av. Central, atual Av. Rio Branco, Rio de Janeiro - 1904.

Figura 18: Avenida Central - Rio de Janeiro -1909.

Figura 18a: Igreja do Amparo primeiro prédio construído no Centro de Teresina

Figura 19: Planta Urbanística da Cidade de Belo Horizonte.

Figura 20: Plano Piloto de Brasília.

Figura 21: Atílio Corrêa Lima.

Figura 22: Perspectiva apresentada por Agache no projeto de Remodelação do Rio de Janeiro.

Figura 23: Equipe da Remodelação de Recife - Atílio ao centro.

Figura 24: Projeto de zoneamento para a cidade de Goiânia - 1935.

Figura 25: Terras adquiridas para implantação da nova capital e delimitação das áreas verdes a serem preservadas junto aos córregos.

Figura 26: Localização da cidade de Goiânia.

Figura 27: Anteprojeto de Atílio Correia Lima - 1933.

Figura 28: Disposição dos Parques e Bosques no projeto de construção de Goiânia - 1933.

Figura 29: Foto Aérea de Goiânia na década de 1930.

Figura 30: Delimitação dos parques e bosque sobre foto aérea da década de 1930.

Figura 31: Planta de Orientação Geral de Goiânia aprovada pelo Decreto Lei 90-A de 1938.

Figura 32: Delimitação dos Parques conforme Planta Geral de 1938.

Figura 33: Planta Geral de Urbanização de Goiânia - 1947.

Figura 34: Bosque e Parques. Plano Urbanístico - 1947.

Figura 35: Delimitação Parques sobre a ocupação urbana - Atílio 2016.

Figura 36: Vista do Parque Botafogo e Parque Mutirama.

Figura 37: Quadras que foram aprovadas na área do Parque Botafogo.

Figura 38: Ocupações irregulares ao redor do Parque Botafogo.

Figura 39: Invasões do Setor Sul ao longo do córrego Botafogo.

Figura 40: Obras da ciclovia junto ao Córrego Botafogo - 1980.

Figura 41: Obras de canalização do Córrego Botafogo - 1976.

Figura 42: Obras da Marginal Botafogo - 1990.

Figura 43: Quadras do Setor Oeste aprovadas na delimitação do Parque dos Buritis.

Figura 44: Ocupação da Área Parque Linear Buritizal.

Figura 45: Canalização do Córrego Buritis.

Figura 46: Delimitação da área do Parkway Capim Puba.

Figura 47: Ortofoto 2011. Córrego Capim Puba trecho Av. Anhanguera a Av. Independência.

Figura 48: Área destinada à Reserva Florestal - Localização do Cemitério das Palmeiras.

Figura 49: Localização do Parque Paineira no Plano Urbanístico de 1938.

Figura 50: Plano Urbanístico Setor Sul - 1938.

Figura 51: Foto Aérea do sítio inicial de Goiânia no início da década de 1950.

Figura 52: Foto Aérea do sítio inicial de Goiânia no início da década de 1950.

Figura 53: Ocupação ao longo do Córrego Botafogo ao sul do Parque Botafogo - 1961.

Figura 54: Ocupação ao longo do Córrego Botafogo ao norte do Parque Botafogo - 1961.

Figura 54a: Imagem da Vereda dos Buritis - 1961.

Figura 55: Fotos Aéreas do núcleo central de Goiânia - 1968.

Figura 56: Fundos de vale PDIG -1969.

Figura 57: Fotos aéreas do sítio inicial de Goiânia - 1975.

Figura 58: Foto aérea do sítio inicial de Goiânia - 1988.

Figura 59: Fotos Aéreas - 1992.

Figura 60: Mapa de Zoneamento conforme Lei Complementar 031/94.

Figura 61: Foto aérea do sítio inicial de Goiânia - 1992.

Figura 62: Rede Hídrica Estrutural - Unidade de Conservação e Áreas Verdes - 2007.

Figura 63: Áreas de usos sustentáveis e unidades de conservação - Plano Diretor 2007.

Figura 64: Delimitação dos Parques e Bosque da área de estudo - Plano Diretor 2007.

Figura 65: Parque Linear Botafogo implantando.

Figura 66: Foto de Satélite - 2002.

Figura 67: Ortofoto 2011 - Núcleo Inicial.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento Populacional da América Latina (em milhares).

Gráfico 2: População Urbana e Rural do Brasil 1940-2010.

Gráfico 3: Crescimento da População Urbana Região Centro-Oeste 1960-2010.

Gráfico 4 : População da Cidade de Goiânia 1940-2010.

Gráficos 6, 7, 8, 9 e 10: Distribuição relativa dos aglomerados urbanos e da população 1940-1980.

Gráfico 10: Áreas de parques e Bosques no sítio inicial de Goiânia.

Gráfico 11: Evolução da densidade demográfica de Goiânia.

Gráfico 12: Estimativa de expansão das áreas verdes de conservação e preservação de Goiânia conforme previsto no projeto de construção de Atilio Correia Lima.

LISTA TABELAS

- Tabela 1:** Classificação dos espaços livres pelas suas categorias e medidas em hectares segundo Plano Diretor da cidade de Goiânia por Atílio Correia Lima.
- Tabela 2:** Classificação dos espaços verdes para uma cidade ambientalmente saudável.
- Tabela 3:** Comparação do tamanho e área por habitantes.
- Tabela 4:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Planta Geral de 1938.
- Tabela 5:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Planta Geral de Urbanização de 1947.
- Tabela 6:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Plano Diretor de Luis Saia - 1962.
- Tabela 7:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Plano de Desenvolvimento Integrado - 1969.
- Tabela 8:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Plano de Desenvolvimento Integrado - 1991.
- Tabela 9:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Plano de Desenvolvimento Integrado - 1991.
- Tabela 10:** Comparativo das áreas de Parques e Bosques. Plano Atílio e Plano Diretor - 2007.

LISTA DE ABREVIATURAS

SIGGO - Sistema de Informação Geográfica de Goiânia.

AMMA - Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia.

SEPLANH - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.

CELG - Centrais Elétricas de Goiás S.A.

PDIG - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia.

IPLAN - Instituto de Planejamento Municipal.

RESUMO - Compreender como a cidade se relaciona com o meio natural onde se estabelece e quais intervenções no mesmo permite compreender os fatores socioculturais da nossa história é uma reflexão indispensável para o planejamento socioambiental das cidades. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo mostrar que o projeto de construção de Goiânia, idealizado por Atílio Correia Lima, se aproxima dos princípios de urbanização das cidades sustentáveis do século XX, tendo sido inspirado no estilo arquitetônico de cidades jardins de Ebenezer Howard. A futura capital do Estado de Goiás foi pensada com o objetivo de manter o equilíbrio entre natureza, sociedade e economia com amplos espaços destinados a praças, jardins e áreas de lazer visando garantir a qualidade de vida dos futuros moradores. No entanto, a história de Goiânia mostra como o projeto inicial sucumbiu ao imprevisto, cedendo à pressão imobiliária. O poder público, em razão da crescente demanda econômica, demográfica e social após 1950, não conseguiu manter a originalidade dos traçados que garantiam a manutenção e a preservação das áreas verdes as quais foram ilegalmente ocupadas, doadas e "legalizadas" com a conivência do poder público estadual e municipal.

PALAVRAS-CHAVES - Goiânia. Sustentabilidade. Desenvolvimento. Urbanização.

ABSTRACT - Understanding how the city connects with the environmental where is located and all the interferences in this environmental, could help to comprehend socialcultural factors of our history, wich is indispensable reflection for the social-environmental cities planning. In this perspective, the present study aims to show that the Goiânia construction project, designed by Atílio Correia Lima, based on the principles of a sustainable city that wasinspired by the architectural style of garden cities of Ebenezer Howard. The future capital of the State of Goiás was designed with the goal of keeping the balance between nature, society and the economy to ensure the quality of life for future residents with ample spaces for squares, gardens and recreational areas. However, the Goiânia's history shows that planning succumbed to the improvise. The Public Power due to increasing economic demand, demographic and social after 1950 failed to maintain the originality of the traces that ensured maintenance and the preservation of green áreas, wich have been occupied, donated and legalized with the connivance of the State and Municipal Government.

KEYWORDS - Goiânia. Sustainability. Development. Urbanization.

Sumário

INTRODUÇÃO	17
CAPITULO 1 - O CRESCIMENTO DAS CIDADES: OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS DAS NOVAS PROPOSTAS URBANÍSTICAS	20
1.1 Cidades Industriais Inglesas: formação e ocupação do espaço urbano no século XVIII e XIX. 22	
1.1.1 Revolução Industrial e Agrícola e a influências sobre o crescimento das cidades	22
1.1.2 Migração e crescimento das Cidades Inglesas	24
1.1.3 Condições Ambientais Urbanas das cidades industriais	27
1.2 Cidades da América Latina e brasileiras do final do século XIX e início século XX.....	28
1.2.1 Crescimento populacional e condições de moradia da população urbana na América Latina	28
1.2.1 O Brasil e a ocupação urbana das suas metrópoles - São Paulo e Rio de Janeiro.....	30
1.3 As Primeiras propostas urbanísticas Inglesas.....	36
1.4.2 Cidade-Jardim: proximidade com fundamentos de cidades sustentáveis	44
CAPITULO 2 - GOIÂNIA-GO: DA IDEIA DE MUDANÇA AO PROJETO MODERNO DE CIDADE JARDIM.....	51
2.1 Primeiras cidades de Goiás	51
2.2 A Mudança da capital.....	57
2.3 Cidades Modernas do Brasil e a Emergência das Cidades Planejadas.....	61
2.4 ATÍLIO CORRÊA LIMA	66
.....	70
2.5 O Projeto de Goiânia.....	70
2.6 Áreas Verdes e Parques Urbanos do Núcleo inicial de Goiânia	77
CAPITULO 3 - O CRESCIMENTO URBANO E AS MUDANÇAS NO PROJETO ORIGINAL DE CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA	83
3.2 O crescimento da população urbana brasileira.....	89
3.2.1 Crescimento de Goiás e Goiânia.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157

INTRODUÇÃO

As discussões atuais sobre preservação ambiental, sustentabilidade e qualidade de vida urbana têm se acentuado e ampliado seu escopo para além das perspectivas locais. As relações urbanas necessitam ser pensadas e planejadas a partir de uma visão socioambiental, onde o crescimento das cidades e as necessidades de seus moradores garantam o mínimo de equilíbrio ecológico e crescimento urbano sustentável.

Goiânia nasceu como cidade planejada, cujo projeto idealizado pelo urbanista Atílio Correa Lima na década 1930 seguia o padrão europeu de cidades-jardins. O urbanista, na tentativa de garantir a qualidade de vida dos futuros moradores, destinou amplas áreas verdes objetivando garantir a preservação das nascentes dos córregos Capim-Puba e Botafogo, destinando assim grandes espaços a praças, jardins e áreas de lazer. Este projeto precedeu às discussões modernas sobre sustentabilidade cujos princípios permeiam as atuais questões sobre sustentabilidade ecológica urbana.

Nosso objetivo é mostrar como o projeto original idealizado em 1933 poderia garantir no século XXI uma cidade ecologicamente sustentável. Entretanto, as modificações posteriores que ocorreram nos planos urbanísticos originais, acabaram por comprometer a manutenção das áreas verdes e a preservação das nascentes, dos cursos d'água e dos bosques sugeridos no plano de Atílio Correa Lima. Também mostraremos como o poder público, em razão da crescente demanda econômica e social, ao longo do século XX, não teve interesse em manter na íntegra os traçados originais, permitindo que estas áreas fossem ocupadas por loteamentos e obras públicas.

O objeto de estudo deste trabalho enquadra-se nas ciências factuais sociais/históricas, (MARCONI E LAKATOS, 2011), pois busca estudar eventos já ocorridos no processo de urbanização¹ em nível mundial - cidades industriais inglesas, regional - história de Goiás e local - desenvolvimento de Goiânia.

Através da revisão bibliográfica foi possível estabelecer a relação histórica do objeto de estudo com a realidade atual, fazendo inter-relação dos fatos, constituindo assim o referencial teórico indispensável como fontes de informações para conhecer o passado (MARCONI E LAKATOS, 2011); (GIL, 2002).

¹ Adotaremos para urbanização o conceito de Milare que assim define: "Urbanização é o processo de incremento da população de uma cidade, devido a taxa de crescimento provocado pro fluxos migratórios, em geral provenientes do campo: é *quantitativo*." (MILARE, 2008, p. 49)

Tendo em vista uma perspectiva dos fatos, o método usado será histórico/comparativo (BASTOS, 2012), pois visa confrontar eventos históricos do século XVIII e XIX com fatos ocorridos no século XX e XXI em espaços geográficos e tempos distintos. Os métodos, histórico e comparativo, são assim definidos:

[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componente, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. (LAKATOS, MARCONI, 2010, p. 89)

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo. (GIL, 2010, p. 34)

Para este trabalho foi realizada revisão bibliográfica de documentos específicos sobre a construção de Goiânia como a planta e plano diretor proposto por Atílio Corrêa Lima, bem como sobre o conceito de cidade-jardim. Foram usados registros fotográficos aéreos e de satélite do sítio inicial da cidade a fim de ilustrar o processo de ocupação e urbanização da área proposta para estudo.

Desenvolveu-se a análise de documentos históricos importantes, mapas das áreas destinadas a parques e bosques, com destaque para os projetos urbanísticos e planos diretores, relatório urbanístico, dados populacionais, plantas de urbanização de bairros de interesse da pesquisa, mapas de loteamentos aprovados legalmente nas áreas de preservação permanente e das invasões regularizadas no processo histórico de apropriação das áreas verdes do núcleo inicial de Goiânia.

Para cálculo das áreas verdes, desde o plano urbanístico de Atílio Correa Lima e outros planos apresentados posteriormente, bem como medição aproximada das áreas existentes em diferentes décadas, através de fotos aerofotométricas, o arquiteto e urbanista John Moreira Domingos procedeu o calculo utilizando o programa AutoCad 2000. Tendo como base o mapa oficial do Sistema Integrado de Geoprocessamento de Goiânia - SIGGO as imagens e mapas foram ajustados à escala do SIGGO e utilizado a ferramenta de cálculo das mesmas. Para os mapas e fotos de satélite e ortofoto mais recente foram utilizadas o método e ferramentas do próprio SIGGO para medição das áreas e extensões.

No primeiro capítulo foram considerados os fatos particulares ocorridos na Inglaterra no período da revolução industrial com o processo de urbanização decorrente do novo sistema econômico capitalista e a perspectiva de acúmulo do capital que acabaram por influenciar o desenvolvimento urbano em nível mundial. Analisamos diversos problemas gerados pelo

crescimento urbano, da situação dos moradores e as diversas propostas urbanísticas feitas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população de Inglaterra do século XIX, em especial a proposta de Ebenezer Howard a qual chama a atenção pela integração das estruturas urbana, política e social. Esta proposta não tinha como fundamento questões sobre sustentabilidade urbana, tendo em vista que não era uma discussão do século XIX, no entanto, possui algumas características próximas das propostas de sustentabilidade urbana do século XX.

O Capítulo dois foi dedicado à história da mudança da nova capital de Goiás, seu contexto político e econômico, até a concretização do projeto urbanístico de responsabilidade do arquiteto e urbanista Atílio Correa Lima tendo como principal característica o modelo europeu das cidades-jardins. Em seguida foi analisado o projeto e plano diretor apresentado, e suas perspectivas que se aproximam do ideal de sustentabilidade ecológica.

No terceiro capítulo são analisadas as mudanças ocorridas no projeto inicial de Goiânia que levaram à perda das áreas verdes mediante ocupações irregulares e parcelamentos que não cumpriam as exigências urbanísticas sugeridas, as quais resguardariam a preservação, em especial, das matas ciliares.

O quarto capítulo foi dedicado ao estudo dos planos diretores posteriores ao de Atílio Correia Lima elaborados a partir da década de 1960, bem como das legislações que previam a preservação das áreas verdes e o último plano diretor aprovado em 2007 cujo principal alicerce era a sustentabilidade.

A execução da proposta desta pesquisa propõe uma reflexão sobre a história de Goiânia-Goiás, cujos resultados apresentados buscam ampliar as discussões sobre sustentabilidade ecológica e social. Não se pretende alcançar neste estudo um conhecimento definitivo ou infalível, mas propor indagações e hipóteses sobre os fatos ocorridos e existentes em nossa sociedade, pautadas em aspectos sintáticos, epistemológicos e genéricos.

CAPITULO 1 - O CRESCIMENTO DAS CIDADES: OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS DAS NOVAS PROPOSTAS URBANÍSTICAS

As primeiras organizações sociais humanas se deram a partir da formação de aldeias com o objetivo de se defender dos perigos externos, cultivar terrenos, armazenar alimentos e criar animais. Essas comunidades passaram de nômades para o sedentarismo fixando-se e desenvolvendo atividades em locais específicos. Ao tornar-se sedentário o homem começou a desenvolver técnicas que permitiram transformar a natureza e o meio, adequando-os às suas necessidades, indo além da coleta de alimentos e da utilização dos meios naturais para abrigo noturno e do tempo (BENEVOLO, 1993; ROCHA, 2011).

Ao se fixarem, os aglomerados humanos cresceram, dando origem às primeiras cidades e grandes civilizações, com áreas maiores de ocupação e divisão do trabalho e com número maior de pessoas agregadas vivendo no mesmo espaço comunitário. As pessoas reunidas nas cidades já não estavam ligadas apenas com o intuito de proteger-se, cuidar das pequenas plantações, criar animais domésticos, como nas aldeias, mas também por outras atividades como produção e prestação de serviços agregadas ao espaço urbano. Segundo Neira Alva (2013), as cidades tornaram-se o local de diversas atividades importantes, centros econômicos locais, regionais e até transnacionais, bem como sedes da autoridade política e espaços de sociabilidades diversas. Quanto ao surgimento e fortalecimento da sociedade Benevolo conclui que:

[...] a cidade - local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade - nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma como podemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não tem esta obrigação e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total (BENEVOLO, 1993, p. 23).

O crescimento das cidades foi possível graças ao desenvolvimento técnico da produção agrícola. Marcada pela utilização de novos instrumentos de produção, como sistemas de irrigação e métodos de aproveitamento de áreas alagadiças, tornou a produção de alimentos suficiente para a demanda crescente de seus moradores.

Devido ao tamanho e número de habitantes, muitas cidades da antiguidade já sofriam com diversos problemas urbanos como falta de moradia, água encanada, rede de esgoto, coleta de resíduos, congestionamento das ruas. Tudo isso causava diversos problemas

socioambientais, como proliferação de doenças infectocontagiosas e poluição dos mananciais. (MUNFORD, 1998; MUNFORD, 1961; BENEVOLO, 1993).

Um dos grandes problemas das cidades da antiguidade, merecedor de destaque, era a escassez de moradia. Problema agravado devido à falta de políticas públicas. A fim de atender a demanda de moradia, a iniciativa privada construía alojamentos e cobrava altos preços pelos alugueis.

Benevolo (1993) destaca que em Roma no período da antiguidade

[...] os alojamentos na capital são alugados a preços muito altos [...] As casas são construídas por empresários privados, que fazem especulações, de todas as maneiras, com os terrenos e as construções: todos se lamentam por isso, desde os tempos republicanos. O Estado impõem proibições e regulamentos, mas não consegue corrigir as dificuldades da grande maioria dos cidadãos (BENEVOLO, 1993, p. 164).

As inovações técnicas na agricultura, segundo Benevolo (1993), foram importantes para estabelecer esse novo perfil econômico da cidade e da população que não trabalhava no campo. No entanto, até o século XIV, estas inovações, aliadas ao esgotamento do solo já não produziam o suficiente para atender a crescente demanda urbana e dos feudos que, ao lado das epidemias, com destaque para a Peste Negra, causaram a redução da população.

A população europeia cresceu novamente somente a partir dos meados do século XVIII. Outra vez as inovações tecnológicas no campo, impulsionadas pela Revolução Industrial, estimularam o crescimento das cidades, especialmente na Inglaterra, que se tornou um dos grandes centros comerciais e industriais.

[...] a Grã-Bretanha desponta, no fim do século XVIII como a potência líder da economia mundial. É o domínio inglês de uma ampla gama de mercados externos, a condição chave da Revolução Industrial, que se inicia naquele país (SINGER, 1981, p. 25).

Cada vez mais a produção agrícola se especializava, tanto para atender a demanda de uma população urbana crescente, quanto para abastecer as fábricas de matérias-primas, principalmente a indústria têxtil, onde a lã e o algodão eram imprescindíveis. Com uma produção cada vez mais voltada para o mercado, milhares de famílias de camponeses que por séculos viveram sob o regime comunal nos feudos, viram-se obrigadas a deslocar-se para as cidades tendo de submeter-se a um novo estilo de vida e de trabalho nas manufaturas e fábricas.

1.1 Cidades Industriais Inglesas: formação e ocupação do espaço urbano no século XVIII e XIX.

As cidades, com o advento da Revolução Industrial e Agrícola e o fortalecimento do Sistema econômico capitalista, acabaram por concentrar a maior parte da população. O crescimento da população urbana sem precedentes nas cidades inglesas do século XVIII e XIX comprometeu a qualidade de vida da população obrigando-a a morar em áreas inadequadas, cujos espaços na maioria das vezes eram insalubres.

1.1.1 A Revolução Industrial e Agrícola e a influências sobre o crescimento das cidades

Foi na Inglaterra que a cidade voltada para o capital se fortalece, impulsionada pelos novos meios de produção industriais e agrícolas, culminando na Revolução Industrial iniciada no século XVIII a qual levou à mudança da organização da população humana no espaço urbano.

A Revolução Industrial e Agrícola estimularam o esvaziamento do campo e o crescimento das cidades. A migração do homem do campo para os centros urbanos mudou a geografia da Inglaterra a partir do século XVIII. Para compreender o crescimento dos centros urbanos é importante conhecer o processo da Revolução Agrícola que se desenvolveu juntamente com a Revolução Industrial, pois "A revolução agrícola foi a maior responsável pela edificação de cidades." (BAYER, 1969, p. 36).

A agricultura moderna foi indispensável para a efetivação da Revolução Industrial, pois não existe o rural e o urbano separadamente, (RIOUX, 1975; ARRUDA, 1996). Sposito (1996) ressalta que não é possível compreender o urbano sem compreender o rural, na medida em que "os espaços não são apenas urbanos; existe a cidade e o campo. O modo de produção não produz a cidade de um lado e campo do outro, mas uma totalidade, comum à articulação intensa entre estes dois espaços" (SPOSITO, 1996, p. 77).

Quando ocorreram as primeiras transformações no campo a produção agrícola passou a ser em larga escala, a fim de alimentar a população das cidades que cresciam exponencialmente e para abastecer as indústrias de matérias primas (ARRUDA, 1996). Segundo Rioux (1975) as inovações que possibilitavam o cultivo em grandes áreas ficaram a cargo dos grandes proprietários que tivessem condições econômicas de investimento.

Os novos meios de produção agrícola, segundo Mazoyer e Roudart (2010), foram possíveis devido ao desenvolvimento do conhecimento científico-técnico. A produção obteve melhoras tanto na quantidade quanto na qualidade, como novas técnicas de manejo das pastagens, das plantações, maquinários, fertilização da terra e criação de animais. Essas transformações ampliaram a produção agrícola por metro quadrado, o que “levou à duplicação da produção e da produtividade do trabalho agrícola, com um aumento muito expressivo das disponibilidades alimentares e do excedente agrícola comercializável” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 367). Assim a revolução agrícola do século XVIII criou as condições necessárias para o crescimento das indústrias e das cidades, devido à produção excedente de alimentos e de produtos destinados à matéria prima para as indústrias. (SPOSITO, 1996).

Segundo Kemp (1985, p. 61) “uma remodelação das relações agrárias parece ser uma condição prévia absolutamente indispensável para a industrialização de qualquer sociedade.” As mudanças na agricultura foram imprescindíveis para o fortalecimento da indústria, comércio e crescimento dos centros urbanos a partir do século XVIII já que as revoluções agrícola e industrial dependiam uma da outra para seu desenvolvimento mutuo. Mozoyer e Roudart (2010) reforçam esse pensamento e concluem:

[...] a primeira revolução agrícola e primeira revolução industrial progrediam juntas. Marcharam no mesmo passo, pois na sua essência estavam ligadas. Além disso, certas indústrias de transformação utilizavam matéria-prima de origem agrícola. Assim o desenvolvimento da criação de ovelhas baseada nas novas rotações forrageiras, favoreceu quantidades crescentes de lã necessárias à expansão da indústria de tecido em Flandres e na Inglaterra (MAZOYER; ROUDART, 2010. p. 381).

A agricultura tornou-se capaz de suprir as necessidades dos moradores das cidades. Também forneceu matéria prima para as fabricas bem como transferiu mão de obra para elas (ARRUDA, 1996). As inovações nos meios de produção agrícola e industrial levaram a passagem de uma economia agrária e artesanal para uma econômica industrial mecanizada voltada para o acumulo do capital (CANÊDO, 1987; RIOUX,1975). Pois, "a pequena agricultura com sua indústria acessória doméstica e o artesanato urbano, já não podiam satisfazer, de forma alguma, às necessidades de produção" (MARX, 1984, p. 17).

A consolidação desse novo sistema de produção no campo, seu fortalecimento e crescimento levou, segundo Sposito (1996), à migração da população rural para as cidades. Fato que se deu ao longo do processo da Revolução Agrícola, devido a diversos fatores, dentre eles a mudança do perfil das propriedades rurais, agora grandes áreas agricultáveis que acabavam por levar o pequeno agricultor a vender suas terras para os latifundiários. A

modernização tecnológica de alto custo inviabilizou a competitividade entre o pequeno e grande agricultor.

Mazoyer e Roudart (2010, p. 414) ressaltam que a “grande pioneira da revolução agrícola, a agricultura inglesa, precisou evoluir seguindo o modelo, isto é, utilizando muito espaço para poucos trabalhadores a exemplo da agricultura dos países cuja lei se submetia”. Esse modelo de produção agrícola acabou por deixar os camponeses e os artesões sem trabalho e condições de sustentar suas famílias, os quais foram para as cidades em busca de trabalho nas fábricas (KEMP, 1985; RIOUX, 1975).

Com isso, a mudança na estrutura de produção tanto agrícola quanto industrial levou ao crescimento das cidades. Esse processo de mudanças de uma população predominantemente rural para uma população urbana, em especial na Inglaterra, ocorreu de forma gradativa a partir de meados do século XVII e se consolidou no século XIX (RIOUX, 1975). Como conclui Canêdo (1987, p. 54), “a chegada à indústria de trabalhadores de origem agrícola ou mais amplamente rural é um fenômeno histórico e inseparável do fenômeno da industrialização”. O processo de industrialização favoreceu a formação de grandes cidades crescendo de forma desordenada, sem infraestrutura de mobilidade, sem saneamento urbano e sem planejamento que proporcionasse alguma qualidade de vida para os novos moradores, sobretudo, a classe de trabalhadores pobres.

1.1.2 Migração e crescimento das Cidades Inglesas

O crescimento urbano teve como ponto de partida o desenvolvimento industrial que revolucionou as formas de produzir no campo e nas cidades (MUNFORD, 1961; NEIRA ALVA, 1997). Muitas delas se tornaram grandes centros comerciais e industriais que acabavam se transformando em locais de atração de grande fluxo de pessoas, especialmente, das que se dirigiam para os centros urbanos em busca de trabalho e novas perspectivas de vida, ou seja,

[...] o crescimento urbano está ligado à industrialização. A mobilidade de mão-de-obra é uma necessidade vital para a nova indústria que pretende especializar o trabalho, passar do *domestic system* para a aglomeração da manufatura e da fábrica, dispondo de um espaço restrito de fontes de matéria-prima e de mão-de-obra para baixar os custos. (...) Em contrapartida, logo que uma inovação técnica é introduzida numa cidade inglesa pela revolução industrial a cidade incha (RIOUX, 1975, p. 130).

A Inglaterra do século XVIII tornou-se a primeira potência mundial e no século XIX e Londres foi a primeira cidade ocidental a chegar a um milhão de habitantes. Portanto, já era

uma metrópole com “os problemas característicos das cidades contemporâneas, que se acentuaram em seguida com a Revolução Industrial” (BENEVOLO, 1993, p. 547).

Apesar do grande crescimento urbano impulsionado pela industrialização e comércio capitalistas, as cidades não conseguiram dar a uma população crescente, moradias dignas. Segundo Sposito (1996), estes

[...] ritmos acentuados de crescimento populacional urbano e a superconcentração de capital [...] necessária à reprodução capitalista, promoveram um aumento crescente de população não empregada que se “aloja”, e não “habita” nos maiores centros urbanos. Este processo de “inchaço” manifesta-se numa série de “problemas” urbanos (p. 85)

Para Arruda (1996) e Rioux (1975) a Revolução Industrial foi um marco histórico que criou uma nova sociedade, mas cujas mudanças trouxeram novos problemas ao ambiente construído. A expansão do espaço urbano acabou fugindo ao controle do poder público com grande impacto social e ambiental.

A limitação da intervenção pública no espaço urbano e a liberdade concedida à iniciativa privada levaram à ocupação do espaço sem nenhum tipo de normatização. Para Benevolo (1993, p. 552) “na primeira metade do século XIX, os defeitos da cidade industrial parecem por demais numerosos e incomuns para que possam ser eliminados”. Alguns deles podem ser relacionados com o *déficit* habitacional, que levou a ocupação de terrenos muitas vezes impróprios para construção de moradias e a ocupação de prédios antigos adaptados para atender a uma enorme demanda habitacional.

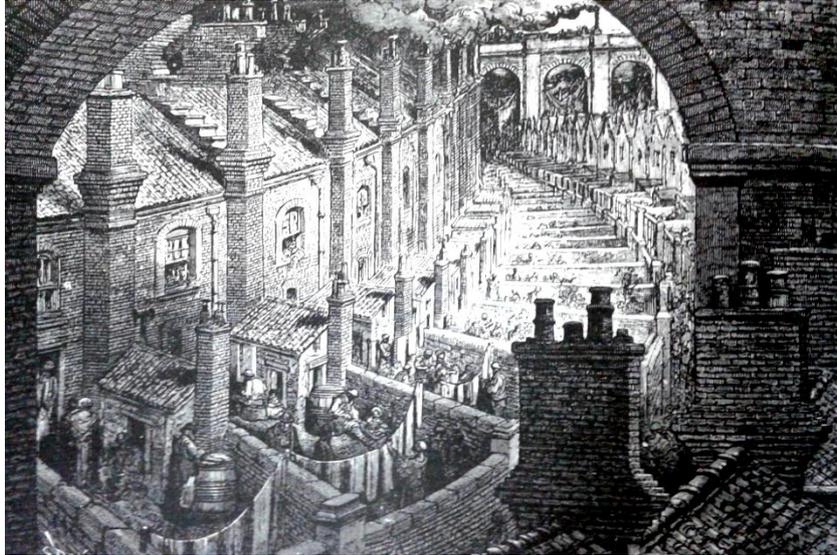
Para atender à nova população da cidade as casas eram divididas em pequenas moradias improvisadas. Áreas verdes e jardins eram ocupados por residências. Engels relata a situação das edificações da cidade inglesa em 1845:

[...] é difícil imaginar a desordenada mistura das casas que troca de toda urbanística racional, o amontoamento, pois estão literalmente encostadas umas às outras. [...], pois onde quer que houvesse um pedacinho de espaço entre as construções da época precedente, continuou-se a construir e a remendar, até tirar do entre as casas a última polegada de terra livre ainda suscetível de ser utilizada (ENGELS, 1955 apud BENEVOLO, 1993, p. 565).

Engels (2010) relata as condições de moradia que os trabalhadores estavam submetidos na Inglaterra do século XIX e revela também a especulação imobiliária por trás das condições de pobreza e miséria a que eram submetidos. A fim de garantir a maior margem de lucro possível, os donos de imóveis procuravam explorar a situação de falta de moradia construindo grandes conjuntos de casas apertadas e “praticavam uma locação extorsiva”. “Através de um sistema de contrato de curto prazo, exploravam escandalosamente a escassez

de moradia, sem levar em conta seu valor real” (HALL, 1988, p. 25), como é possível observar nas figuras 1 e 2:

Figura 1: Bairro operário Londres Sec. XIX



Fonte: Benevolo (1993)

Figura 2: Bairro operário Londres Sec. XIX



Fonte: Domingos (2012)

A falta de controle e fiscalização do Estado acabou permitindo que a população mais pobre e carente de recursos residisse em locais apertados, amontoados em condições insalubres. Muitas edificações eram construídas em áreas inapropriadas, sujeitas a

desabamentos e alagamentos, como nas margens de rios e córregos, próximo às fábricas e sem saneamento básico (MUNFORD, 1961).

.1.3 Condições Ambientais Urbanas das cidades industriais

As cidades industriais inglesas, como Londres e Manchester, cresceram espantosamente no século XVIII e XIX. Essas cidades não foram planejadas para receber o contingente vindo do campo em busca de trabalho nas indústrias. Este crescimento desordenado levou à deterioração do ambiente urbano. A degradação era tanta que Munford (1961), as define como a “não-cidade”, um espaço que não propiciava qualidade de vida alguma a seus habitantes. Em muitas localidades, famílias inteiras moravam em um único cômodo, sem distinção de sexo ou idade e cujo preço dos alugueis era extremamente elevado.

Nestes espaços, segundo Engels (2010), não havia sistema de gás para aquecimento, água encanada para realizar a limpeza das casas e higiene pessoal, redes de esgoto para colher os rejeitos da população que na maioria dos casos eram jogados nas ruas levando à propagação de diversas doenças e epidemias. Além disso, as moradias destinadas à população pobre não possuíam luz natural ou ventilação, pois eram construídas muito próximas uma das outras. Os trabalhadores conviviam diariamente com “a falta de sol, a falta de água pura, a falta de ar sem impurezas” (MUNFORD, 1961, p. 186). Segundo Engels (2010) a situação da população trabalhadora era caótica, pois viviam na imundície e sujeira. Serviços públicos elementares não eram prestados a essa parte da população.

Para Munford (1961) houve um divórcio da cidade com a natureza. Nas cidades industriais a natureza era impelida para longe do centro urbano e as áreas livres eram ocupadas por construções destinadas ao alojamento de trabalhadores. A população não tinha espaços para contato com o verde e nem as crianças tinham lugares livres para brincadeiras. Para o autor esse divórcio acarretava a seus moradores perigos físicos e psicológicos, doenças crônicas e epidemias.

A população também sofria com os impactos causados pelas fábricas, em sua maioria instalada junto aos cursos d’água, descartando neles seus resíduos, transformando-os em esgotos a céu aberto (MUNFORD, 1961; ENGELS, 2010). Munford (1961) citando Hugh Miller (1962) descreve que as condições do Rio Irwel, na cidade industrial de Manchester, como sendo:

[...] O rio infeliz - que poucas milhas acima é um belo curso d’água, com árvores a pender sobre as suas margens e franjas de relva verde a delinear as suas barrancas -

perde a sua categoria ao passar por entre os moinhos e usinas. Há miríades de coisas sujas que lhe são dadas a lavar, e enquanto vagões de venenos das fábricas de tinta e dos pátios de alvejantes caem nêlo que os leve para longe, as caldeiras de vapor nêlo descarregam o seus conteúdo efervescente, e extensão êle arrasta e conduz as suas fétidas impurezas; até certa extensão êle continua correndo - ora entre paredes imundas, ora sob precipícios de granito vermelho - consideravelmente menos um rio do que uma corrente de dejectos líquidos (MILLER, 1862 apud MUNFORD, 1961, p. 173)

Além da poluição hídrica as fabricas causavam poluição atmosférica pela propagação de partículas no ar e produção de ruídos constantes provenientes das fabricas, prejudicando diretamente o ambiente e também a classe trabalhadora que muitas vezes morava nas áreas industriais em residências improvisadas. Na metade do século XIX, embora ninguém na época desse conta disso, os problemas socioambientais estavam descobertos (MUNFORD,1961).

1.2 Cidades da América Latina e brasileiras do final do século XIX e início século XX

O sistema de produção capitalista expande suas fronteiras para ampliação do mercado consumidor, bem como novos espaços de produção com preços mais baixos. A América Latina passa a integrar o mercado de produção capitalista no final do século XIX e se estabelece no início do século XX. As transformações geográficas que ocorreram na Inglaterra nos séculos XVIII e XX vão ocorrer nos países da América Latina. No Brasil se dão a partir do início século XX pela migração da população rural para as cidades, despreparadas para receber os novos moradores que passam a viver em condições degradantes como nas outras grandes cidades da América Latina.

1.2.1 Crescimento populacional e condições de moradia da população urbana na América Latina

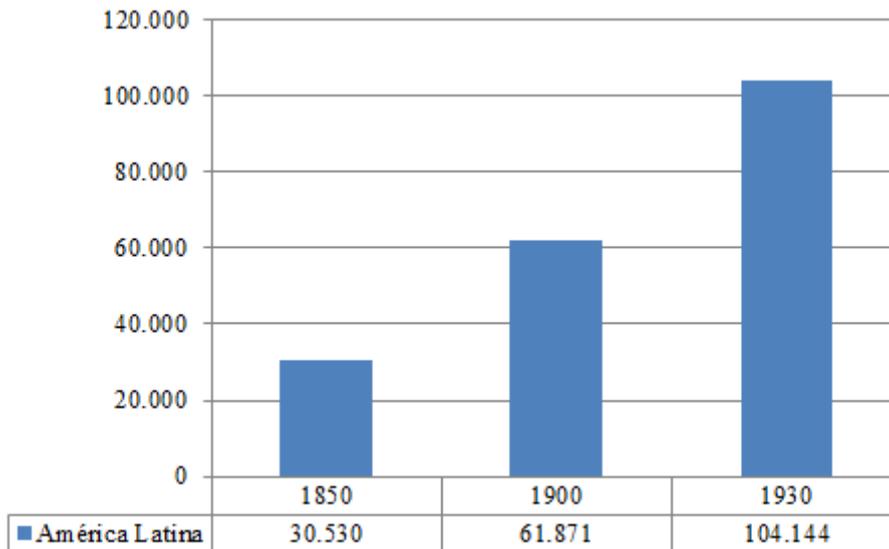
As mudanças na economia, industrialização e urbanização capitalista se expandiram por diversos países. Na América Latina essas mudanças iniciaram na segunda metade do século XIX, levando a uma transformação da geografia populacional que se deu de forma gradativa do final do século XIX, durante todo século XX e consolidada no início do século XXI. Senett conclui que "durante a segunda metade do século XIX, todas as nações ocidentais foram varridas por transformações geoeconômicas" (2008, p. 261).

Na América Latina e no Brasil não foi diferente. Santos (1982), ressalta que o crescimento das cidades se deu, assim como na Inglaterra, no período da Revolução

Industrial, pela diminuição da mortalidade nas cidades e pelo fluxo migratório do meio rural para o urbano e imigração de europeus. No caso do Brasil o crescimento populacional entre 1880 e 1930 dos imigrantes representavam 15,4% total, Sanchez-Albonoz (2001).

Sanchez-Albonoz (2001) destaca que o crescimento na América Latina entre 1850 e 1930 foi considerável como destaca o Gráfico 1.

Gráfico 1: Crescimento Populacional da América Latina (em milhares)



Fonte: Sanchez-Albonoz (2001, p. 176)

As mudanças na economia dos países Latino Americanos contribuíram para o surgimento de novas cidades, bem como para o crescimento das existentes desde o período colonial, como Buenos Aires, Lima e Rio de Janeiro (SANTOS, 1982). Quanto ao crescimento das cidades na América Latina Bayer conclui: "a população urbana cresce extraordinariamente, um crescimento inicia e se desenvolve de maneira irregular, arbitrária" (1969, p. 30).

A partir do século XIX, o nível geral dos serviços públicos na maioria das cidades latino-americanas, que nunca fora muito alto, ficou bem atrás do rápido crescimento populacional. As classes trabalhadoras do início enfrentaram gravíssimos problemas de superpopulação, de contaminação dos suprimentos de água e saneamento inadequado, tornando as condições de vida urbana pouco superiores às que vigiam nas zonas rurais da Europa meridional ou da América Latina, de onde a maioria dos trabalhadores haviam vindo recentemente. (HALL, SPALDING JR, 2001, p. 294)

Nas cidades latino-americanas os bairros centrais eram tomados por cortiços. Favelas cresciam em locais inapropriados, casas de palha, madeira e lata foram construídas em lugares irregulares, sem fornecimento de água, luz e esgoto. Famílias viviam em um só cômodo, e sofriam com problemas graves de saúde pública, Hall e Spalding Jr (2001).

1.2.1 O Brasil e a ocupação urbana das suas metrópoles - São Paulo e Rio de Janeiro

No Brasil a população brasileira era predominantemente rural até a década de 1970 com atividades predominantemente voltadas para agricultura e pecuária. Com o acelerado e intenso processo de industrialização e urbanização as cidades se expandiram. Grandes metrópoles e megalópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro surgiram. Novos núcleos urbanos se formaram, sendo tudo isso possível, segundo Decca (1991), devido às transformações econômicas e sociais ocorridas no país a partir da década de 1950.

No entanto, as principais cidades brasileiras localizadas nas proximidades litorâneas já apresentavam índices elevados de crescimento a partir do final do século XIX e início do século XX. Isto se deve ao êxodo rural, a abolição da escravidão e imigração estrangeira para o país. "As grandes cidades surgiram no horizonte como o espaço das novas possibilidades da vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativo" (MARINS, 1998, p. 132). A cidade se constitui como um espaço de novas possibilidades e esperança de vida melhor e de trabalho.

Para Decca (1991) com o advento da República em 1889, a industrialização e a urbanização passaram a ter um papel social determinante. As cidades que mais cresceram foram São Paulo e Rio de Janeiro, capital do país até a década de 1960. Assim como na Inglaterra industrial o proletariado e a população que vinha para as cidades não moravam bem, tendo de acomodar em habitações improvisadas ou coletivas como cortiços e estalagens (DECCA, 1991; CHALHOUD, 1996).

Chalhoub (1996) traz a definição de Backheuser para cortiço, locais onde a grande maioria da população das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro se alojavam em:

[...] construções de madeira, que o tempo consolidou pelos consertos clandestinos, atravancadas nos fundos dos prédios, tendo um segundo pavimento acaçapado como o primeiro e ao qual se ascendem dificilmente por escadas íngremes, circundado também por varandinhas de gosto esquisito e contextura ruinosa. Isto que aí fica resumido é o "cortiço" (BACKHEUSER, 1905 apud Chalhoub, 1996, p. 39).

Entre 1890 e 1920 a população da cidade do Rio de Janeiro mais que dobrou, devido à migração interna e a imigração estrangeira. Esse crescimento produziu grande demanda habitacional. A procura por moradia elevou os preços dos alugueis que, na maioria dos casos, eram superfaturados.

A região central da cidade, segundo Sevchenko (1984), acabou por abrigar a população proletária e pobre onde, os antigos casarões eram divididos em cubículos. No final

do século XIX e início do século XX a situação desta população na cidade do Rio de Janeiro era degradante.

RAGO (1985, p. 166) destaca que:

[...] o poder médico registra que, em 1869, existiam cerca de 642 cortiços na cidade do Rio de Janeiro, contendo 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas, das quais 13.555 homens e 8.374 mulheres. Em 1888, os cortiços aumentavam para 1.331, com 18.966 quartos habitados por 46.680, de acordo com dados fornecidos pela Inspetoria Geral de Higiene.

Um único cortiço, conhecido como Cabeça de Porco chegou a abrigar quatro mil pessoas no final do século XIX. (CHALHOUB, 1996, p. 26) nos diz que "[...] A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias concedidas aos escravos” .

Mas com o agravamento da crise habitacional na Corte nas décadas de 1870 e 1880 - devido à migração interna e à chegada de imigrantes, especialmente portugueses destinados ao setor comercial da capital -, a densidade populacional nos cortiços parece ter aumentado ainda mais. Imigrantes portugueses e negros - crioulos ou africanos; escravos vivendo "sobre si", libertos e livres - dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços que, a despeito dos esforços dos higienistas, continuavam a proliferar na cidade (CHALHOUB, 1996, p. 88).

A realidade de vida da população trabalhadora pobre carioca, assim como nas cidades industriais inglesas era de moradia em barracões transformados em alojamentos com altos preços. Famílias inteiras moravam em um só quarto com habitados por vinte pessoas ou mais. Lemos (1999), Decca (1987) e Sevcenko (1999) relatam que diversas famílias usavam um mesmo sanitário, possuíam um único espaço para lavar roupas, em alguns casos até mesmo as cozinhas eram coletivas. Quando não as tinham usavam fogareiros de latas a base de querosene.

Parte dessa população pobre passou a morar nos morros para fugir dos altos aluguéis. No entanto as casas eram improvisadas e desprovidas de água tratada ou esgoto. Sevcenko (1999) traz um relato de Lima Barreto do início do século XX que retrata a situação da população moradora dos morros.

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes taipa, o bambu, que não é barato. Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas covas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos transeuntes. Nelas há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população pobríssima vive sob ameaça constante de varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo (LIMA BARRETO apud SEVCENKO, 1999, p. 54).

O déficit habitacional era tão elevado que além das casas de cômodos, cortiços como retratados nas figuras 3 e 4, e casas nos morros figura 5 e 6, havia o aluguel de "zumbas" que eram esteiras para dormir, (SEVCENKO, 1984). As condições de higiene nestes espaços eram extremamente precárias, insalubres, causando epidemias como cólera e febre amarela.

Figura 3: Cortiço Rio de Janeiro século XX - 1905



Fonte: MARINS (1998)

Figura 4: Cortiço, tipo estalagem Rio de Janeiro século XX - 1906



Fonte: ARAUJO (2009)

Figura 5: Casas morros do Rio de Janeiro século XX - 1912



Fonte: ARAUJO (2009)

Figura 6: Favela Rio de Janeiro século XX - década 1920



Fonte: Instituto Pereira Passos. Disponível em http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2013/10/Morro_da_Favela_Acervo-AGCRJ_Prancha-1.1-1.jpg. Acesso em: 08 de agosto de 2016

Chalhoub (1996), Lemos (1999) e Decca (1987) relatam que problemas urbanos como mau cheiro, dificuldade de higiene, lixo acumulado, água contaminada por cisternas eram inúmeros e atingiam toda a sociedade. Doenças também eram um dos diversos problemas que a população pobre tinha que enfrentar, pois, "a cidade era foco endêmico de uma infinidade de moléstias: febre amarela, febre tifóide, impaludismo, varíola, peste bubônica, tuberculose, dentre outras" (SEVCENKO, 1984, p. 48).

A maior concentração populacional e a falta de equipamentos urbanos adequados e saneamento básico, sobretudo em uma cidade que crescia como São Paulo, propiciava altos índices de moléstia infectocontagiosa, surtos epidêmicos, elevadas taxas de mortalidade, notadamente entre as crianças (DECCA, 1987, p. 73).

A situação de São Paulo no final do século XIX e início do século XX era bem semelhante ao do Rio de Janeiro, Sevcenko relata que:

São Paulo assistiu a um grande surto de crescimento industrial, com vistas às necessidades de substituição de importações. As decorrências dessa industrialização em larga escala se fizeram sentir no crescimento demográfico, na demanda por terrenos e habitações e numa carestia geral (SEVCENKO, 1992, p. 124).

Os pobres na cidade de São Paulo, segundo Sevcenko (1992) e Decca (1987) além de morarem em cortiços, figuras 7 e 8, no centro da cidade se alojavam nas áreas baixas, pois os alugueis mais baratos estavam situados nos terrenos baixos e em áreas alagadiças, que sofriam nos tempos de chuvas com enchentes; quem morava nessas áreas em geral eram classes operaria e imigrantes. Esses eram ignorados, pois não havia nenhum tipo de plano contra enchentes.

Figura 7: Cortiço São Paulo início século XX



Fonte: CORDEIRO (2005)

Figura 8: Cortiço São Paulo início século XX



Fonte: SILVA (2011)

Um dos problemas ambientais urbanos que mais se destacava na cidade de São Paulo, segundo Sevcenko (1992) e Bonduki (1998) era a contaminação dos mananciais devido a ocupação urbana inapropriada e pelo despejo de dejetos de indústrias. Epidemias eram outro problema, pois "foram inúmeros os surtos epidêmicos que atingiram as cidades brasileiras." (BONDUKI, 1998, p. 20), essas epidemias atingiam a população urbana devido à falta de higiene nas residências, contaminação das águas e falta de saneamento. Decca (1991) traz um relato dos cortiços da cidade de São Paulo

[...] Estas habitações são, de ordinário, do tipo Cortiço, no geral, bem pouco confortáveis.

O cortiço ocupa comumente uma área no interior do quarteirão; quase sempre um quintal de prédio onde há estabelecida uma venda ou tasca qualquer. Um portão lateral dá entrada por estreito e comprido corredor para um pátio com 3 a 4 metros de largo nos casos mais favorecidos. Para este pátio, ou área livre, se abrem as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas. [...]

Há ainda casas, como prédio independente, com frente para a rua pública e a apenas considerada cortiço pelo seu destino e espécie de construção. Pequena e insuficiente para a população que abriga não oferecem garantia alguma pelo que respeita à higiene. O soalho sem ventilação e assentado sobre o solo, o forro sem ventilador, os cômodos pequenos e ainda subdivididos por biombos que os fazem ainda mais escuros, as paredes sujas e feridas a reboco que deixa perceber a má qualidade da alvenaria. No funda uma área exígua, mal ladrilhada ou cimentada com um ralo para o esgoto e uma latrina ordinária sem abrigo. A cozinha, quando não é ao lado da latrina, está assentada junto do aposento de dormir e então as condições de asseio são as mais precárias possíveis. [...] (São Paulo - Município, 'Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços - 1893 apud DECCA, 1991, 48-49)

Como nas cidades inglesas industriais as cidades São Paulo e Rio de Janeiro sofriam com a falta de saneamento básico. A população pobre vivia em condições sanitárias precárias sendo, um dos grandes problemas: “a falta de saneamento básico. Sem rede esgoto, água encanada, onde os poços eram construídos próximos das fossas que resultava na contaminação da água e alto eram os índices de mortalidade infantil”, (DECCA, 1987).

No final do século XIX o Rio de Janeiro e São Paulo passaram por diversas mudanças urbanísticas. As primeiras preocupações eram de ordem higiênica, com ações de desinfecção de lugares públicos, drenagem de pântano, arborização da cidade, alinhamento de ruas e avenidas com a intenção de amenizar as epidemias nas cidades. Muitas dessas ações foram encabeçadas por médicos (RAGO, 1985).

A aglomeração de gente, de cheiros fétidos, de detritos e de animais domésticos congestionam o cortiço e o bairro operário, impedindo a livre circulação do ar e da água, a penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para a saúde do organismo. Dão origem às epidemias, como a *cólera-morbus* ou a febre amarela, que ameaçam atingir inexoravelmente toda a cidade, rompendo a linha que progressivamente via dividindo os bairros dos pobres (RAGO, 1985, p. 165).

Com o crescimento urbano acelerado decorrente das políticas de modernização do campo e industrialização, a população mais pobre, era a que mais sofria pela falta de moradia digna. As ações dos governos de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX, através de políticas de reestruturação e revigoração dos espaços urbanos visavam mais dar uma aparência de cidade moderna, utilizando-se do discurso do combate a epidemias, do que resolver os problemas da falta de moradia e às condições precárias de vida a que estava submetida a população carente.

1.3 As Primeiras propostas urbanísticas Inglesas

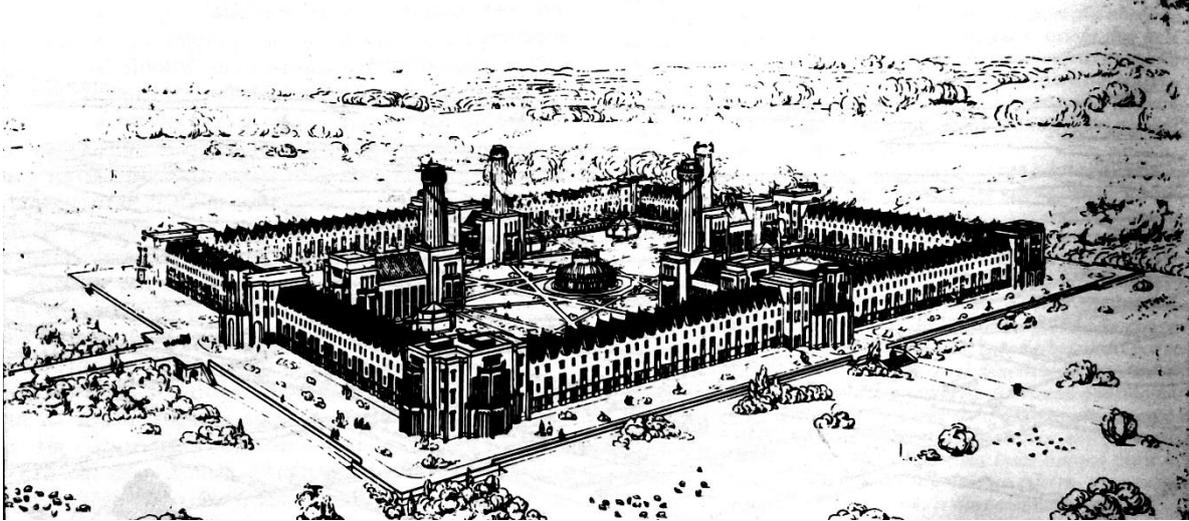
Devido à deterioração do meio urbano e a baixa condição de vida de seus moradores, diversas ações higienistas são desenvolvidas pelo poder público a fim de melhorar as condições sanitárias e controlar epidemias (ROLNIK, 1999).

Mas foi no início do século XIX que modelos de cidades e novas estruturas de bairros começaram a surgir. O industrial Robert Owen foi um dos primeiros a propor um novo espaço para os trabalhadores, sugerindo um movimento habitacional e cooperativo que proporcionasse melhor condição e qualidade de vida, com espaços individuais e coletivos, sendo que esta estrutura deveria ser realizada pelos industriais. Segundo Munford no entendimento de Owen:

[...] permitir que os novos trabalhadores industriais ascendessem da situação miserável em que viviam dentro do novo sistema fabril, construir-se pequenas comunidades balanceadas, no campo aberto e **acesso** as facilidades educacionais e sociais necessárias para essas novas colônias, assim como casas apropriadas, seriam um ônus da produção, não menos que os salários dos trabalhadores (MUNFORD, 1961, p. 406, grifo nosso).

Owen propunha dispor a cada grupo de 1.200 pessoas em uma área de 500 hectares, com habitações individuais, jardins externos, escola, biblioteca e áreas verdes destinadas a recreação, nas áreas mais distantes das indústrias e do comércio. Previa também áreas de 1.200 acres para o cultivo agrícola (figura 9). Atingindo essa população nova unidade deveria ser construída (OTTONI, 2002). Sua proposta chegou a ser apresentada ao governo inglês entre os anos de 1817 e 1829, mas não chegou a ser executada (BENEVOLO, 1993).

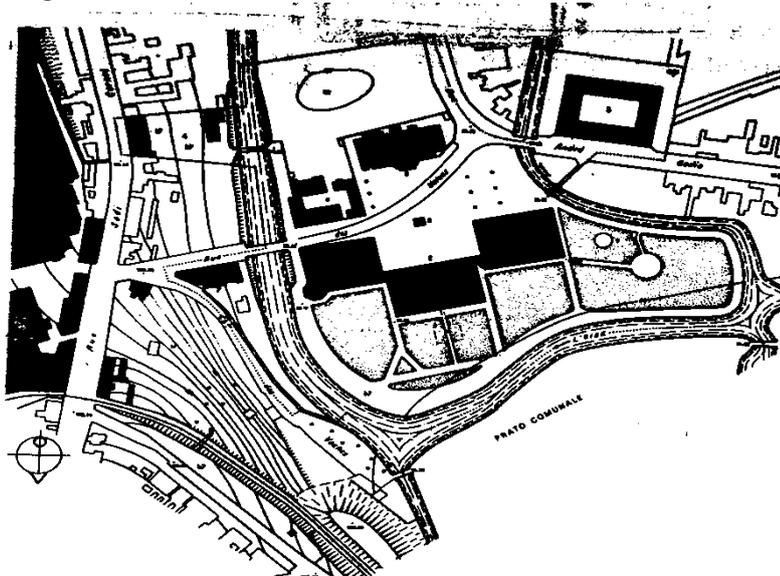
Figura 9: Aldeia construída por Owen, gravura 1825.



Fonte: Benevolo (1993)

O francês Charles Fourier, contemporâneo de Owen também sugeriu um sistema parecido de unidade habitacional comunitário para atender as necessidades de moradia dos trabalhadores das fábricas. Seria um edifício construído em terreno de 250 hectares e deveria abrigar 1.620 pessoas. Esse espaço seria composto por dormitórios, escolas, refeitório, teatro, escola, biblioteca. O projeto de Fourier tinha como essência a vida social. Essas “aldeias-jardins-indústrias” deveriam, assim como a proposta de Owen, ser implantados pelos proprietários das indústrias (MUNFORD,1961).

Figura 10: Planta Aldeia industrial de Fourier



Fonte: Benevolo (1993)

Para Choay (2002) tanto Owen como Fourier tinham uma proposta pré-urbanística. Para eles o racionalismo, a técnica e a ciência poderiam resolver os problemas das relações do homem com o meio. No entanto, até o fim do século XIX, “todos esses planos, sonhos e

iniciativas achavam-se ainda em circulação; os seus efeitos reais sobre a sociedade, entretanto, ainda eram praticamente nulos” (MUNFORD, 1961, p. 408).

Para Munford (1961) e Benevolo (1999) a mais importante proposta urbanística para época foi a do conceito “*The Garden City*”, de 1898, pensada pelo economista Ebenezer Howard, que trouxe uma ideia “inteiramente original da concepção: a da cidade-jardim, ou do **ambiente urbano equilibrado**” (MUNFORD, 1961 p. 408, grifo nosso). A proposta tinha como referência as cidades industriais inglesas, nas quais a população trabalhadora vivia em extrema miséria, em ambiente deteriorado devido ao crescimento desordenado e mal administrado (OTTONI, 2002).

As propostas de Owen e Fourier de criar bairros e espaços financiados, controlados e organizados pelos industriais para “melhorar a qualidade de vida” do trabalhador visavam muito mais o mercado assegurando mão de obra para o trabalho nas fábricas. Howard, ao contrario, não propunha apenas moradias melhores, mas também garantir a qualidade de vida dos moradores das cidades desvincilhando-os completamente das indústrias (MUNFORD, 1961).

No entendimento de Howard era preciso aliar o bem estar e a qualidade de vida da cidade com o campo e do campo com a cidade, portanto:

[...] a sua visão era bifocal; ele enxergou tanto o campo como a cidade, e observou que as áreas rurais estavam se tornando rapidamente despovoadas porque tinham deixado de ser atraentes, do ponto de vista das oportunidades econômicas e sociais. (MUNFORD, 1961, p. 409).

Howard além de apresentar uma ideia de cidade equilibrada mostrou que era viável economicamente a materialização do projeto (OTTONI, 2002). Para os urbanistas o mal da cidade industrial não era a falta de planejamento em si, mas por ficar nas mãos de especuladores imobiliários ou empresas prestadoras de serviços elementares que visavam apenas lucro.

1.4 Cidades-Jardins: proposta urbanística para trabalhadores

Ebenezer Howard, economista, conhecendo a realidade de moradia do proletariado inglês no século XIX elaborou uma proposta de uma cidade destinada ao proletariado. Cidade com uma estrutura de parques e diversas áreas verdes para garantir qualidade de vida para a população, alguns de seus fundamentos urbanos se aproximam das propostas atuais para uma cidade sustentável, como: áreas verdes, transporte coletivo, sistema de esgoto, produção de

insumos proveniente de resíduos orgânicos. Propostas essas avançadas para sua época que se efetivadas no século XIX e início do século XX facilitaria a implantação de cidades sustentáveis no século XXI.

1.4.1 As Características gerais da Cidade-Jardim

Howard inicia seu livro “Cidades-Jardins de Amanhã” relatando como as cidades cresceram devido à migração do homem do campo que foram atraídos pelas supostas *benesses* que a cidade moderna pudesse oferecer além da possibilidade de empregos e salários, lazer e entretenimento. No entanto, a migração interna e, sobretudo, o êxodo do campo para a cidade de forma exacerbada provocou a deterioração dos espaços urbanos.

No entanto, o projeto urbanístico de Howard era de proporcionar “habitação suburbana para classes médias e pobres, idealizada para atenuar as precárias condições de moradia das grandes metrópoles industriais inglesas” (MARINS, 1998, p. 181).

Ebenezer Howard ao conhecer a realidade da classe trabalhadora que vivia em lugares pequenos, inapropriados e sem infraestrutura urbana propôs em seu projeto urbanístico denominado de Cidades-Jardins a construção de um espaço urbano mais humanizado,

[...] formulada por Ebenezer Howard no final do século XIX, pretendia realizar a síntese da cidade e do campo, recuperando as projeções da cidade do futuro dos utopistas da primeira metade do século XIX. Desejava-se, então, criar um espaço descongestionado, instalando uma cidade planejada que não deveria ultrapassar certa quantidade de indivíduos e onde estes poderiam usufruir tanto dos benefícios da vida urbana (como os serviços públicos e as atividades sociais) quanto das vantagens do campo: ar puro, zonas verdes, tranquilidade, muito espaço, hortas e animais domésticos (RAGO, 1985, p. 195).

Para isto, a cidade deveria aliar a vantagem do subúrbio e da cidade grande, promovendo o equilíbrio entre urbano e rural. Para Howard o contato com a natureza poderia propiciar bem-estar e boa saúde aos seus moradores, “elevar os padrões de conforto e saúde de todos os verdadeiros trabalhadores de todos os níveis, construindo os meios pelos quais esses objetivos serão atingidos uma combinação saudável, natural e econômica de vida urbana e rural” (HOWARD, 2002, p. 114). Em sua concepção a vida urbana e vida rural não deveriam existir separadamente. Howard sugere uma terceira possibilidade que é:

[...] assegurar a combinação perfeita de todas as vantagens das mais intensa e ativa vida urbana com toda a beleza e os prazeres do campo, na mais perfeita harmonia [...] Cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização (HOWARD, 2002, p. 110).

Como a população trabalhadora sofria com a especulação imobiliária nas cidades industriais, Howard (2002) sugeria que as terras do entorno da cidade-jardim não fosse de propriedade individual, mas de uso coletivo, podendo ser controlada pelo Estado ou pela comunidade camponesa através de representantes. Entendia como sendo uma forma de evitar a especulação imobiliária por particulares, e, também, o controle da densidade populacional a fim de evitar problemas urbanos.

Como crescerá? Como satisfará as necessidades e outros que serão atraídos por suas inúmeras vantagens? Construir-se-á no setor agrícola que circunda, destruindo para sempre seu direito de ser chamada de “Cidade-Jardim? Seguramente não. Esse resultado desastroso certamente teria lugar se a terra ao redor da cidade, como a terra ao redor de nossas cidades atuais, pertencesse a indivíduos privados, ansiosos por tirar lucro dela. Porque, saturada a cidade, o solo agrícola estaria maduro para fins edilícios, sendo rapidamente destruída a beleza e salubridade da urbe. Mas, afortunadamente, a terra ao redor da Cidade-Jardim não está nas mãos de indivíduos privados: está nas mãos do povo e deverá ser administrado não no suposto interesse desses poucos, mas no real interesse da comunidade. Ora, há poucas coisas tão zelosamente guardadas pelo povo quanto seus parques e espaços abertos, e creio que podemos ficar seguros que o povo da Cidade-Jardim não permitirá nem um só momento que a beleza de sua cidade seja destruída pelo processo de crescimento (HOWARD, 2002, p. 187).

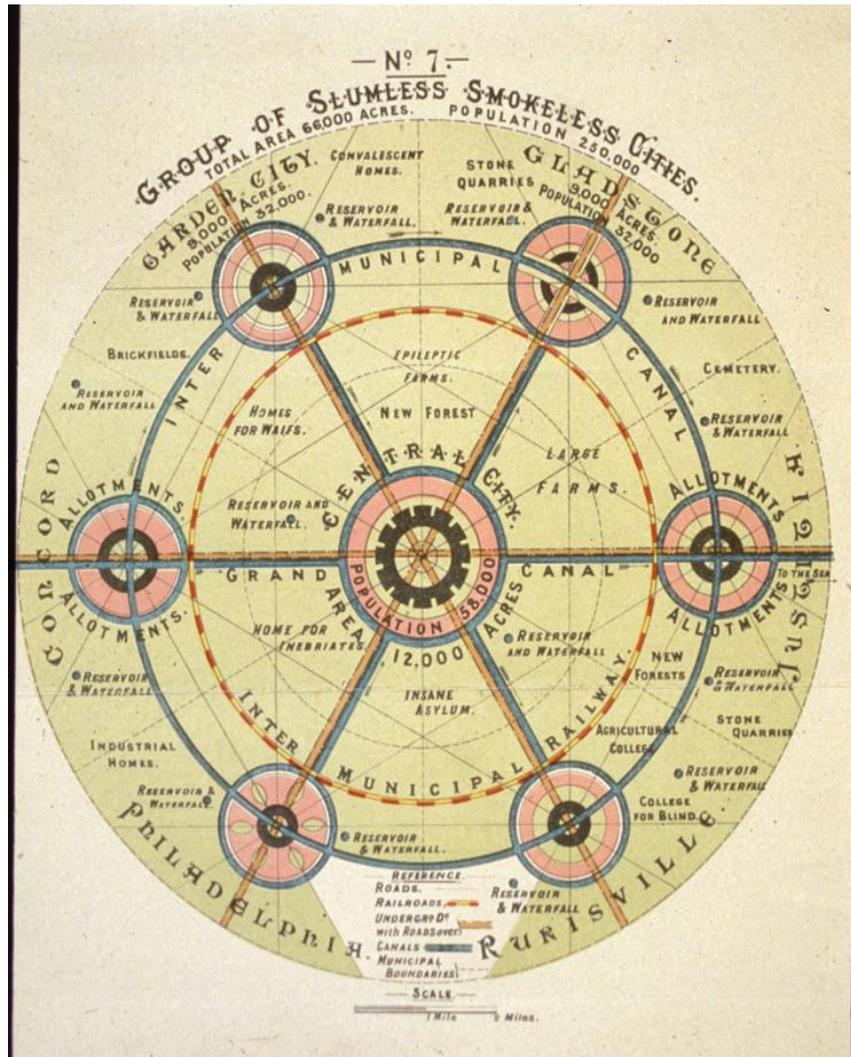
Howard demonstrava uma grande preocupação com a expansão urbana, pois o crescimento desordenado trás problemas que o município seria incapaz de resolver. A expansão urbana deveria ser planejada com o objetivo de manter o melhor para a comunidade e o bem-estar na cidade. Assim o município deveria tomar “medidas efetivas para evitar qualquer superaglomeração dentro de sua área, resolvendo assim um problema considerado insolúvel nas cidades existentes” (HOWARD, 2002, p. 160).

Para Howard o alicerce de uma cidade moderna estaria em seu planejamento, devendo suas formas e dimensões ser bem definidas, bem como, o número de habitantes. Na cidade-jardim o planejamento era imprescindível para obter equilíbrio com o meio ambiente. Howard, enquanto economista, conclui que planejar uma nova cidade nestes princípios seria muito mais econômico do que adequar a cidade já edificada. Para Munford “Howard foi o primeiro pensador moderno que, a respeito de cidade, teve uma sólida concepção sociológica da dinâmica do crescimento urbano racional” (MUNFORD, 1961, p. 412).

Para Howard a cidade-jardim deveria ser planejada com área e número de habitantes delimitados. No entanto, a cidade poderia e deveria crescer “de acordo com um princípio cujo resultado não haverá nem de diminuir, nem de destruir, mas aumentarão sempre suas oportunidades sociais, sua beleza, suas vantagens” (HOWARD, 2002, p. 187). Era sua preocupação que o crescimento deveria ocorrer de forma ordenada sem comprometer

a qualidade de vida de seus habitantes, tanto econômica quanto social. O crescimento deveria ser mediante a criação de novas cidades satélites em torno da cidade principal, conforme figura 11. Howard “concebeu a noção de promover o crescimento urbano até ao ponto de maior benefício à vida econômica e social.” (MUNFORD, 1961, p. 411).

Figura 11: Sistema de cidades satélites - Cidades-Jardins

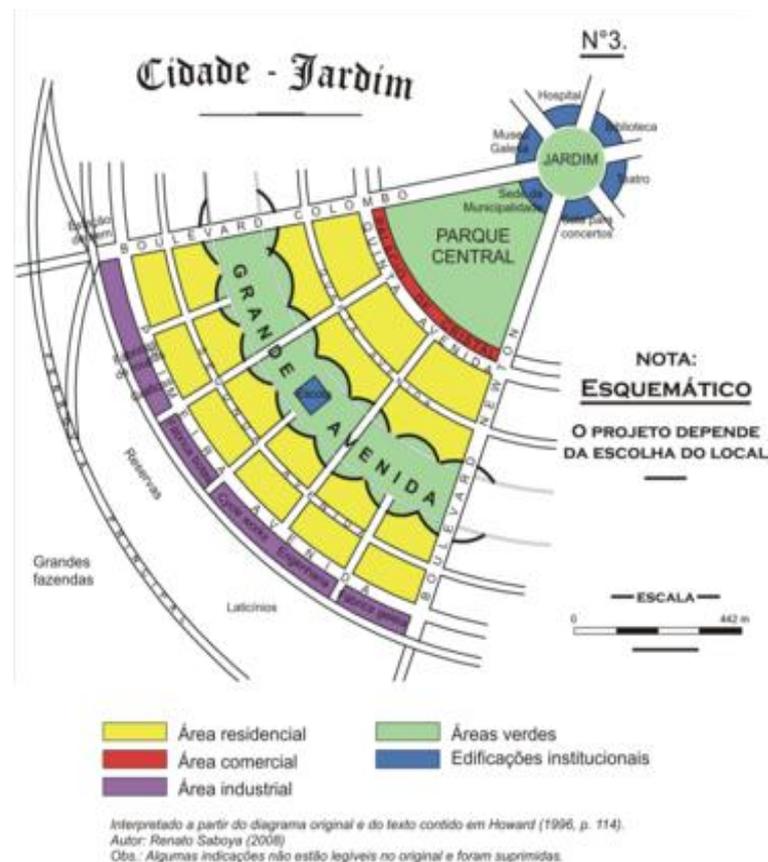


Fonte: Banco de Imagens de Urbanismo e Planejamento Urbano. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=5&pos=1>. Acesso em: 09 de agosto de 2016.

Para melhor equilíbrio do espaço urbano e saúde da população Howard, a fim de evitar que os moradores sofressem com os incômodos das indústrias e do comércio, propunha o zoneamento da cidade, onde cada atividade teria seu espaço bem definido, havendo áreas delimitadas para residências, comércio, indústrias, recreação entre outros. Assim os

trabalhadores não seriam prejudicados com a poluição causada pelas fábricas e provenientes das atividades comerciais, como é possível observar na figura 12.

Figura 12: Zoneamento Cidade-Jardim



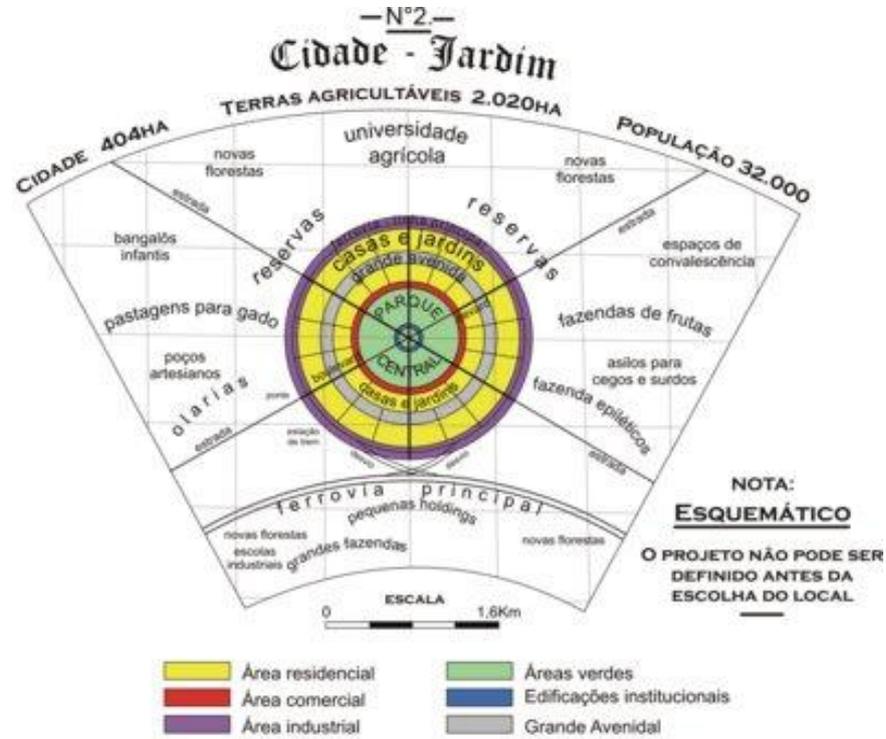
Fonte: Banco de Imagens de Urbanismo e Planejamento Urbano. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=5&pos=3> Acesso em: 09 de agosto de 2016.

Uma característica marcante no trabalho de Howard é sua preocupação com a aparência da cidade, devendo ter amplas áreas verdes e vias arborizadas para ajudar na qualidade do ambiente urbano. Este deveria possuir “amplos espaços para vias públicas, algumas das quais com proporções verdadeiramente magníficas, largas e espaçosas onde a luz do sol e o ar pudessem circular livremente e cujas árvores, arbustos e gramados dariam à cidade aparência semi-rural” (HOWARD, 2002, p. 127). Para isto, o sistema viário da cidade-jardim deveria ser composta por avenidas largas e arborizadas, bem como, amplas praças e parques arborizados que estimulasse o convívio social da comunidade.

Além destes aspectos, a cidade deveria ter reservas florestais permanentes no entorno que não poderiam ser urbanizados, circundada por áreas, cinturão verde, destinadas ao loteamento de pequenos sítios para pequena agricultura ou para lazer. Na figura 13 observamos a proposta das reservas em torno da cidade-jardim. Howard ressalta que essas

áreas poderiam fornecer bens de produção agrícola para a comunidade diminuindo os custos adicionais de transporte bem como a valorização do trabalho do pequeno produtor rural local.

Figura 13: A Cidade-Jardim e seu entorno rural



Fonte: Banco de Imagens de Urbanismo e Planejamento Urbano. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=5&pos=5> Acesso em: 09 de agosto de 2016.

Nesta perspectiva Ottoni (2002) afirma que o projeto de Howard se executado:

[...] poderia obter muito boa qualidade ambiental, não só nas partes centrais das cidades, mas por todo seu conjunto, mediante cuidados paisagísticos, atravessando toda a cidade e comunicando-se com um cinturão verde definido, evitando-se colocar a área agrícola circundante como uma terra ainda não construída, mas sim como um cinturão verde permanente e integrado à cidade (OTTONI, 2002, p. 66).

Havia, também, em Howard a preocupação com os resíduos produzidos pela cidade. Chegou a sugerir que os de origem orgânica fossem reaproveitados pelas propriedades agrícolas dando-lhe destinação adequada a fim de proporcionar material para a produção de adubos naturais imprescindíveis ao cultivo de alimentos. Para ele “os dejetos da cidade poderiam ser prontamente devolvidos ao solo, aumentando assim sua fertilidade, e isso sem pesados encargos com transportes ferroviários ou com outras agências onerosas” (HOWARD, 2002, p. 122).

Para Howard os problemas sanitários da cidade poderiam ser resolvidos com o planejamento antecipado visando o reaproveitamento do que fosse possível o que melhoraria as condições sanitárias da cidade que seria construída. Howard sugere

[...] galerias subterrâneas para drenagem de esgotos e de águas pluviais, para água, gás, telégrafo e fios telefônicos, cabos para iluminação elétrica, para a condução de forma eletromotriz e tubos pneumáticos para o correio, que passaram a ser consideradas econômicas, mas não essenciais (HOWARD, 2002, p. 136).

Percebe-se que suas ideias foram inovadoras para os fins do século XIX. Suas considerações levavam em conta o indivíduo, pois se preocupava, além de outras questões, com a qualidade de vida, em especial dos trabalhadores. Howard planejou a cidade-jardim para a classe trabalhadora que estava vivendo de forma degradante nas cidades industriais, sem espaços livres, sem luz solar e ventilação, sem redes de saneamento básico e sem o contato com a natureza.

Se a proposta de cidade-jardim tinha como maior objetivo a qualidade de vida de seus moradores a preservação da natureza era primordial. No entanto, para que a cidade-jardim desse certo seria necessária uma mudança cultural, pois:

[...] a cidade-jardim só pode tomar forma, noutras palavras, quando as nossas instituições políticas e econômicas forem dirigidas no sentido da reabilitação regional. O que é importante reconhecer é que os novos princípios de desenvolvimento urbano, como foi demonstrado por Sir Ebenezer Howard e seus associados, são princípios universais; indicam eles comunidades urbanas equilibradas, dentro de regiões equilibradas; de um lado, uma difusão mais ampla dos instrumentos e processos de uma cultura humana elevada, e de outro, a infusão na cidade do ambiente capaz de sustentar a vida e dos interesses dirigidos para a vida originado no campo (MUNFORD, 1961, p. 415)

Hans (2002) ressalta que para se pensar em desenvolvimento sustentável, é preciso contemplar as dimensões do bem estar humano, do bem estar ecológico, do bem estar econômico e seu desenvolvimento, buscando o equilíbrio dos aspectos sociais, meio ambiente, natureza, democracia e direitos humanos.

Embora não houvesse a discussão e a preocupação com o desenvolvimento sustentável na proposta de cidades-jardins de Howard, por não se tratar de um assunto em pauta no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, mas, ao fazer uma análise das características propostas pode-se dizer que o seu trabalho foi precursor do que viria a ser as preocupações urbanísticas sustentáveis desenvolvidas a partir do final século XX. Ele prisma pelo desenvolvimento econômico e social equilibrado com preservação ambiental visando “elevar os padrões de conforto e saúde de todos os verdadeiros trabalhadores de todos os níveis, constituindo os meios pelos quais esses objetivos serão atingidos, uma combinação saudável, natureza e economia de vida urbana e rural” (HOWARD, 2002, p. 114).

1.4.2 Cidade-Jardim: proximidade com fundamentos de cidades sustentáveis

As discussões sobre sustentabilidade surgem em meados do século XX, na Conferência da ONU em Estocolmo, 1972. Seu conceito desenvolveu-se até a Conferência RIO 92. Com o tempo a preocupação com questões de sustentabilidade vai adentrando todas as esferas da sociedade e chega ao urbanismo² que passa a preocupar-se com uma cidade equilibrada socialmente, economicamente e ambientalmente. O Relatório Brundtland de 1980 define desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (ONU, 1987, p.46). Para este Relatório, habitação, alimento, integram as necessidades básicas dos indivíduos e o desenvolvimento sustentável deve buscar preservar as espécies da fauna e da flora, bem como, os bens livres como água, solo e ar.

A intensificação dos impactos sobre o meio natural está diretamente relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista e industrial, especialmente, a partir do século XX, quando atinge a fase globalizada calcada no consumo de massa, em que a intensa exploração tem levado ao esgotamento dos recursos naturais. É justamente neste contexto, a partir da década de 1970, que as preocupações com o meio ambiente emergiram diante da capacidade limitada do planeta de produzir e renovar os recursos naturais. Segundo Bezerra:

[...] o conceito de sustentabilidade é fruto de movimento histórico recente, altamente questionador da sociedade industrial, enquanto o conceito de desenvolvimento é o conceito-síntese desta mesma sociedade, cujo modelo mostra seu esgotamento (BEZERRA, 2000, p. 28).

Além da exploração excessiva dos recursos naturais, a partir da Revolução Industrial tem havido crescimento da poluição em todos os sentidos. Contaminação do solo e da água, crescimento da poluição da atmosfera provocaram o aparecimento de diversos tipos de doenças. A poluição sonora também tem provocado impacto na fauna, modificando hábitos de animais, especialmente, as aves. Nos últimos anos houve grande crescimento na emissão de gás carbono e metano. Estas emissões podem estar contribuindo para o aquecimento global.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial tem provocado a modernização tecnológica na produção e na interação entre as pessoas interligadas globalmente em rede, existem cada vez menos pessoas dedicadas à produção de alimentos e, por conseguinte, na relação de trabalho com a terra e com a natureza. O resultado deste acelerado processo de industrialização foi a urbanização, a maioria das pessoas no século XX passaram a viver

² Milare conceitua urbanismo como “processo de adaptação da cidade às suas funções tendo em vista a melhoria do meio físico e das condições necessárias à qualidade de vida: é *qualitativo*.” (MILARE, 2008, 49)

exclusivamente em cidades. Consequentemente, tem ocorrido o crescimento desordenado das cidades cujos

[...] processos produtivos urbanos também contaminam as águas, produzem calor excessivo, gases e partículas que permanecem em suspensão e dejetos industriais e domésticos não recicláveis pelos sistemas produtivos nem biodegradáveis pela natureza, ao contrário do que ocorre em cidades menores e de menor complexidade produtiva. A perda do controle nas relações comunidade/meio ambiente é uma característica das modernas sociedades metropolitanas (NEIRA ALVA, 1997, p. 39).

Os desequilíbrios ecológicos e a degradação ambiental decorrente do processo produtivo passam a atingir diretamente o equilíbrio e o convívio urbano. À medida que as cidades crescem os problemas de ordem econômica, social e ambiental crescem na mesma proporção. O desenvolvimento sustentável está diretamente ligado não apenas à preservação da natureza e manutenção dos recursos naturais, mas também ao bom relacionamento, ao convívio humano que possibilita a organização de um espaço urbano que preserve as diversidades socioculturais. Desta forma, não é possível falar de sustentabilidade ecológica sem falar de sustentabilidade social, pois estão interligadas (BEZERRA 2000; FARR 2013; LEITE, 2012). Ou seja:

[...] a sustentabilidade do meio natural é pensada como passando por sua proteção das perturbações criadas pelas atividades do homem. A sustentabilidade social é pensada como um desenvolvimento que não desgaste o meio natural. A sustentabilidade seria o resultado de uma vinculação dos dois sistemas (ROCHA, 2011, p. 32).

Para se alcançar a sustentabilidade ecológica, segundo Rocha (2011), é necessário mudança de paradigma, reorganização da sociedade, redefinição das ações individuais, coletivas e de governo. Para aprender a conviver com o meio natural de uma maneira mais equilibrada é necessário uma mudança cultural na relação do homem/homem o que interfere diretamente na relação homem/natureza para modificar as relações no ambiente urbano.

As discussões sobre sustentabilidade passaram por diversas esferas intelectuais. O urbanismo ganhou uma nova perspectiva, “o urbanismo sustentável”, que segundo Farr (2013),

passa a pensar em como melhorar a relação da sociedade com o meio ambiente, ao mesmo tempo, garantir melhor qualidade de vida aos moradores urbanos. O urbanismo sustentável deve requerer reforma econômica, social e ambiental [...] o conceito de cidade sustentável reconhece que a cidade precisa atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos (LEITE 2012, p. 135).

As cidades, em especial as grandes cidades, vêm sofrendo com as alterações ambientais como aumento da poluição do ar e das águas, impermeabilização e poluição do solo, levando ao aumento da temperatura e baixa qualidade do ar. Estes fatores têm

preocupado diferentes segmentos responsáveis pela manutenção qualidade de vida do ambiente urbano. Entre eles, os que defendem o urbanismo sustentável afirmam que as propostas de planos diretores deveriam levar em consideração a melhoria do ambiente urbano na constituição de uma cidade sustentável (LEITE, 2012).

Para Farr (2013) o primeiro ponto importante para uma cidade sustentável é o planejamento. No urbanismo sustentável deve haver o planejamento dos assentamentos com o objetivo de proporcionar a interdependência dos sistemas naturais e sociais. A preocupação com o planejamento da ocupação e uso do solo tem a finalidade de evitar ocupações irregulares de áreas verdes e de preservação, pois estas ocupações acarretam em grandes perdas de bens naturais (LEITE, 2012).

Desta forma, o planejamento urbano deve preocupar-se em “reforçar a interdependência entre seres humanos e sistemas naturais. O urbanismo sustentável acredita que os assentamentos humanos precisam ser planejados e projetados para que os fluxos de recursos se tornem visíveis e sensíveis” (FARR, 2013, p. 37), devendo, portanto, prezar pela qualidade de vida da população.

Quanto ao planejamento Howard (2002) enfatizava que o mesmo era fundamental para a garantia de uma cidade equilibrada e com menos problemas de infraestrutura no futuro. Para isto, destaca a importância do zoneamento da cidade, definindo espaços destinados às atividades locais e as áreas de preservação, tendo sempre em vista a garantia de um crescimento controlado sem comprometer qualidade de vida dos moradores.

O crescimento urbano sem planejamento dificulta a fiscalização sobre os diferentes tipos de uso do solo resultando em diversos problemas de ordem socioambiental que poderiam ser evitados. Para Leite (2012) uma cidade sustentável deveria proporcionar aos moradores acesso rápido a supermercados, bancos, a pé ou, utilizando-se de transporte público sem a necessidade de utilizarem automóveis e andar muitos quilômetros para chegar ao destino. O perímetro urbano deve ser fiscalizado a fim de evitar as invasões de áreas rurais e reservas verdes.

Nesta perspectiva a cidade-jardim proposta por Howard enquadra-se em humano modelo de cidade compacta tendo em vista que a área total do município seria de apenas 24 km², a área urbana de apenas 4 km², destinada a uma população de 32.000 habitantes. Área urbana que poderia ser percorrida em aproximadamente 70 minutos, pois, sua circunferência seria de 7,684 km, com 2,26 km de diâmetro, do centro a circunferência 1,13 km de distancia. Neste perímetro estariam localizados todos os prédios públicos, escolas e comércio de modo que a população pudesse fazer todo o percurso a pé.

Outro ponto importante é que as cidades sustentáveis quando compactas incentivam seus moradores ao desenvolvimento de atividades esportivas como, caminhada, ciclismo e outras atividades realizadas ao ar livre (LEITE, 2012). Desta forma, segundo Farr (2013), as cidades sustentáveis reforçam e privilegiam o transporte urbano e o deslocamento a pé. A cidade de Howard devido seu tamanho e às amplas áreas verdes é uma cidade que estimularia as pessoas a se deslocarem a pé e por meio de bicicletas. Quanto ao transporte público, já se previa a comunicação entre as cidades satélites que deveria ser feito por trem. Transporte moderno, eficiente e rápido da sua época, ou seja, o princípio:

[...] fundamental do urbanismo sustentável é o seu comprometimento em integrar fortemente a tecnologia de transporte - metrô, bonde, ônibus - com a densidade e a distribuição dos usos do solo adjacente; um padrão urbanístico essencial para um estilo de vida independente de automóveis (FARR, 2013, p. 34).

Para Leite (2012) e Bezerra (2000) a sustentabilidade urbana deve combater a exclusão social e, para isso, é necessário propiciar moradias dignas aos seus habitantes. Esta era uma das principais preocupações de Howard para a cidade-jardim: propiciar moradia digna para os trabalhadores que viviam em situação degradante nas cidades industriais. Howard propunha casas unifamiliares de baixo custo e qualidade onde as famílias pudessem viver com dignidade.

Foram os graves problemas socioambientais das cidades industriais de seu tempo, que chamaram a atenção de Howard. Dentre estas, a falta de infraestrutura urbana e saneamento básico. Por isso, demonstrou grande atenção nos seus projetos para a resolução destes problemas. Em seu entendimento, o sistema de esgoto deveria ser planejado antes da construção e implantação de qualquer outro para evitar problemas futuros. Esta também é uma das principais preocupações do urbanismo sustentável visando garantir de qualidade ambiental e de vida aos habitantes.

Para os urbanistas sustentáveis o Estado deveria cuidar da ocupação urbana com a fiscalização, estabelecendo regulamentos e normas para ocupação do solo a fim de promover um crescimento adequado, justo e sustentável (BEZERRA, 2000; LEITE, 2012). Ao Estado cabe o papel de “propor leis que controlem o aumento populacional e o uso do solo a fim de preservar as belezas naturais” (FARR, 2013, p. 15). Howard também previa a ação do poder público no controle do crescimento da cidade-jardim, devendo a municipalidade organizar-se para não deixar que a cidade crescesse sem regulamentação.

Leite (2012) destaca que na

[...] intervenção o governo **deveria** prover o bem-estar da sociedade. Ou seja, uma adequada regulamentação urbana, aliada a ações decididas e corajosas, deveria resgatar a eficiência urbana, Em outras palavras: promover uma cidade mais justa e

sustentável para o conjunto da sociedade. [...] Permitir que o quadro continue é injusto com as populações que vivem mal nas favelas insalubres, longínquas e perigosas, mas é também ambientalmente criminoso para a população geral da cidade (LEITE, 2012, p. 32 **grifo nosso**).

Outro grande problema tratado pelo urbanismo sustentável é a impermeabilização do solo, característico das cidades. Ruas, calçadas, terrenos, todos impermeabilizados acarretam problemas como enchentes, erosões, poluição dos cursos d'água e aumento médio da temperatura (FARR, 2013). Para evitar esses transtornos são necessárias áreas permeáveis, como amplas áreas verdes, praças e uma legislação regulamentando a pavimentação dos lotes urbanos.

A cidade-jardim sugeria por Howard deveriam ter amplas áreas verdes como *bulevares* bem arborizados, parques de lazer, bosques de fácil acesso aos moradores, jardins nos lotes residenciais e cinturão verdes em torno das áreas urbanas. Essas áreas impediriam a impermeabilização do solo, evitando enchentes e realimentariam tanto os lençóis freáticos quanto nascentes, tão necessários para alimentar reservatórios destinados ao consumo da população.

Para Leite (2012) as cidades sustentáveis deveriam promover o equilíbrio entre o ambiente construído e o ambiente natural, respeitando as águas, as áreas verdes e as regiões alagadiças. Farr (2013) reforça que o ambiente urbano deve entrelaçar-se com as áreas silvestres, tendo espaços que estimulem a proteção da fauna e flora local e que mantenham a qualidade dos cursos d'água. Deve, também, evitar edificações em lugares inapropriados como encostas e margens de rios.

A relação do homem com as áreas verdes é de suma importância para qualidade de vida. A cidade sustentável deve propiciar do ser humano luz solar, água limpa, oxigênio, plantas, árvores que estimulam atividades ao ar livre, a caminhada, ajudando a amenizar a temperatura ambiente (FARR, 2013).

O urbanismo sustentável também está preocupado com a preservação da fauna criando corredores ecológicos para circulação de animais silvestres. Ao propor grandes áreas verdes em torno da cidade-jardim, propiciaria a preservação da beleza natural e ainda da fauna e flora locais.

Hoje quando se fala em sustentabilidade urbana um dos problemas a serem repensados é a produção de lixo pela população. Como os aterros tem crescido cada vez mais, uma das sugestões para mitigar o problema é destinar o lixo orgânico para centrais de compostagem para a fabricação de adubo orgânico destinado á produção de alimento. Quanto a isso Farr (2013) diz: “a produção local de alimentos também oferece a possibilidade da

reciclagem do lixo alimentar - a remoção de matéria orgânica que seria destinada a um depósito de lixo e sua utilização para a fertilização” (2013, p. 181). Howard, já no final do século XIX, sugeria que o lixo orgânico produzido nas cidades-jardins fosse destinado às propriedades rurais para servirem de adubos naturais para o cultivo de alimentos, estimulando e favorecendo a produção local.

O grande desafio da sustentabilidade urbana é procurar desenvolver esta relação harmônica entre o meio natural e a sociedade visando estimular o bem-estar coletivo. Esta era a intenção de Howard quando em seus projetos urbanísticos pensou nas cidades-jardim. Elas são o que mais se aproximam de alguns parâmetros que hoje estão sendo sugerido pelos urbanistas modernos.

Para Otonni (2012) e Bernman (1986) a obra de Howard, teve grande repercussão na Europa e no mundo na primeira metade do século XX. Diversos projetos foram elaborados tendo como fundamento os princípios da sua obra, mas, desprovidos de sua essência social, foram executados apenas em algumas partes. Como por exemplo, no Brasil, um dos projetos com fundamentos nas cidades-jardim foi o da construção da cidade de Goiânia, projetada para ser capital do Estado de Goiás e idealizada por Atílio Correa Lima em 1930.

CAPITULO 2 - GOIÂNIA-GO: DA IDEIA DE MUDANÇA AO PROJETO MODERNO DE CIDADE JARDIM

2.1 Primeiras cidades de Goiás

Segundo (Palacín, 1995), os primeiros povoamentos urbanos do Estado de Goiás fundados pelos colonizadores foram iniciados pelos bandeirantes no século XVIII, tendo como pano de fundo a mineração. Segundo Chaul (2000), o povoamento da região de Goiás tem seu auge no período da mineração em 1750 e posteriormente entrou em declínio³. O arraial de Sant'Anna, Vila Boa, fundado em 1727, às margens do Rio Vermelho, tornou-se capital em 1744 da recém-criada capitania de Goiás, mantendo-se até a mudança oficial da capital do Estado de Goiás em 1937, Palacín (1998).

Os primeiros anos são de uma atividade febril. Pouco depois de seu retorno, Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Santa'Anna. Localizado entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, anova povoação - que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se capital - geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações, no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admitia dilatações. Há ouro e água, isto basta. Este será o critério como que irão surgindo os demais arraiais. (PALACÍN, 1994, p. 25)

Como ressalta Palacín (1994) os locais para construções das cidades, espaços urbanos, eram escolhidos sem critério técnico algum que privilegiasse lugares ambientalmente saudáveis. Para os colonizadores onde havia ouro haveria um povoado e depois, uma cidade se erigia como desdobramento da atividade aurífera. Esse tipo de ocupação, segundo Holanda (1995), é fruto da forma de colonização portuguesa que não previa nenhum tipo de legislação ou regulamentação para a construção ou ocupação das cidades. Estas eram construídas de forma irregular, segundo Sérgio Buarque de Holanda:

[...] a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo' (HOLANDA, 1995, p. 110).

As cidades mineradoras do estado de Goiás seguiram o padrão das demais cidades fundadas pelos portugueses, sem projeto ou avaliação dos sítios para implantação do espaço

³ Segundo Estevam (2004) o declínio da população urbana no Estado de Goiás se deu devido o esgotamento das dos depósitos auríferos, que levou a uma migração da população dos arraiais para as áreas rurais, com atividade voltada para a lavoura e pecuária de subsistência. "...na primeira metade do século XIX encontraram-se ruínas de antigas povoações, casas abandonadas e igrejas caindo aos pedaços. (ESTEVAM, 2004, p. 41)

sendo quatro localizadas no Norte de Goiás (atual Estado do Tocantins) Porto Real (Porto Nacional), Natividade, Barra do Palma e Arraias e no Sul (atual Estado de Goiás) havia Vila Boa de Goiás (Capital), São Félix, Crixás, Cavalcanti, Traíras, Meia Ponte (Pirenópolis), Santa Luzia (Luziânia) e Santa Cruz.

Segundo Botelho

[...] os historiadores são unânimes em apontar o rápido crescimento da população, especialmente escrava. A mineração, segundo muitos, determinaria um povoamento marcado pela urbanização, onde as vilas e arraiais concentrariam uma vida mais agitada que aquela com a qual estavam acostumadas as populações envolvidas com a agricultura (BOTELHO, 1996, p.04).

No entanto, é questionável se havia uma vida urbana intensa e agitada nas cidades e vilas do Goiás colonial, mesmo para o tão chamado período áureo da mineração. Em primeiro lugar, não se pode afirmar que estes primeiros núcleos urbanos tinha uma população com dezenas de milhares de pessoas vivendo e trabalhando exclusivamente nas áreas urbanas, como na atualidade. Em segundo lugar, a população que habitava Goiás era insignificante se comparado ao tamanho do seu território, o qual incluía, também, o atual Estado do Tocantins, abrangendo cerca de 750 mil Km². Para se ter uma ideia a população de Goiás em 1872, era de 160.395 habitantes distribuídas em apenas 20 municípios. Em 1920 atingiu a cifra de 511 mil habitantes, sendo apenas 1,47 habitantes por Km².⁴ Portanto, a densidade demográfica era baixíssima e desta população total, seguramente, até a década de 1930, pouco mais de 10% dessa população vivia em áreas urbanas.

Provavelmente, a maior área urbana edificada até princípios do século XX era a cidade de Goiás, então capital do Estado que possuía em 1857, como cabeça de comarca, uma população de 25.828 habitantes. A população urbana da capital, no entanto era de apenas 4.869 habitantes. Deste total, 81,1% viviam no campo, conforme Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinária de 1858. Dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1872 mostram que a população urbana da capital diminuiu para 3.433 habitantes. O que dificulta falar em uma vida urbana e intensa em Goiás, nos moldes de uma sociedade industrial capitalista e de consumo de massa.

Segundo Oliveira (2012) após a crise da mineração ocorreu mais duas ondas migratórias: 1) a de 1800 a 1870, que teve como principal motivação a atividade agropastoril, em um momento, marcado por grandes transformações na economia mundial, com as

⁴Recenseamento Geral do Brasil de 1920 – Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf> - acessado em 17 de agosto de 2016

revoluções industrial e francesa. Fatos determinantes para a fuga da Família Real para o Brasil em 1808. Ao se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro - tornou-se a sede da Corte - fato decisivo para que a região Sudeste do Brasil se desenvolvesse e passasse a produzir em larga escala para o mercado externo, sendo o café, o principal produto de exportação. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais passaram a ter índices expressivos de crescimento econômico e demográfico e, milhares famílias, especialmente de mineiros que não conseguiram adaptar-se às mudanças, viram-se forçadas a migrar cada vez mais para o interior do Brasil em direção ao Planalto Central. Estes migrantes ocuparam terras ainda consideradas devolutas do Triângulo Mineiro, Sul, Sudeste e Sudoeste de Goiás, em um momento que, até 1850, não havia legislação fundiária alguma em vigor.

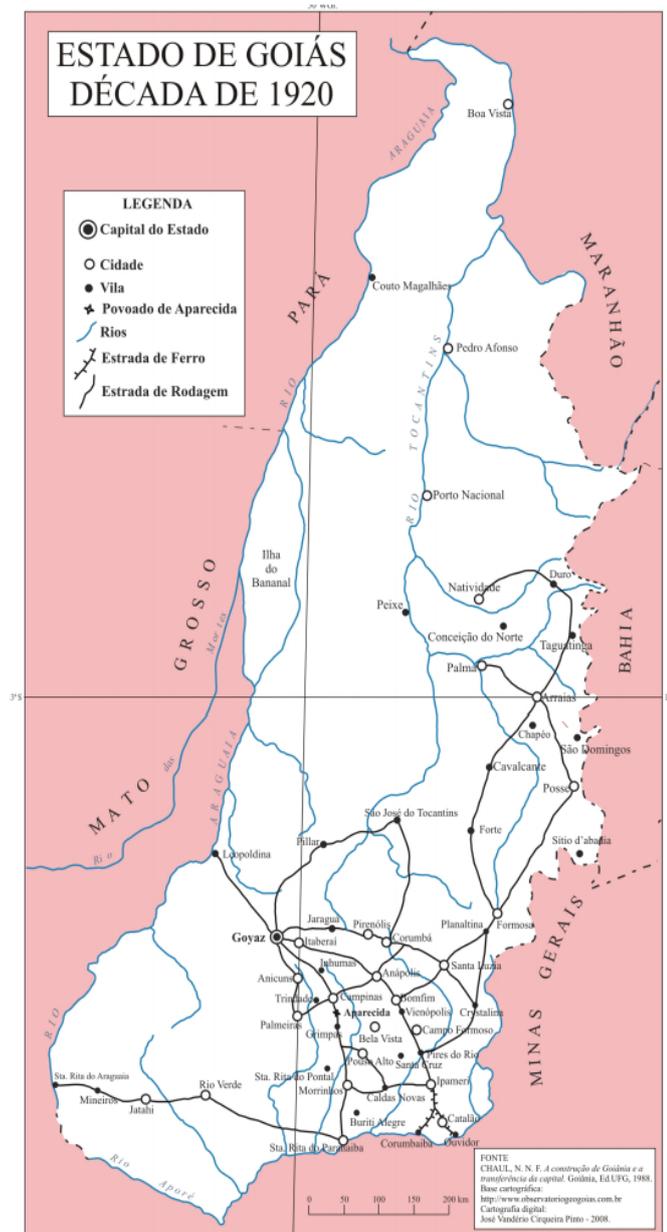
A segunda onda migratória tem início a partir de 1870, e está diretamente relacionada, com a expansão da economia cafeeira que resultou na melhoria das vias de comunicação e transporte com a implantação da rede ferroviária cujos trilhos chegaram a Goiás em 1909. Acompanhando a ferrovia, milhares de famílias de mineiros, paulistas e, até estrangeiros - com destaque para os sírios libaneses - com espírito mais urbano e capitalista foram se estabelecendo em Goiás, especialmente nas localidades mais próximas dos trilhos da Estrada de Ferro Goyaz. Nas proximidades e ramais da estrada de ferro houve uma maior dinamização econômica das cidades como: Catalão, Ipameri e Anápolis. Bem como, o surgimento de novas cidades como Pires do Rio, Vianópolis, Urutaí e Goiânia.

Ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX eram para o sul de Goiás que se dirigiam grande fluxo migratório:

54% da população de Goiás, na década de 1870, já se concentrava na então região Sul de Goiás; em 1890, esta cifra elevou-se a 56,2%. [...] O crescimento da população foi expressivo nos municípios de Morrinhos 207,3%, Pouso Alto (Piracanjuba) 201,6%, Curralinho (Itaberaí) 85,1%, Rio Verde 72,4%, Entre Rios (Ipameri) 66,2%, Jataí 62,5% e Jaraguá com 53,3% (OLIVEIRA, 2006, p. 46).

Se por um lado, ocorreu crescimento expressivo da população goiana no final do século XIX, por outro, houve um aumento do número de cidades que saltou de 13 para 20 em 1872, 39 em 1920 e 42 em 1940, Reis (2011). Entre os anos de 1890 a 1930 surgiram 42 municípios, deste total, 38 concentravam no centro sul de Goiás. Conforme observamos na Figura 15, a maioria das novas cidades se formaram nas regiões sul, sudoeste e principalmente no sudeste, próximas à estrada de ferro.

Figura 15 - Cidades surgidas no Estado de Goiás - 1920



Fonte: Observatório Geográfico de Goiás. Disponível em: observatoriogeografico.iesa.ufg.br/up/215/o/Goias_decada_de_1920.pdf Acesso em: 01 de setembro de 2016

A chegada da Estrada de Ferro Goyaz no Estado teve um papel fundamental neste processo o que acabou por contribuir para o crescimento econômico e demográfico do sul e do sudeste de Goiás, regiões que se tornaram novos pólos de desenvolvimento econômico e político (MOYSÉS, 2004; CHAUL, 1999; MANSO, 2001). Desta forma:

[...] as alterações efetuadas nos meios de transportes, a dilatação da fronteira agrícola e os novos mercados abertos à produção e à exportação dinamizaram economicamente as regiões Sul e Sudoeste do Estado, desnivelando-as das demais regiões goianas e tornando-as centro econômico do Estado (CHAUL, 1999, p. 24).

A administração pública, da época, tinha consciência de que não bastava a estrada de ferro atingir uma cidade para que o progresso se efetivasse de fato, uma vez que, muitas cidades servidas pelas vias férreas encontravam-se estacionárias. Além de consumir elevadas somas de recursos tornavam-se inviáveis financeiramente se não houvesse a certeza de uma intensa produção e rede de consumo nas regiões servidas pelos trilhos. Naquela época, segundo Armando Godói (1942), o transporte rodoviário estava-se tornando mais viável e em muitos países, como na França e nos EUA, algumas ferrovias estavam dando lugar às rodovias.

Nas primeiras décadas do século XX essas regiões, que compreendem a atual divisão geográfica do Estado, já haviam se consolidado como mais dinâmicas por concentrar, por um lado, o maior contingente demográfico, e por outro, por serem responsáveis pela maior parte da produção da riqueza e arrecadação de Goiás. De toda a arrecadação do Estado de Goiás em 1917, que foi de 1.950:504\$595 contos de réis, o Norte goiano contribuiu apenas com 60.333\$000 contos de réis, ou seja, 3,1% conforme dados apresentados ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz em 13 de maio de 1918 pelo Desembargador João Alves de Castro⁵. A partir dessa realidade os políticos da região sul e sudoeste começam a lutar por um maior espaço político nas decisões do Estado.

Até meados do século XX, o rural se sobrepunha à *urbe* e a construção de Goiânia que fora idealizada e planejada para ser uma cidade moderna para abrigar 50 mil habitantes era uma obra muito grandiosa para o contexto histórico goiano na década de 1930. Goiânia representava o marco inicial de um processo de ruptura que iria culminar, na segunda metade do século XX, na sobreposição da cidade em relação ao campo.

Na perspectiva mudancista e progressista da década de 1930 a sugestão de mudança e construção de uma nova e moderna capital por Pedro Ludovico tinha por finalidade estimular o desenvolvimento e o progresso em Goiás. Para Armando de Godói, Goiânia deveria ser uma “cidade moderna e um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progridem e não prosperam” (GODÓI, 1942, p.14).

⁵ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz na segunda sessão legislativa de 13 de maio de 1918 pelo Desembargador João Alves de Castro. Presidente do Estado. Typografia da Correio Oficial: Goyaz, 1918. p.55 – Disponível no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u197/000055.html> - acessado em 02/03/2016.

2.2 A Mudança da capital

As primeiras discussões sobre a mudança da capital do Estado de Goiás, de Vila Boa para uma nova localidade sempre esteve presente, tendo como justificativa diversos fatores, entre eles ambientais como falta de água potável, insalubridade do local, clima e topografia. O primeiro registro de sugestão da mudança da capital ocorreu em 1754. Conde dos Arcos, o então Governador da Capitania, sugerira a mudança tendo em vista as dificuldades de comunicação, problemas de salubridade e clima de Vila Boa (CHAUL, 1999; PALACIN, MORAES, 1994; PALACÍN 1976).

Em 1830, Miguel Lino de Moraes e, em 1890, Rodolfo Gustavo da Paixão, respectivamente presidentes da Província/Estado, sugeriram a mudança alegando questões de insalubridade, falta de água potável abundante, dificuldade de desenvolvimento comercial devido à localização da capital (CHAUL, 1999; PALACÍN, 1976). Alegava-se que todas essas dificuldades, em especial, a localização da capital impediam o seu crescimento populacional e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Devido a questões econômicas, legais e políticas a constituição do Estado de 1898 definiu que, “a cidade de Goyas continuará a ser a capital do Estado enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”(CHAUL, 1999, p. 69).

Com o fortalecimento econômico da região sudoeste e sul de Goiás, no início do século XX, a ideia da mudança da capital foi retomada e ganhou força com a ascensão de Pedro Ludovico ao poder em 1930. A sua nomeação como interventor de Goiás, por Getúlio Vargas, representou a ascensão e a concretização do ideário da força oposicionista às oligarquias dos Bulhões e Caiados iniciada na década de 1920. Era a consolidação da força política das regiões Sul e Sudoeste de Goiás, em detrimento, das famílias oligárquicas da antiga capital (CHAUL, 1999; DAHER 2001, PALACÍN e MORAES, 1994).

Muito mais do que dificuldades de salubridade, saúde e de localização, a mudança da capital soava como sendo uma ruptura com o passado político e econômico de Goiás que, se encontrava atrasado. A nova capital passou a representar:

[...] as aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso. Por isso, Goiânia seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Significava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira (CHAUL, 2009, p. 104).

Esse novo quadro político e econômico, a partir da “Revolução” de 1930, foi imprescindível para que a ideia da mudança da capital fosse concretizada. Agora além dos fatores ambientais e urbanos a mudança ganha força por razões políticas, econômicas e ideológicas, do que necessariamente, por questões de saúde, salubridade e má localização da capital no território goiano. A “ideia da mudança da capital vinha demonstrar as aspirações do sul e sudoeste em deslocar, para perto das regiões economicamente mais dinâmicas, o centro do poder político”(CHAUL, p. 70, 1999).

O êxito da mudança da capital de outras duas capitais no final do século XIX, Palacín (1976), de Sergipe em 1897 e de Minas Gerais em 1897, foi um estímulo à mudança da capital no estado de Goiás. A nova capital do estado:

[...] seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política a seu mentor contemporâneo. Significa ainda o progresso de unificação do Sul e Sudeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira (CHAUL, 1997 *apud* MANSO, 2001, p. 35).

As mudanças provenientes do “novo” sistema de poder de 1930 acabaram por fortalecer o sistema capitalista de produção e buscar uma justificativa ideológica de rompimento com a velha política oligárquica, vigente em Goiás na Primeira Republica. Assentado no discurso do progresso e da modernidade Pedro Ludovico passou a representar a personificação do novo e das mudanças, um timoneiro que iria conduzir o Estado de Goiás a navegar a favor das correntezas do desenvolvimento. A proposta de construção e mudança da capital passou a representar o símbolo da mudança política e do progresso em consonância com o discurso da política nacional do Governo de Vargas que tinha como propósito a marcha do Brasil para o progresso e modernidade (PALACÍN 1976; PALACÍN E MORAES, 1997).

A justificativa ideológica para o atraso de Goiás, conforme os discursos políticos mudancistas estavam na inexistência de uma capital moderna com um centro de cultura, de ordem, trabalho, com atividades coordenadas que proporcionasse o desenvolvimento industrial, bancário e comercial. Essa realidade era considerada pela elite intelectual e política de Goiás na década de 1930, como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento do Estado que, segundo Armando Godói as razões do atraso, além do isolamento geográfico, se deve ao fato de não haver “um centro urbano com todos os elementos necessários para expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo” (GODOI, 1942, p. 15).

A construção e transferência da capital para Goiânia visava criar um elemento impulsionador do crescimento econômico que poderia conduzir Goiás a trilhar pelos caminhos do desenvolvimento e do progresso (PALACIN; MOARES, 1994). Sendo,

inclusive, elemento motivado para a atração de capitais externos com vistas à exploração dos recursos naturais ainda intocáveis conservados na natureza. Conforme discurso da época, a nova capital sendo edificada em posição geográfica estratégica, poderia se tornar em um grande irradiador do processo civilizatório em Goiás. Desta forma, “dentro da Marcha para o Oeste, Goiânia era o símbolo desse Brasil grande, do novo, do progresso que levava o Estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o novo tempo que se estruturava nos horizontes nacionais” (CHAUL, 1999, p. 81). Segundo Chaul:

[...] a nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso. [...] um marco que separa dois períodos históricos: o da estagnação e o da ascensão. [...] Goiânia é de fato senhora do porvir de um dos mais belos destinos das cidades brasileiras (CHAUL, 1999, p.81-83).

A nova capital surgiu dentro do princípio do ideário desenvolvimentista do Estado Novo. Nasceu para ser símbolo de integração nacional. Foi pensada e planejada conforme os estilos arquitetônicos e urbanísticos modernos com espaços para serem contemplados e com uma representação simbólica muito forte, por ser, a sede do poder político estadual. Goiânia foi idealizada para uma dupla função:

[...] **econômica** que cabe-lhe abrigar e estimular o alto comércio, os estabelecimento de créditos e as indústrias. [...] Num estado onde não existem cidades com mais de 10 mil habitantes, a criação de um centro, com seus edifícios públicos, largas avenidas e acondicionamento de todos os requisitos de uma cidade moderna, inspira confiança e justifica o emprego de capitais. [...] Como **centro administrativo** cabe-lhe a função de cabeça e orientador. [...] Será o coordenador e o estimulante para atividades econômicas e sociais. [...] como tipo modelar, sua estrutura urbana deve ser ampla, refletindo certa nobreza de linhas, quer no seu traçado quer na sua edificação. [...] É no apoio consubstanciado pela presença da alta administração estadual, que esta região rica se desenvolverá em progressão geométrica (CORREIA LIMA, 1942, p. 96, **grifo nosso**).

A modernidade, segundo Chaul (2009), passou “a significar o sinônimo de progresso à época, era o manto que cobria a mudança da capital” (p.104) e passou a ser principal ideário político de Pedro Ludovico Teixeira, uma alternativa importante de sustentação de poder na garantia do apoio político, principalmente, das regiões sul e sudoeste, do qual era o representante “legítimo” do interesse dos novos grupos oligárquicos emergentes no cenário político de Goiás após 1930. Ao mesmo tempo, estava se criando um novo papel para o Estado, “de guardião da ordem, para o de propulsor do desenvolvimento”(SILVA, 1982; apud. CHAUL, 2009).

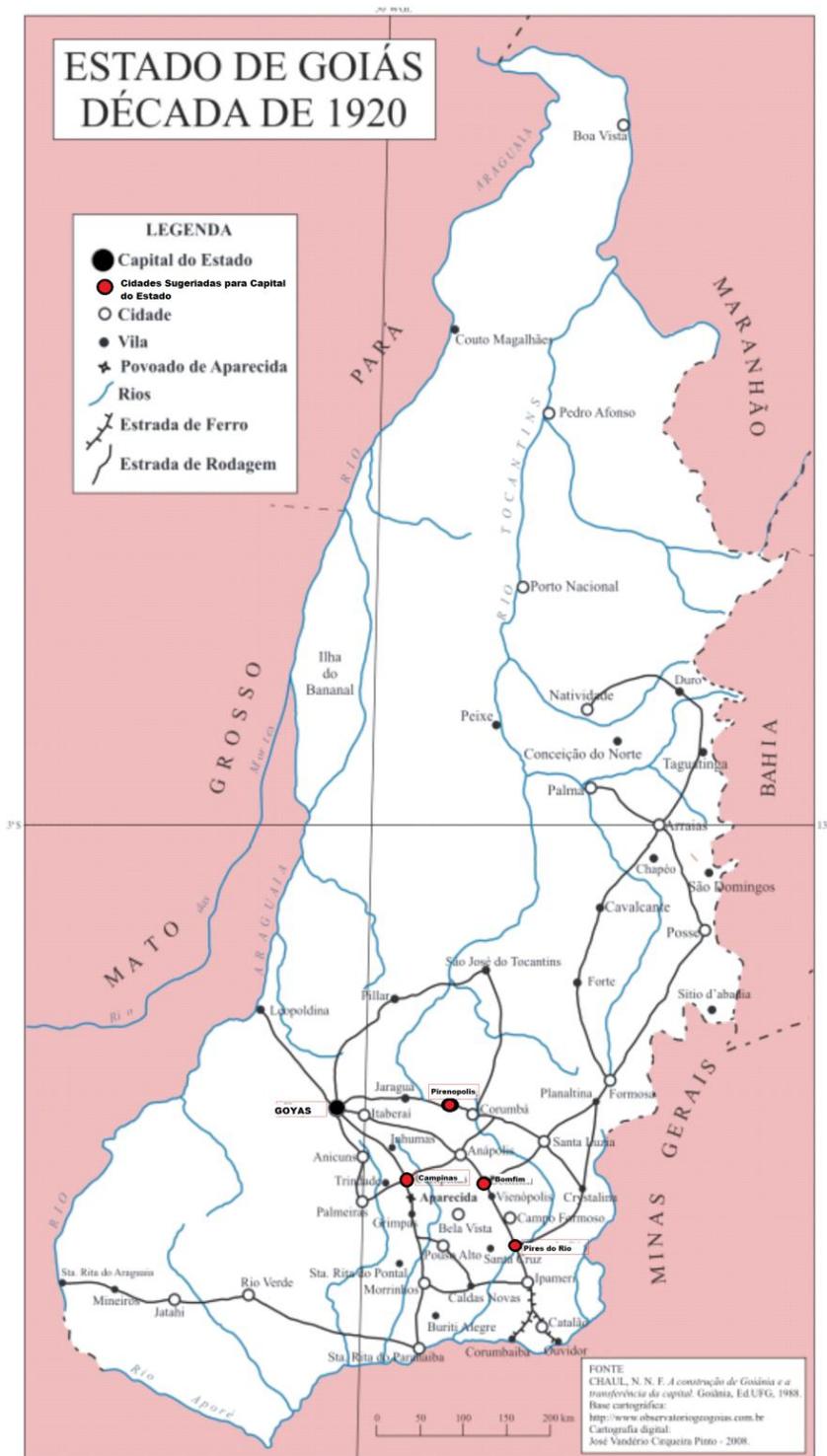
O primeiro passo do Interventor, Pedro Ludovico, para implantação da nova capital foi a nomeação da comissão, mediante o Decreto 2.737, de 20 de dezembro de 1932, para avaliação do local a ser construída a nova capital, que foi composta:

[...] por sete membros e tinha como presidente o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira. Em 3 de janeiro de 1933, a comissão se reuniu e apresentou quatro

localidades que poderiam converter-se em capital: Bomfim (Silvânia), Pires do Rio, Batã (Orizona) e Campinas (SILVA; MELLO, 2013, p.70).

Na figura 16 é possível observar a localidades das cidades sugeridas para sediar a nova capital do estado.

Figura 16: Cidades sugeridas para ser Capital do Estado de Goiás



Fonte: Observatório Geográfico de Goiás/Adaptado. Disponível em: observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Goiias_decada_de_1920.pdf Acesso em: 01 de setembro de 2016

Após as devidas avaliações a comissão escolheu a cidade de Campinas para instalar a nova capital cujo desígnio foi oficializado pelo Decreto n. 3.359 de 18 de maio de 1933, que estabelecia:

Art. 1 - A região às margens do córrego Botafogo, compreendido nas Fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no Município de Campinas, fica escolhida pra nela ser edificada a futura capital do Estado devendo o Governo mandar organizar o plano definitivo da nova capital.

Para Galli (2007) foram considerados os seguintes aspectos para escolha de Campinas para construir a nova capital os quais destaca a "altitude, 729 metros; a temperatura, máxima 30° e mínima 15° ; o terreno plano e a hidrografia que banha a nova capital, com o Rio Meia Ponte, Ribeirão do Anicuns, Botafogo, Cascavel, João Leite, Capivara e outros leitos d'água de menor importância" (GALLI, 2007, p. 88).

Definido o sítio, ao urbanista Atílio Correia Lima, em 1933, ficou a incumbência de elaborar o projeto urbanístico moderno, pois, "a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão o controle social e político desse espaço" (LAPA, 2008, p. 20). O plano por ele apresentado para a construção da nova capital inspirou-se no modelo francês que apresentava perspectiva moderna para sua época e trazia o aspecto de uma cidade-jardim (DAHER, 2003; MANSO, 2001). As ideias da cidade-jardins de Ebenezer Howard trazidas para o projeto urbanístico de Goiânia enfatizavam basicamente a estrutura das vias, as áreas verdes e as preocupações sanitárias, bem como a qualidade de vida dos futuros moradores.

2.3 Cidades Modernas do Brasil e a Emergência das Cidades Planejadas

A busca por cidades dentro de parâmetros de modernidade, especialmente europeu, é iniciada no Brasil no período republicano estabelecido em 1889. Com esse fim diversas remodelações urbanísticas nas áreas centrais de algumas cidades históricas brasileiras foram realizadas com intuito de torná-las modernas e novas foram planejadas. Cidades modernas no Brasil se tornam uma referência nacional no século XX, Silva (1997), com a construção das cidades de Goiânia e posteriormente Brasília.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país até 1960, inicia a reforma em 1903, e em 1904 é inaugurada a nova Avenida Central, figuras 17 e 18. Para isso, como em Paris, foram demolidos casarões no centro da cidade, para darem lugar a avenidas, praças e jardins, Sevcenko (1999).

Figura 17: Obras de abertura da Avenida Central, atual Av. Rio Branco - Rio de Janeiro (1904)



Fonte: Av. Rio Branco símbolo do Rio Moderno. Disponível em: <http://noticias.r7.com/cidades/fotos/av-rio-branco-e-simbolo-do-rio-moderno-20100530-5.html#fotos> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

Figura 18: Av. Central - Rio de Janeiro (1909)



Fonte: Av. Rio Branco símbolo do Rio Moderno. Disponível em: <http://noticias.r7.com/cidades/fotos/av-rio-branco-e-simbolo-do-rio-moderno-20100530-9.html#fotos> Acesso em: 12 de agosto de 2016.

de uma

cidade moderna, pois:

[...] as ruas da cidade ainda eram vielas coloniais, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos. O trânsito dos carros que começavam a ser usados nessa atividade se embaraçava, nessa rede confusa de ruelas, com o das carroças, charretes e carrinhos de mão. Em suma, a cidade, com desenho e proporções coloniais, não era mais compatível com a função de grandes metrópoles que a atividade febril do porto lhe impingira. (SEVCENKO, 1984, p. 47)

Era um período de rompimento com "cidade colonial, imunda, retrógrada, emperradas nas suas velhas tradições" e um "clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte" (OLAVO BILAC apud SEVCENKO 1999, p. 31). Para Sevcenko a remodelação do Rio de Janeiro tinha como intuito mostrar que uma nação prospera tinha como "objetivo maior [...] exibir ao mundo desenvolvido a imagem de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada instituições e de um Estado consolidada e estável." (SEVCENKO, 1984, p. 60).

Essas mudanças buscavam, segundo Marins (1998), obter um cenário atraente na economia internacional, apresentando uma cidade que garantia "transformação social e cultural da cidade" (MARINS, 1998, p. 142).

Já a cidade de São Paulo, segundo Marins (1998), inicia em 1870 o embelezamento da parte central. A Remodelação da cidade ao longo dos anos contou com arborização de ruas, praças, alargamento de vias e parques, Sevcenko (1992). Quanto a essas mudanças Brescianni (1998) conclui sobre a reforma da área central de São Paulo ter "aspecto de uma cidade moderna, próspera e civilizada" (1998, p. 152).

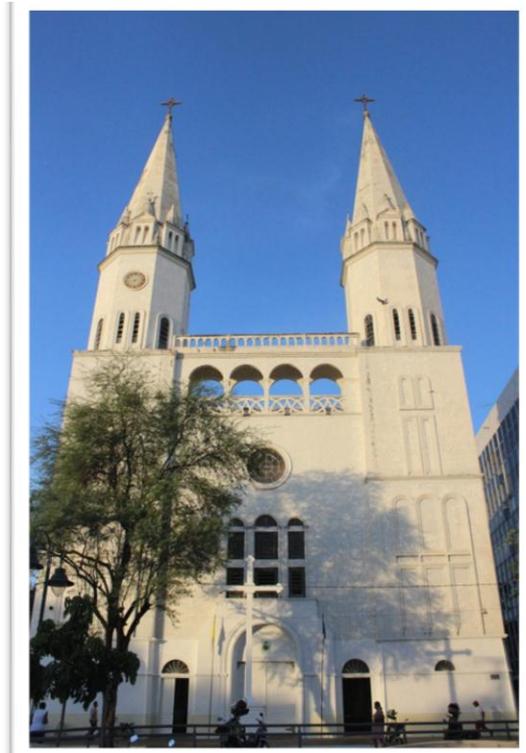
Diferente do ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo que passaram por remodelação três estados tiveram mudanças de suas capitais, bem como mudança da própria capital do país na década de 1960.

A primeira mudança de uma capital planejada no país, segundo Costa (2013) foi Teresina no estado do Piauí. Teresina, segundo Gandara (2011), nascia nos anos de 1850 para ser a nova capital do estado, em substituição a cidade Oeiras. Assim como no caso de Goiás desde do período colonial a localização da capital era questionada devido dificuldades de transporte, isolamento, dificuldade de localização, insalubre, (CHAVES, 2013). A primeira ideia da mudança da capital, segundo Gandara (2013), ocorreu em 1793, pelo Governador Dom João de Amorim Pereira, no entanto a mudança só ocorreu no governo de José Antônio Saraiva em 20 de julho de 1852 quando a Nova Vila do Poti passou a sediar a nova capital, passando a chamar Teresina.

A Vila do Poti que antes abrigava algumas famílias de pescadores, Chaves (2013), em 1852 começou a ver as obras para sediar a nova capital do estado, foram construído

quartel, liceu, e diversos prédios públicos. Segundo Costa (2013) primeira obra foi da Igreja do Amparo, na figura 18a podemos visualizar a igreja.

Figura 18a: Igreja do Amparo primeiro prédio construído no Centro de Teresina



Fonte: Costa (2013)

Quanto ao projeto de urbanismo Costa destaca que o

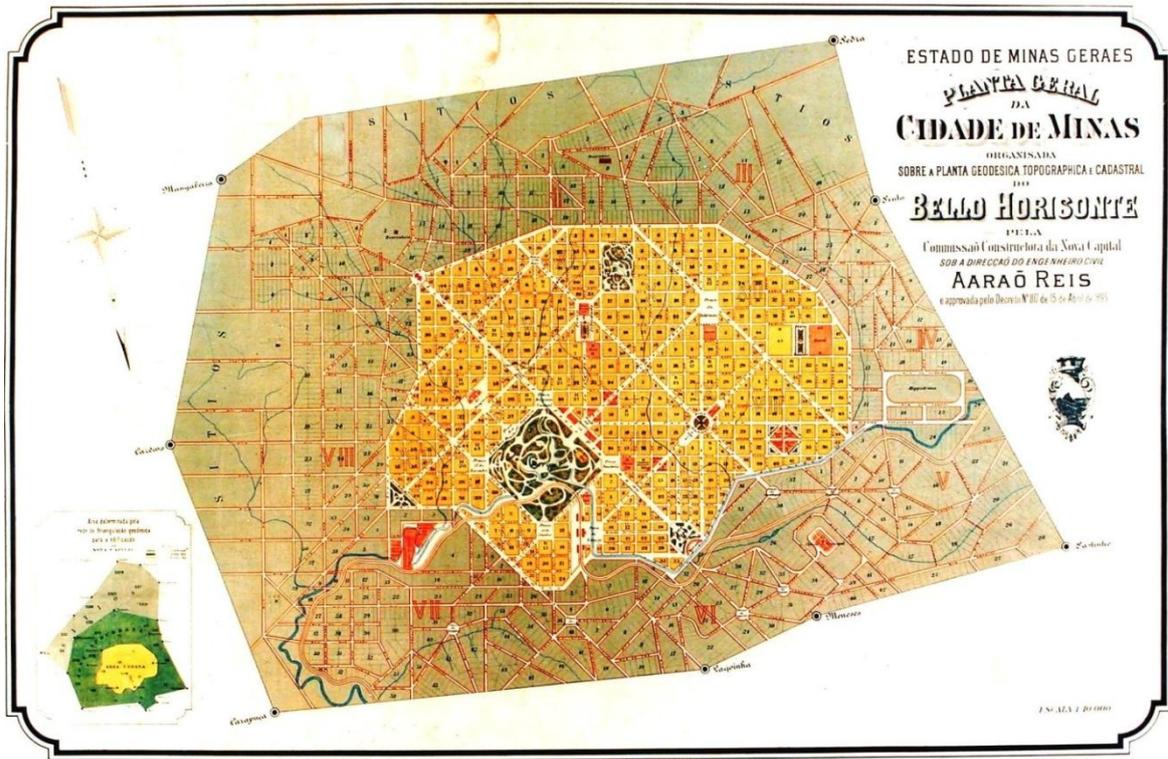
O traçado urbano original da nova capital, com ruas que se cruzavam em ângulo reto, foi projetado pelo mestre de obras português João Isidoro França e pelo próprio Saraiva. A extensão da cidade tinha cerca de um quilômetro no sentido norte-sul, estendendo-se da Praça do Quartel do Batalhão, atual Estádio Municipal Lindolfo Monteiro, até a Rua do Barroão, hoje Avenida José dos Santos e Silva. Já no sentido Leste-Oeste as casas iniciavam-se na margem do Rio Parnaíba e terminavam pouco além das atuais Praças Saraiva e Marechal Deodoro, as únicas existentes naquela época. (COSTA, 2013, s.p.)

Na década de 1930 para atender aos novos preceitos de progresso e modernidade da época Teresina foi, segundo Nascimento (2004), passou por processo de remodelação, para Nascimento (2004) foi projetada uma nova cidade partir da antiga. O projeto de remodelação ocorreu entre 1935 e 1945 sobre a responsabilidade do urbanista e arquiteto Luís Pires Chaves. O urbanista projetou grandes vias de tráfego para atender, segundo Nascimento (2004), ao símbolo da modernidade - o automóvel, espaços livres.

Outra cidade que merece destaque é Belo Horizonte. A mesma foi projetada para substituir a antiga capital Ouro Preto, cidade mineradora. Belo Horizonte foi construída entre os anos de 1894 e 1897, seu projeto urbanístico, segundo Teixeira (1999) e Andrade (2003),

teve influencia americana e europeia, sendo assim um projeto híbrido e eclético. A figura 19 apresenta a planta Geral da cidade de Belo Horizonte, com área urbana e suburbana. Para seu tempo o projeto de Belo Horizonte tinha "uma concepção de cidade moderna simbolizada pelo sistema viário e pela gestão do território" (TEIXEIRA, 1999, p. 20).

Figura 19: Planta Urbanística da Cidade de Belo Horizonte



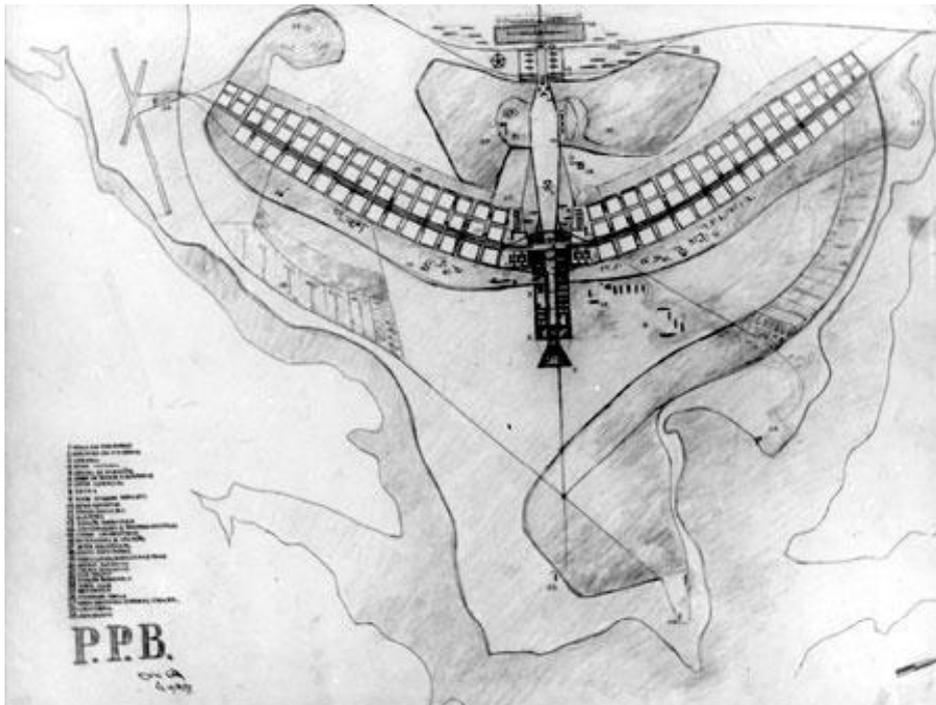
Fonte: Belo Horizonte: a perfeita junção do espaço urbano e da cidade jardim em Minas Gerais . Disponível em <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/arquitetura/belo-horizonte-perfeita-juncao-do-espaco-urbano-e-da-cidade-jardim-em> Acesso em: 12 agosto de 2016.

O projeto da cidade era subdividido em zonas urbanas, suburbana e rural, e previa uma população de 200 mil habitantes. Assim como ocorria em Goiás, na década de 1930, o controle do planejamento, construção, alienação dos lotes e ocupação nos anos iniciais estavam sob controle do Estado. Para Teixeira (1999) Belo Horizonte foi uma ruptura com a cultura colonial que as cidades nasciam de forma espontânea, irregular.

Outra cidade planejada que merece destaque é a construção de Brasília, nova capital do país, na década de 1950, tendo sido inaugurada em 21 de abril 1960. A cidade edificada no coração do país teve com intuito político estimular o povoamento da interior do Brasil, introduzir recursos econômicos para o sertão e desenvolver a agricultura em Goiás, Mato Grosso e Maranhão (PASTORE, 1969). "Em suma, Brasília seria não apenas uma cidade nova, mas principalmente, um símbolo de progresso" (PASTORE, 1969, p. 4).

Para Graeff (1985) o projeto de Brasília possui identificação com Goiânia, por ser uma cidade planejada e construída buscando integrar o espaço urbano com unidade ambiental, com características, segundo o autor, de uma Cidade Parque, enquanto Goiânia possuía características de uma cidade-jardim. Cidades projetadas com zoneamento definidos, áreas verdes e cidades satélites. "As ambiências arquitetônicas são, realmente, da mesma família, a de Goiânia e a de Brasília" (GRAEFF, 1985, p. 34). Plano piloto de Brasília, figura 20.

Figura 20: Plano Piloto de Brasília



Fonte: Plano Piloto. Disponível em: www.museuvirtualbrasil.org.br/PT/plano_piloto.html Acesso em: 12 de agosto de 2016.

Percebe-se que o discurso de progresso e crescimento econômico andaram juntos com a reforma das principais cidades brasileiras e com a construção de novas capitais, em Goiás não foi diferente. Goiânia era símbolo de desenvolvimento e progresso para o estado, para que fosse uma cidade moderna, não uma cidade que nascesse de forma espontânea, por isso, foi contratado Atílio Corrêa Lima para projetar, planejar a nova capital.

2.4 ATÍLIO CORRÊA LIMA

Atílio Corrêa Lima, figura 21, nasceu em Roma-Itália, em 8 de abril de 1901. Foi registrado na embaixada brasileira por estar seu pai a trabalho no país; ele viveu sua primeira infância com a família na Europa até 1906 quando retornou para o Brasil. Em 1909 voltou a

Europa por um ano devido trabalho do pai que era escultor. Morreu aos 42 anos, em 1943, em um acidente de avião (DAHER, 2003).

Figura 21: Atílio Corrêa Lima



Fonte: Daher (2003, p.48)

No Brasil Atílio estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro como “aluno livre” em 1919 e no ano seguinte, em 1920, ingressou na faculdade aos 19 anos, sendo diplomado como engenheiro-arquiteto em 1925. No mesmo ano de sua formatura participou de um concurso promovido pela prefeitura do Rio de Janeiro, para o ajardinamento da Ponta do Calabouço, no qual classificou-se em segundo lugar. Após o concurso integrou a convite do prefeito, a equipe da Diretoria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, ficando até 1926. (ACKEL, 2007; MANSO, 2001)

Atílio, 1926, ganhou o Prêmio “Viagem à Europa”, o qual foi promovido pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro que contemplava o ganhador com estágio de aperfeiçoamento profissional em Paris-França. Ganhador do prêmio, em 1927, Atílio mudou-se e durante quatro anos estudou em uma das principais escolas de urbanismo do mundo o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Os pensamentos da universidade parisiense influenciaram diversos urbanistas pelo mundo bem como Atílio. Ackel (2007) ressalta que Atílio foi o segundo sul-americano e o primeiro brasileiro a se formar pelo Instituto Urbanístico da Universidade de Paris.

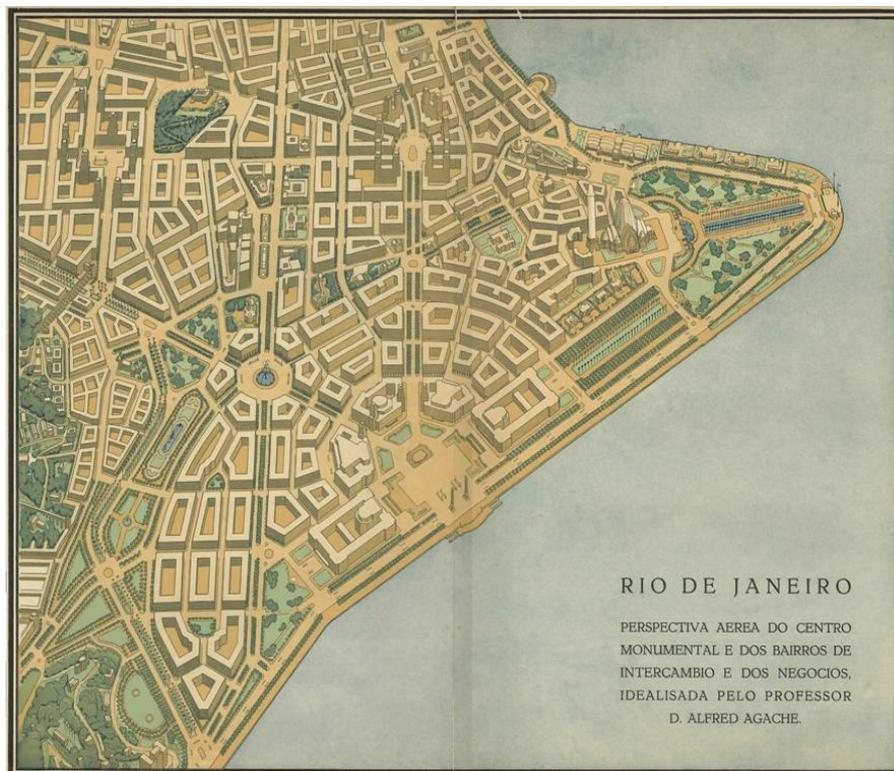
Entre os professores de sua especialização na França vale destacar Alfred Agache e Jacques Gréber. Gréber era professor da disciplina intitulada *Art et Technique de la*

Construction des Villas. Para Greber a cidade deveria ser planejada e o crescimento urbano não poderia ocorrer espontaneamente (ACKEL, 2007). Greber defendia:

[...] alguns conceitos próprios a respeito das cidades, ressaltando sempre a necessidade de **planejar o crescimento urbano, evitando que as cidades continuassem a crescer espontaneamente**. Ele reconhecia que, para combater este mal, havia sido criada uma legislação específica destinada a promover, de forma ordenada, os planos de crescimento das cidades. Os estudos desenvolvidos abordavam matérias multidisciplinares preocupando-se com o habitante e usuário da cidade. A prioridade era o “ser humano” e o “desenho urbano” (MANSO, 2001, p. 136, **grifo nosso**).

Enquanto esteve em Paris Atílio estagiou no escritório de Agache. A convite do mesmo colaborou na elaboração do Plano de Remodelação do Rio de Janeiro. A figura 22 apresenta planta de remodelação da parte histórica do Rio de Janeiro apresentado por Agache. Alguns conceitos de Agache, como atenção especial com a higienização, saneamento, lazer, legislação e código de controle do crescimento e uso do solo, acabaram por influenciar algumas concepções de Atílio (MANSO, 2001; ACKEL, 2007).

Figura 22: Perspectiva apresentado por Agache no projeto de Remodelação do Rio de Janeiro



Fonte: Agache (1930)

Durante o tempo que esteve em Paris o movimento moderno no urbanismo encontrava-se em discussão. Para Ackel (2007) o movimento modernista no urbanismo surge em virtude da crise da organização, do empobrecimento e do congestionamento das cidades,

proveniente especialmente das cidades industriais. Uma dessas propostas urbanísticas que teve destaque no início do século XX foi o de cidade-jardim de Ebenezer Howard.

Durante o tempo que esteve em Paris Atílio participou como ouvinte do Congresso de Urbanismo de Paris, em 1928, o qual tratou de temas relacionados ao zoneamento urbano que dividia a cidade por categoria de uso e a consequente criação “de zonas especializadas”, que com certeza, antecipavam os princípios básicos do Movimento Moderno (MANSO, 2001).

Eram sugeridas setes zonas assim distribuídas: Zona 1- centro comercial e administrativo; Zona 2 - bairros de habitações coletivas; Zona 3 - bairros de habitações individuais; Zona 4 - áreas industriais, Zona 5 - áreas de industrias nocivas, Zona 6 - bairro operário; e Zona 7 - bairros para mansões de luxo. (MANSO, 2001, p. 136).

Estes Elementos levantados por Ebenezer Howard foram propostos por Atílio no projeto de construção de Goiânia. Atílio também cursou em 1929 o curso de técnico sanitário em Paris, tendo em vista que a engenharia e médicos sanitaristas predominavam na área urbanística. Foi durante as primeiras décadas do século XX que “os arquitetos foram assumindo um papel cada vez mais importante no planejamento das cidades europeias, somando seus conhecimentos históricos e artísticos aos conhecimentos até então predominantes da engenharia sanitária” (ACKEL, 2007, p. 38).

Muito mais que sanitarista, o urbanismo é a convergência das disciplinas de economia, sociologia e arquitetura têm como foco central a cidade e as questões sociais inerentes a ela. “O urbanismo modernista propõem a transformação efetiva da sociedade e das desigualdades sociais” (ACKEL, 2007, p. 130).

Em 1931 Atílio retorna ao Brasil e em 1932 inicia carreira docente na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, a convite do então presidente, Getúlio Vargas, assumindo interinamente a cadeira de professor de Urbanismo. Em 1933 foi convidado por Pedro Ludovico, Interventor de Goiás, para realizar o projeto urbanístico da nova capital do estado. No projeto apresentado pelo arquiteto é possível perceber a influencia da formação que teve em Paris, demonstrando preocupação quanto ao controle do crescimento da futura cidade, saneamento básico e áreas verdes. E dentro de uma perspectiva modernista escolheu o estilo cidade-jardim para nova capital do estado de Goiás (DAHER, 2003).

Para Ackel (2007) “o projeto de Goiânia, nova capital do Estado de Goiás, realizado por Atílio Corrêa entre os anos de 1933 a 1935, acabou servindo de modelo das soluções modernizadoras e de aperfeiçoamento do padrão urbanísticos das cidades” (p. 128). Para Manso:

[...] Atílio pode ser também considerado um dos pioneiros do Movimento Moderno brasileiro, antes mesmo de realizar o projeto de Volta Redonda (RJ), se levarmos em consideração suas propostas para Goiânia, em que mantém a separação da composição urbana por sistemas independentes, com predominância para o sistema viário e para o sistema de áreas verdes (MANSO, 2001, p. 145).

Após o trabalho de Goiânia Atílio realizou em 1937 o projeto urbanístico da Vila Operária de Volta Redonda, Plano de Urbanização de Barra Mansa, Remodelação de Recife, entre outros. Ackel (2007) conclui que o arquiteto Atílio Corrêa Lima, sem dúvida, foi um pioneiro do urbanismo no Brasil. Mas, talvez, o trabalho de maior destaque de sua carreira tenha sido o projeto da construção de Goiânia.

Figura 23: Equipe da Remodelação de Recife – Atílio ao centro



Fonte: Ackel (2007)

2.5 O Projeto de Goiânia

Atílio Corrêa Lima foi contratado pelo governo do Estado de Goiás, mediante o Decreto 3.547, de 06 de julho de 1933, representado pela empresa Antunes Ribeiro e Cia para elaboração dos projetos da futura capital. Conforme o Decreto 3.547/1933 deveria ser apresentado:

Art 1.º organização do **esboço geral do traçado da cidade**, partindo de um núcleo central ou se desenvolvendo em tórno dele;

Art 2.º estabelecimento do anteprojeto na escala máxima de 10:10.000, compondo-se êle das seguintes partes:

- a) sistema de logradouros públicos;
- b) indicações relativas à circulação;
- c) zoneamento ou divisão da cidade em várias zonas, cada uma com determinada finalidade;
- d) esquema das rêsdes de água, de esgôto, de luz e de fôrça;
- e) sistema de parques, jardins, ruas jardins, terrenos para esportes e recreio, bem como indicações sôbre a arborização das ruas.
- f) plano detalhado do centro cívico e dos principais edifícios correspondentes;
- g) indicações sôbre a coleta, transporte e tratamento do lixo;
- h) cadernos das obrigações relativas aos edifícios a serem construídos nas quadras centrais;
- i) relatório justificando as soluções dadas pelo plano dos diferentes problemas, compreendendo:

I - legislação relativa ao **plano diretor**

II - regulamento sôbre abertura de ruas e loteamento do terreno;

III - regulamento de construções;

IV - o projeto deverá prever uma **população de 50.000 habitantes**.

A entrega do relatório ao governador Pedro Ludovico e do anteprojeto urbanístico do núcleo inicial da cidade, destinado a 15 mil habitantes, foi em 1935. No entanto, havia a possibilidade de expansão da malha urbana da cidade até o limite de 50 mil habitantes.

O projeto apresentado para a construção de Goiânia além de seguir um padrão europeu de cidades-jardins previa princípios da sustentabilidade ecológica ao garantir amplos espaços de áreas verdes, bosques, *park-ways*, praças, jardins, áreas de lazer e vias arborizadas, áreas estas que tinham por objetivo a preservação das nascentes e dos córregos da cidade, bem como, garantir qualidade de vida dos futuros moradores (DAHER, 2003; MANSO, 2001). Lima (1993) define como áreas verdes urbanas "espaços onde há predomínio de vegetação arbórea, englobando praças, jardins público, parques urbanos, canteiros centrais de avenidas e rotatórias de vias públicas" (apud CAZNOK, 2010, p. 255).

O projeto apresentado parece um contrassenso, uma vez que, a construção de Goiânia foi concebida em uma época marcada pelo início das políticas desenvolvimentistas que tinham como objetivo a ocupação dos "espaços vazios" do interior do Brasil, quando instaurou-se uma verdadeira "guerra" contra a natureza, considerada responsável por impedir o progresso e o desenvolvimento. A natureza era vista "como inimiga do progresso e que, portanto, a relação estabelecida incentivava o enfrentamento" (SILVA, 2014, p.23). Durante praticamente todo o século XX, construtores de cidades e de estradas eram vistos como desbravadores em permanente campo de batalha contra a natureza, considerada perversa e inibidora do progresso.

E foi neste contexto que o projeto foi apresentado. Era um modelo de cidade moderna que já se encontrava em voga na Europa no final do século XIX e início do século XX, a cidade estilo cidade-jardim idealizado por Ebenezer Howard. "[...] *Garden Cities of Tomorrow* teve tremendo impactos sobre os arquitetos, projetistas e fomentadores da primeira metade do século XX; eles canalizaram todas as suas energias para a produção de ambientes "mais agradáveis e vantajosos que deixariam para trás a metrópole turbulenta" (BENMAN, 1986, p. 234).

Embora não tenha proposto todos os princípios do ideal de Howard (2002), Atílio Correa Lima preocupou-se em delimitar o local da cidade, pensou a mobilidade urbana com ruas, vias e ordenação viária, zoneamento da cidade, saneamento básico (rede de esgoto e de fornecimento de água) e, sobretudo, a destinação de amplas áreas verdes na composição do espaço urbano. Atílio "buscou realizar plasticamente a ideia de uma cidade organizada, planejada" (MANSO, 2001, p. 144).

A fim de projetar dentro de parâmetros modernos, tendo como princípios conhecimento que adquirira em Paris, a primeira ação de Atílio foi mudar o local Paineira (próximo hoje ao Morro do Mendanha) previamente escolhido para ser o assentamento do núcleo inicial da cidade, por se tratar de uma localidade deslocada da estrada de rodagem (hoje via Anhanguera), bem como, sua distância dos potenciais mananciais de água o que, ocasionaria a elevação dos custos para garantir o abastecimento da cidade. Além disso,

[...] a configuração do terreno de formação sedimentar, dá-lhe um perfil côncavo, isto é com declive decrescente. Ora um núcleo urbano construído na Paineira, assentaria sobre um terreno de três a quatro por cento de declividade, ao passo que mais abaixo, no local por nós escolhido, essa declividade é em média de dois por cento; portanto, muito mais propício para conter a parte central da cidade (CORREIA LIMA, 1942, p. 99).

Outro fator que levou Atílio a propor a mudança da localidade do núcleo central da cidade foi à proximidade da estrada de ferro, sendo essa fundamental para seu desenvolvimento, pois era um elemento importante para os tempos modernos, desde as cidades industriais no século XVIII. Definido o local, Atílio Correia planejou o traçado da cidade conforme a configuração do terreno.

Um dos pontos considerados em seu relatório foi a composição do tráfego e a infiltração das águas proveniente das chuvas, para isso "as ruas e avenidas foram dispostas de modo a não contrariarem a topografia e foram feitas com a preocupação de não seguir o declive, salvo as avenidas e ruas principais"(CORREIA LIMA, 1942, p. 99). Como por exemplo, as avenidas Paranaíba, Pedro Ludovico (atual Goiás), Araguaia e Tocantins, nestas,

teve a preocupação em garantir de 30% a 50% de áreas de infiltração em partes que poderiam ser gramadas, ajardinadas ou cobertas de camadas de cascalhinho. Com esta medida, procurava atenuar os estragos que poderiam ser causados pelas constantes chuvas com um traçado que procura sempre o menor declive e com áreas descobertas para infiltração e para evitar processos erosivos (MANSO, 2001).

Correia Lima preocupou-se que:

[...] todas as ruas, indistintamente, serão arborizadas e as principais avenidas ajardinadas. Os passeios, na zona residencial terão parte de sua área gramada, sendo, essas áreas cobertas com uma camada de cascalhinho, quando se tratar da zona comercial ou, onde o tráfego de pedestres seja muito intenso (CORREIA LIMA, 1942, p. 104).

Quando projetou as vias arborizadas e ajardinadas proporcionou áreas de infiltração que são importantes para realimentação do lençol freático e, também, possibilitava a diminuição dos impactos sobre o solo atenuando os processos erosivos, especialmente, junto aos cursos d'água, fator de grande importância para o urbanismo sustentável (FARR, 2013).

Quanto ao tráfego além de organizar o transporte motorizado, ao prever todas as vias arborizadas, estimularia as pessoas a fazerem os percursos a pé e de transporte alternativo, ações hoje estimuladas no desenvolvimento sustentável. "A cidade sustentável é geralmente fortalecida se grande parte de seus sistemas de transporte puder se dar por meio da 'mobilidade verde', ou seja, deslocar-se a pé, de bicicleta ou por transporte público" (GEHL, 2013, p. 7).

Correia Lima já demonstrava a preocupação com a mobilidade urbana, com ruas e vias e ordenação viária que garantiria a trafegabilidade, visando inclusive uma perspectiva de futuro, como por exemplo:

[...] as ruas 3, 4, 5 e avenida Anhanguera, paralelas entre si serão as ruas de maior tráfego no futuro, por coincidir a avenida Anhanguera com estrada de rodagem, eixo de todas as comunicações. A avenida Pedro Ludovico tem um caráter pitoresco e monumental, constituindo uma avenida jardim. [...] Pela largura excepcional e pelo aspecto luxuoso prestar-se-á para demonstrações e festas cívicas. O centro administrativo, tem acesso pelas ruas 10,11,26, 34, 35 e avenidas Araguaia, Tocantins e Pedro Ludovico. De qualquer ponto atinge facilmente as ruas citadas. [...] A avenida Paranaíba [...] sua utilidade só se manifestará quando a cidade já tiver um grande desenvolvimento. Foi projetada tendo em vista a necessidade que há de desviar o tráfego que atravessa a cidade com outro destino, evitando o acúmulo inútil no centro da cidade, constituindo na sua maioria de pesados veículos de carga. [...] Além disso, ela é o acesso natural da estrada de rodagem e para a zona industrial (CORREIA LIMA, 1942, p. 101).

Enquanto na atualidade os problemas de trânsito e transporte representam uma das principais reclamações da população de Goiânia, em decorrência do crescimento desordenado

da cidade e da frota de veículos nas últimas décadas, Correia Lima nos anos 30, conforme se observa em seu Plano Diretor, já se preocupava com a organização dos espaços urbanos com o objetivo de garantir a mobilidade e trafegabilidade. Além de procurar atender às necessidades do seu tempo também preocupava-se com o futuro. Como por exemplo, na zona comercial:

[...] que se desenvolve em torno do centro geométrico da cidade e, tendo como eixo principal a avenida Anhanguera. A rede de ruas neste trecho foi prevista para um trânsito mais intenso, e ainda com possibilidade de alargamento no futuro, sem desapropriações. Todas as quadras desta zona dispõem de áreas internas públicas, para o uso do comércio, que poderá fazer descarga de mercadorias, evitando longos estacionamentos nas vias públicas e, conseqüentemente, interrupção do tráfego. [...] Além destas áreas. [...] previmos nas quadras 21, 23, 38, 51 e 52 grandes pátios para estacionamento de veículos de aluguel (CORREIA LIMA, 1942, p. 102-103).

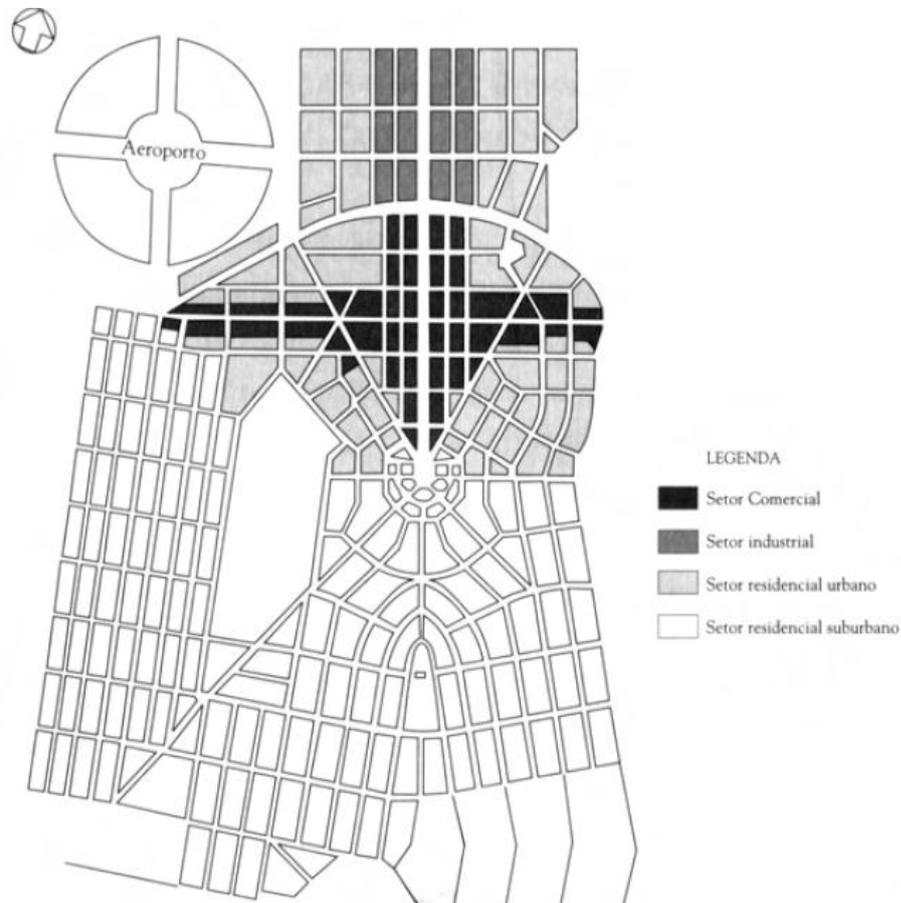
Provavelmente, a situação atual do trânsito e mobilidade no centro de Goiânia, estaria pior se Atílio Correia não tivesse pensado a organização destes espaços urbanos, que foi mantido conforme o projeto original. Somente, na última década, o número de automóveis em Goiânia e nas cidades vizinhas teve um crescimento de 31,31⁶. A Avenida Anhanguera, conforme já previa, no seu Plano Diretor, teve de ser alargada para o trânsito de veículos de passeio, ônibus e pedestres. A Praça do Bandeirante desapareceu para dar lugar ao asfalto. Apesar de todas as modificações não houve a necessidade de se fazer desapropriações ainda. Provavelmente, muitas áreas públicas previstas, no setor central para descarga de mercadorias e estacionamentos devem ter sido vendidas ou apropriadas por particulares para realização de empreendimentos comerciais, hoteleiros ou residenciais.

Para garantir ainda maior trafegabilidade de veículos nas praças e cruzamentos principais dos trechos mais movimentados introduziu-se o sistema da circulação giratória, que segundo Atílio Correia era “o mais adequado para evitar conflitos de veículos, exigindo menor número de inspetores de trânsito. Este sistema dispensa os sinais luminosos, dá automaticamente a passagem aos veículos sem paradas” (CORREIA LIMA, 1942, p. 104).

Outro fator das tendências modernas da época, o zoneamento urbano, foi previsto no projeto de Goiânia, a separação da zona comercial e industrial, o que proporcionaria melhor qualidade de vida à população, tendo em vista os incômodos provenientes das atividades desenvolvidas pelo comércio e indústria,. A figura 24 apresenta o projeto de zoneamento para o núcleo central inicial da cidade.

⁶ . Portal G1, Trânsito e transporte são principais desafios de Goiânia, diz pesquisa. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/11/transito-e-transporte-sao-principais-desafios-de-goiania-diz-pesquisa.html> - acessado em 15/11/2015.

Figura 24: Projeto de zoneamento para cidade de Goiânia - 1935



Fonte: Daher (2003)

Atílio também preocupou-se com diversos fatores socioambientais em seu projeto, entre eles, a preservação dos cursos d'água que inicialmente abasteceriam a cidade. O córrego Botafogo e Capim-puba, ambos deveriam ter todos os seus cursos preservados, bem como, suas nascentes. No plano diretor proposto Atílio Correia relata:

[...] a bacia de infiltração que forma a cabeceira do córrego Botafogo, será interdita a toda e qualquer construção, no perímetro que será marcado. Esta interdição que se estende também aos estabelecimentos agropecuários, visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do córrego Capim Puba, susceptível de servir de reforço ao abastecimento. (CORREIA LIMA, 1942, p. 109)

Não só os cursos d'água que estavam no núcleo inicial da cidade deveriam ter suas margens preservadas, mas todo o percurso dos córregos na área adquirida pelo Estado para a construção da cidade. Tendo em vista a preservação da qualidade da água do município. A figura 25 apresenta a área adquirida pelo estado e seu sistema hídrico o qual deveria ter suas margens preservadas em 50 metros de cada lado.

Atílio preocupou-se com a qualidade da água que iria abastecer a população bem como com a questão sanitária. Em seu projeto previu que a rede de esgoto, fundamental para a questão sanitária deveria ser privilegiar a drenagem por gravidade, e os dejetos seriam lançados em coletores-tronco, no fundo de vales (MANSO, 2001). Também sugeriu que os dejetos fossem lançados no curso d'água após tratamento bacteriológico ou químico, e orientou que a melhor destinação dos resíduos seria para adubo. A preservação dos cursos d'água está diretamente ligada ao sistema de coleta de esgoto, tendo em vista que em muitos casos, pela falta de rede e tratamento é lançado diretamente nos córregos e rios causando a contaminação das águas.

Além de pensar no traçado da cidade, Atílio Correia se preocupou, também, em como a população seria acomodada, tanto que o critério adotado para a definição do tamanho dos lotes deveria ter no mínimo 360 m² com uma testada nunca inferior a 12 metros. No seu entendimento moderno, “hoje é universalmente aceito que, abaixo destes algarismos, a construção não pode oferecer condições de iluminação, insolação, boa distribuição interna e aspecto agradável” (CORREIA LIMA, 1942, p. 110-111). A preocupação de Atílio foi reforçada nos princípios da Carta de Atenas de 1933, que estabelece que o sol, espaço, aeração e vegetação são indispensáveis para qualidade de vida, sendo elementos fundamentais para qualidade psicológica e fisiológica da população urbana.

2.6 Áreas Verdes e Parques Urbanos do Núcleo inicial de Goiânia

Seguindo os critérios modernos de planejamento urbano, Atílio Correia previu no seu Plano Diretor amplas áreas verdes no perímetro urbano da cidade destinada a garantir um ambiente agradável. Para Mascoró (2008) as áreas verdes urbanas são integradas por jardins, parques, clubes esportivos, áreas destinadas a hortas, praças, largos e ruas arborizadas.

Mascoró (2008) define cada um deles: Jardins - espaço ajardinado junto às edificações; Praças: espaço aberto dentro do perímetro urbano, na maioria ajardinadas; Parques Urbanos: vários hectares, em média 10 a 50 ha, com vegetação predominante envolvida no tecido urbano ou encostado a ele, com área de utilização para população; Espaço esportivo - área de aproximadamente 3 a 9 ha, destinada a esporte; Hortas - permite que a população tenha acesso a produtos frescos e sem agrotóxicos; Parque Infantil: espaço ajardinado que deve ficar no máximo 300 metros de distancia das residências.

Mascaró (2008) também divide as áreas verdes em duas categorias: Áreas Verdes Principais - Parque Suburbano; Parque Urbano; Clube Esportivo; Hortas Urbanas -, e Áreas Verdes Secundárias - Parques Infantis, Juvenis, adultos e idosos, praças, vias arborizadas. Atílio dedicou áreas especiais destinadas aos Parques Urbanos, que é objeto deste estudo.

Atílio previu para o núcleo inicial da cidade todos os elementos destacados por Mascaró (2008). Sendo assim estabelecidos três parques urbanos - Parque do Botafogo, Buritis, Paineiras - três Parques Lineares - Botafogo, Capim Puba e Buritizal - , bem como parques infantis - *Play-grounds* - , áreas destinadas a esportes, vias, praças arborizadas e ajardinadas, bem como reserva florestal, os quais foram assim distribuídos, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Classificação dos espaços livres pelas suas categorias e medidas em hectares segundo Plano Diretor da cidade de Goiânia por Atílio Correia Lima

Localidade	Área (ha.)	%
Parque do Botafogo	54	5,0%
Parque dos Buritis	40	3,7%
Parque Paineira	16	1,5%
Parkways	25	2,3%
Jardins	16	1,8%
Play-grounds	3	0,3%
Estacionamento de veículos arborizados	1	0,1%
Praças ajardinadas	5	0,5%
Aeródromo	79	7,3%
Áreas destinadas ao esporte	8	0,7%
Vias públicas	128	11,8%
Total	375	34,7%
Área destinada a construção	707	65,3%
Área total projetada	1082	100,0%

Fonte: CORREIA LIMA, Atílio. Goiânia: a nova capital de Goyaz. Coletânea especial editada pelo Instituto Brasileiro de Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1942. p. 105

Mascaró (2008) estabelece parâmetros para cidade ambientalmente agradável e com tamanhos mínimos ideais, conforme tabela 2.

Tabela 2- Classificação dos espaços verdes para cidade ambientalmente saudável

	Tipo de área verde	Localização preferencial	Distâncias máximas	Área por habitante	Tamanho por unidade
Áreas verdes principais	Parque suburbano	Fora do tecido urbano	20 KM	3 a 5 m ² / hab	≥ 50 ha
	Parque Urbano	Lateral ao tecido urbano	5 KM	3 a 5 m ² / hab	≥ 10 ha
	Clube esportivo	Lateral ao tecido urbano	1 KM	2 a 3 m ² / hab	≥ 3 ha
	Hortas urbanas	Fora do tecido urbano	20 Km	7 a 10 m ² / hab	≥ 1000 m ²
Áreas verdes secundárias	Recreio infantil (0 a 9 anos)	Dentro do tecido urbano	400 M	Dependerá da composição etária da cidade	≥ 600 m ²
	Recreio juvenil (10 a 20 anos)	Dentro do tecido urbano	800 M		≥ 1000 m ²
	Recreio de adulto e idosos	Dentro do tecido urbano	400 M	2 a 3 m ² / hab	≥ 500 m ²
Total		12 a 25 m²/ hab			

Fonte: Mascaró (2008)

Ao fazer uma comparação das áreas de Parques Urbanos observamos que os valores previstos no projeto de Atílio estariam de acordo com os padrões estabelecidos por Mascaró (2008) para uma cidade sustentável e ambientalmente saudável.

É possível observar na tabela 3 que as áreas individuais da cada Parque Urbano projetado por Atílio é superior a 10 ha, o que garantiria área de 27 m² por habitante, tendo em vista 50.000 habitantes conforme previsto para a cidade de Goiânia, ficando bem superior ao sugerido por Mascaró (2008), se levarmos em consideração que o núcleo inicial da cidade era para apenas 15.000 habitantes esse percentual se eleva para 90 m² por habitantes. O que demonstrava uma preocupação com a qualidade ambiental da cidade e de seus moradores.

Tabela 3 - Comparação tamanho e área por habitantes

Parametro Mascaró (2008)			Área Projetada por Atílio para Goiânia			
Tipo de área verde	Tamanho por unidade	Área por habitante	Parques Planejados para Goiânia	Tamanho por Unidade	Área Total dos Parques	Área por habitante
Parque Urbano	≥ 10 ha	3 a 5 m ² /hab.	Parque do Botafogo	54 ha	135 ha	27 m ² /hab.
			Parque dos Buritis	40 ha		
			Parque Paineira	16 ha		
			Parkway	25 ha		

Fonte: Mascaró (2008); Correa Lima (1942)

Conforme Tabela 1, 34,7% da área total projetada para o núcleo inicial era destinada à área verdes que, segundo Atílio Correia, seria aparentemente um exagero, mas pretendia com isto garantir que pelo menos 25% da área fosse destinada à preservação da natureza, bem como, servir para a construção futura de novos parques e jardins:

[...] de uma cidade em vias de formação, o nosso fito foi salvaguardar a natureza, deixando o campo livre á expansão da venda de terras e arruamentos novos, não havendo carência de terras para edificação. [...] É preciso que desde já fiquem estabelecidas as reservas. Embora só mais tarde possa a administração (**municipal**) transformar essas matas em parques, nem por isso, poderá dispor delas para outros fins senão os previstos (CORREIA LIMA, 1942, p. 106).

Embora, naquela ocasião, ainda não se falasse em preservação ambiental e sustentabilidade, no Plano Diretor original da futura Capital, Atílio Correa Lima, além de se preocupar com a qualidade de vida dos futuros moradores, já se preocupava com a preservação dos recursos naturais e hídricos, especialmente as nascentes dos cursos de água visando a sua utilização futura para o abastecimento de água da população urbana. Estes cursos d'água, como da cabeceira do Córrego do Botafogo deveria ser:

[...] interdita a toda e qualquer construção, no perímetro que será marcado. Esta interdição se estende, também, aos estabelecimentos agropecuários, visa proteger de um modo eficaz a pureza da água que deverá abastecer a cidade. Igual atenção deverá ser dada à bacia do córrego Capim puba, susceptível de servir de reforço ao abastecimento (CORREIA LIMA, 1942, p. 109)

Do total de 372 hectares 162 eram destinados exclusivamente para parques e jardins. Isto garantiria uma proporção de 308 habitantes para cada hectare de parques e jardins, levando-se em consideração uma população de 50 mil habitantes que era prevista para

Goiânia. No entanto, Atílio Correia já previa que seria necessária uma “rigorosa vigilância contra a devastação para se preservar este rico patrimônio que se encontra dentro do perímetro urbano” (CORREIA LIMA, 1942, p. 108).

O objetivo de Atílio Correa Lima em seu projeto era o de garantir aos futuros moradores de Goiânia um mínimo de qualidade de vida. Segundo Moysés (2004), as áreas verdes representavam cerca de 1/3 da área total urbana, um projeto ousado para época, e enfatiza: “Goiânia nasceu com a marca do planejamento” (MOYSES, 2004, p. 131), antes mesmo, que uma casa fosse levantada.

Além de amplos parques urbanos, praças e jardins, Atílio Correia (1942) destinou áreas à prática de esportes com um grande Estádio Municipal com um grande campo de futebol em conformidade com as dimensões internacionais, com pistas para corridas e jogos atléticos; doze quadras de tênis; uma grande piscina e sede social. Além disso, uma área destinada para a sede do Automóvel Club de Goiás que foi projetada com uma luxuosa sede social. Na extremidade da Avenida Araguaia, nas proximidades do Parque do Botafogo, área reservada para quadra de qualquer clube esportivo. Quanto à represa do Jaó, pretendia construir um centro de referência de esportes aquáticos de Goiás.

No projeto original de CORREIA LIMA (1942a), além dos Parques Urbanos, as vias de acesso deveriam ser todas arborizadas a fim de amenizar o clima da cidade. Para Moysés (2004) Atílio era “alguém que desejava ver, em pleno cerrado do país, uma majestosa cidade, da qual todos pudessem se orgulhar” (p. 118). O projeto urbano para a cidade de Goiânia tinha como objetivo conservar em:

[...] devida abundância os dons gratuitos da natureza - ar puro, luz solar, espaços arejados e áreas de lazer - empregando de tal forma os recursos da ciência moderna que a arte pudesse complementar a natureza e que a vida possa tornar-se um permanente gozo e deleite (HOWARD, 2002, p.176).

Questionado sobre o porquê desta destinação expressiva de terras destinadas exclusivamente a áreas verdes Correia Lima argumentou:

[...] temos pois que os espaços não construídos representam 34,6% do total, relação talvez aparentemente exagerada, se não levarmos em consideração, que de preferência procuramos incluir e preservar certos sítios, já beneficiados pela natureza para servir de parques ou jardins, evitando, tanto quanto possível a sua destruição. A relação de 25% aconselhável pela prática, será facilmente atingida, não com a destruição das matas, como é a tendência natural, porque estas já estão incluídas na área que consideramos, mas com a expansão do loteamento, principalmente, para a margem direita do Botafogo. Tratando-se de uma cidade em vias formação, o nosso feito foi salvaguardar a natureza, deixando o campo livre à expansão da venda de terras e arruamentos novos, não havendo carências de terras para a edificação (CORREIA LIMA, 1935, Op. Cit, NARDINI, 2002, p. 87-88).

As áreas dos três grandes parques, Buriti, Botafogo e Paineira representavam uma área total de 110 ha, os demais parques como "*park-ways*", jardins, "*playgrounds*" e campos de esportes, previam mais 52 ha, totalizando área total 162 ha de áreas de lazer. Como reserva florestal Atílio previu que 100 ha deveriam ser preservados.

A viabilidade dos parques propostos por Atílio Correia Lima era possível tendo em vistas que as referidas áreas estavam sem ocupações por se tratar de uma cidade em vias de implantação. Necessitava apenas da vigilância do poder público para que as mesmas fossem preservadas até a implantação efetiva dos parques.

Em razão de defender a manutenção do seu projeto original Atílio Correia Lima sofreu, desde o princípio, grande resistência, especialmente, por parte dos engenheiros, os irmãos Coimbra Bueno que eram responsáveis pela construção da obra. Episódio que acabou por levar Atílio Correia Lima a deixar o cargo de diretor de obras da nova cidade e se afastar do projeto (ACKEL, 2007). Ao final acabou por prevalecer os interesses econômicos e imediatos de pessoas que detinham o poder e o capital em detrimento do planejamento:

[...] os interesses comerciais e, sobretudo, as atividades especulativas que eram manipuladas pelos irmãos Coimbra Bueno & Cia. eram, frequentemente, as causas das grandes discussões entre Atílio e os executores da obra. [...] e que tudo faziam para obter vantagens nos negócios imobiliários da nova capital (ACKEL, 2007, p.144).

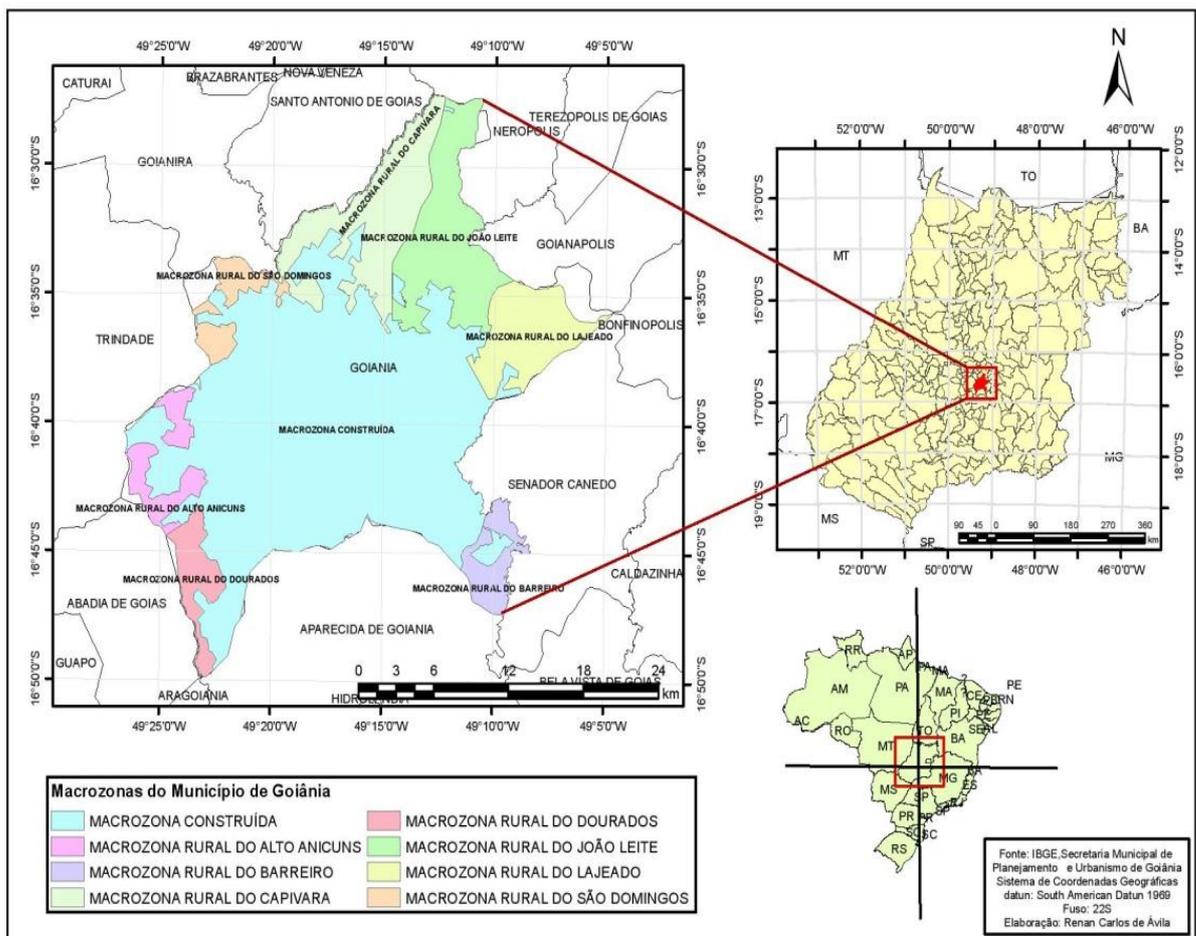
Se por um lado, havia todo um clima favorável para a mudança da capital, segundo Chaul (1999), com o fortalecimento econômico da região sul e sudoeste do estado com a Marcha para o Oeste e a ascensão de Vargas 1930, por outro, a tradicional cultura indisciplinada de não cumprimento das normas e a inoperância do poder público subvertido acabariam por prevalecer. Atílio Correia já previa isto ao afirmar em seu relatório apresentado a Pedro Ludovico Teixeira, que seria inevitável, “dentre em breve, a especulação desenfreada, em torno da venda de terras. Logo que a cidade comece a demonstrar foros de progresso aquela se fará sentir com todas as suas nefastas consequências; muito contribuirão para isso, as mudanças de governo” (CORREIA LIMA, 1942, p. 106).

Como essas áreas verdes se encontram hoje e como ocorreram às transformações nas mesmas será objeto de análise do capítulo 3.

CAPITULO 3 - O CRESCIMENTO URBANO E AS MUDANÇAS NO PROJETO ORIGINAL DE CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

Goiânia está localizada na latitude sul 16°40'43" e longitude oeste 49° 15' 14", altitude 749. Hoje possui uma população estimada para 2016 em 1.448.639 e, com uma proporção de 1.776, 75 hab./km², conforme dados do IBGE. A área total do município, conforme Plano Diretor de 2007 é de 726,885000 Km², com áreas urbanas construída de 442,506181 km² correspondendo a 61% da área total. Na figura 26 observamos a posição geográfica da cidade em relação ao país e ao estado.

Figura 26: Localização cidade de Goiânia



Fonte: RNV Ambiental Disponível em http://mncgeo.com.br/wp-content/uploads/2015/09/MACROZONAS_GOIANIA_modelo2-page-001.jpg Acesso em 31 de agosto de 2016.

Na proposta urbanística apresentada pelo arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima, em 1933, a cidade de Goiânia abrigaria 50.000 mil habitantes em uma área de 1.082 ha, sendo a área construída de 707 ha, conforme o IPLAM. A população para nova capital não era pequena se levarmos em consideração o número da população da antiga capital Goiás, e a população de demais cidades do Estado na época, o qual contava com uma população total de 511.919 habitantes, segundo dados do censo IBGE 1920. No projeto a cidade abrigaria quase 10% da população do Estado. Portanto, era uma cidade com área urbana expressiva para os padrões populacionais da época.

O núcleo central de Goiânia, no projeto de 1933, foi demarcado:

[...] pelos córregos Botafogo, desde a foz do Capim Puba até as cabeceiras incluindo córrego Areias, das cabeceiras deste último até as cabeceiras do Vaca Brava uma diretriz conveniente, depois pelo Vaca Brava até a altura do Horto e depois Capim Puba até a sua foz no Botafogo (SAIA, 1962, p. 32).

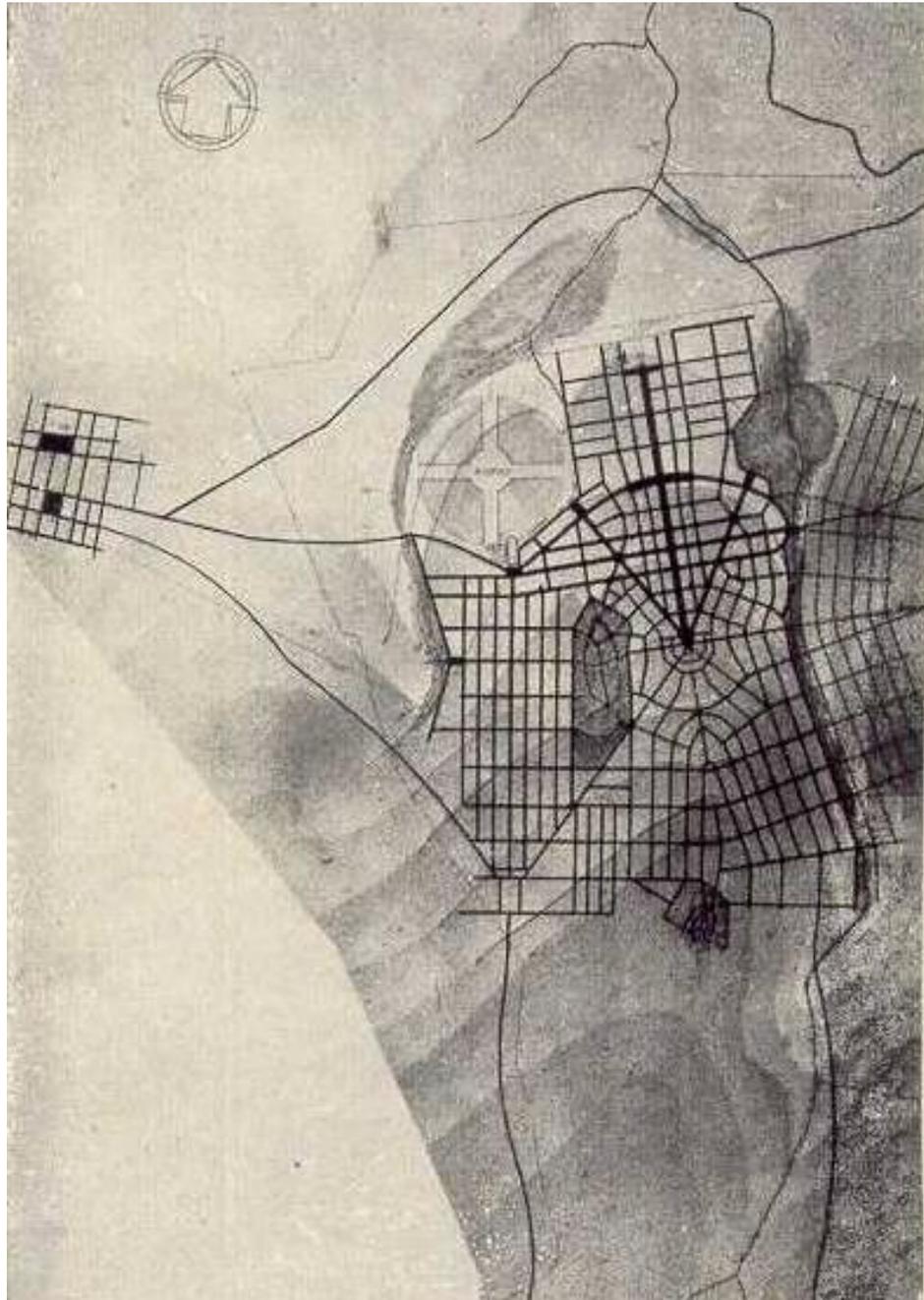
Tento em vista a área cercada por cursos d'água, o arquiteto Atílio Correia Lima incluiu ao plano urbanístico uma grande área destinada a Parques e Bosques que circundariam a cidade. A preservação das matas nativas e dos fundos de vales proporcionariam áreas de lazer, entretenimento e qualidade de vida para os habitantes que residiriam próximos aos bens naturais da cidade.

3.1 Delimitação dos Parques e Bosques: Projeto Atílio Correia Lima - 1933

Goiânia foi uma cidade planejada na década de 1930 em um período marcado por discurso modernista em todas as esferas - econômicas, sociais, industriais - e no urbanismo não foi diferente. Nesse período, o planejamento da cidade era uma das marcas da modernidade. Goiânia surge como uma cidade moderna, projetada antes que a primeira casa fosse levantada. Começando de forma orgânica e não espontânea como a maioria das cidades brasileiras sendo idealizada antes de existir física e legalmente.

O anteprojeto para da cidade foi apresentado em 1935 pelo urbanista Atílio Correa Lima, conforme a Figura 27.

Figura 27: Anteprojeto de Atílio Correia Lima - 1933

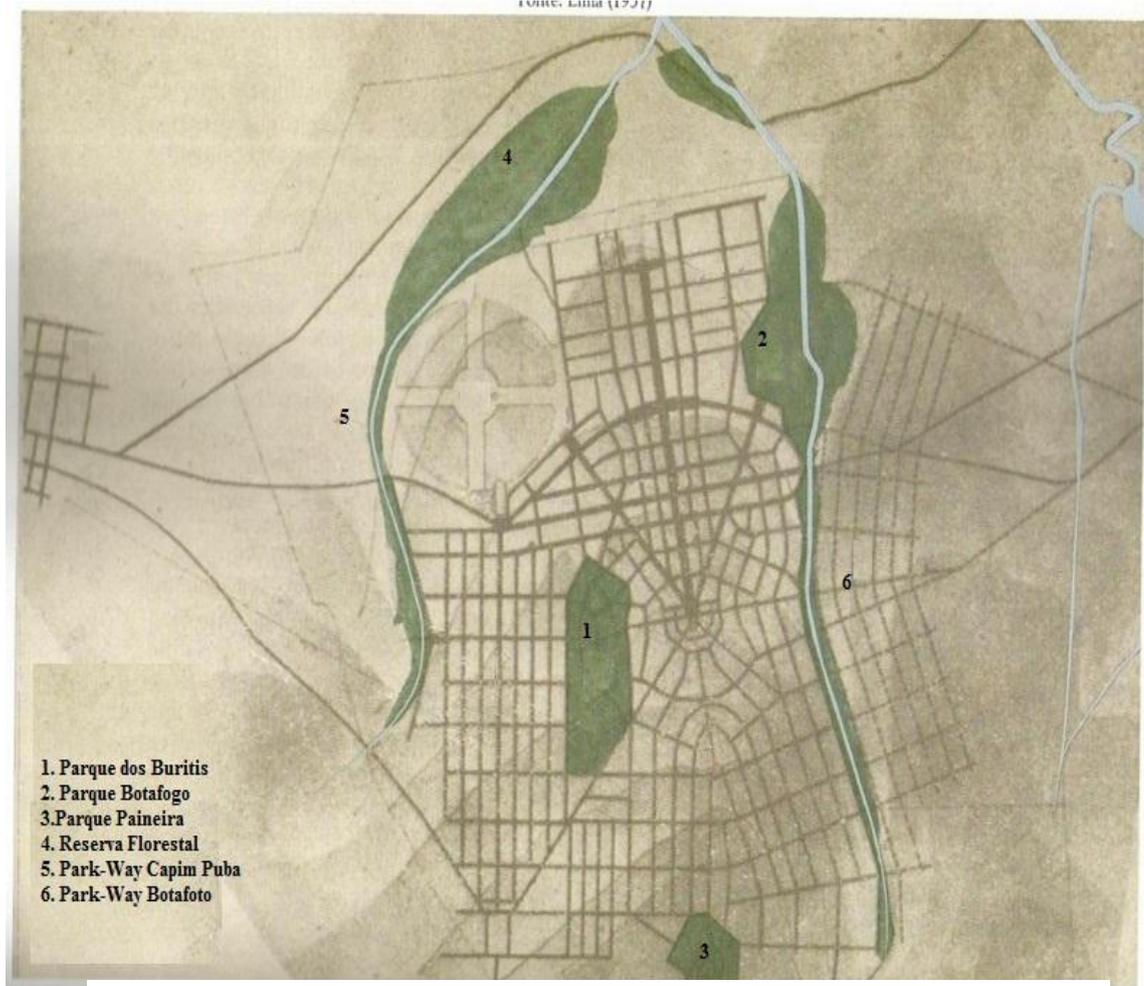


Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH

Os bosques e parques idealizados encontravam-se junto aos cursos d'água que circundavam o perímetro urbano inicial, os córregos do Botafogo e Capim Puba e a nascente do Buritizal. As grandes áreas verdes previstas podem ser visualizadas na Figura 28, onde se vê os Parques Botafogo, Buritis, Paineiras, a Reserva Florestal e os *Parques-Ways* junto aos córregos Botafogo, Capim Puba e Buritizal.

No plano diretor apresentado ao interventor Pedro Ludovico, Atílio faz uma breve descrição dos parques, sendo o primeiro deles o Buritizal:

Figura 28: Disposição dos Parques e Bosques no projeto de construção de Goiânia - 1933



Fonte: Daher (2003) adaptado

[...] localizado na extremidade da rua 26, será transformado em pequeno parque. Para isso será necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo *talweg*, em canal descoberto, tirando partido dêste para os efeitos de pequenos lagos decorativos. Êste parque que denominamos dos Buritis se estenderá por faixa ao longo do *talweg* e medirá **50 metros para cada lado** dêste, no mínimo. Formando o que os americanos denominam *park-way*. O córrego Botafogo, a partir do açude onde serão represadas as águas para o abastecimento da cidade, será ajardinada numa faixa mínima de **50 metros cada lado** a contar do eixo do rio. Esse ajardinamento, em forma de *park-way*, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Essa mata que denominamos de parque Botafogo deverá ser protegida contra a devastação e contra a explorações industriais, afim de não ser desperdiçado êste valioso patrimônio (ATÍLIO, 1942a, p. 51-2, **grifo nosso**).

No resumo de seu estudo sobre Goiânia Atílio reforça os *park-ways* do Buritizal e do córrego Botafogo com margens de 50 metros, e faz uma exposição dos parques Botafogo e do Capim Puba.

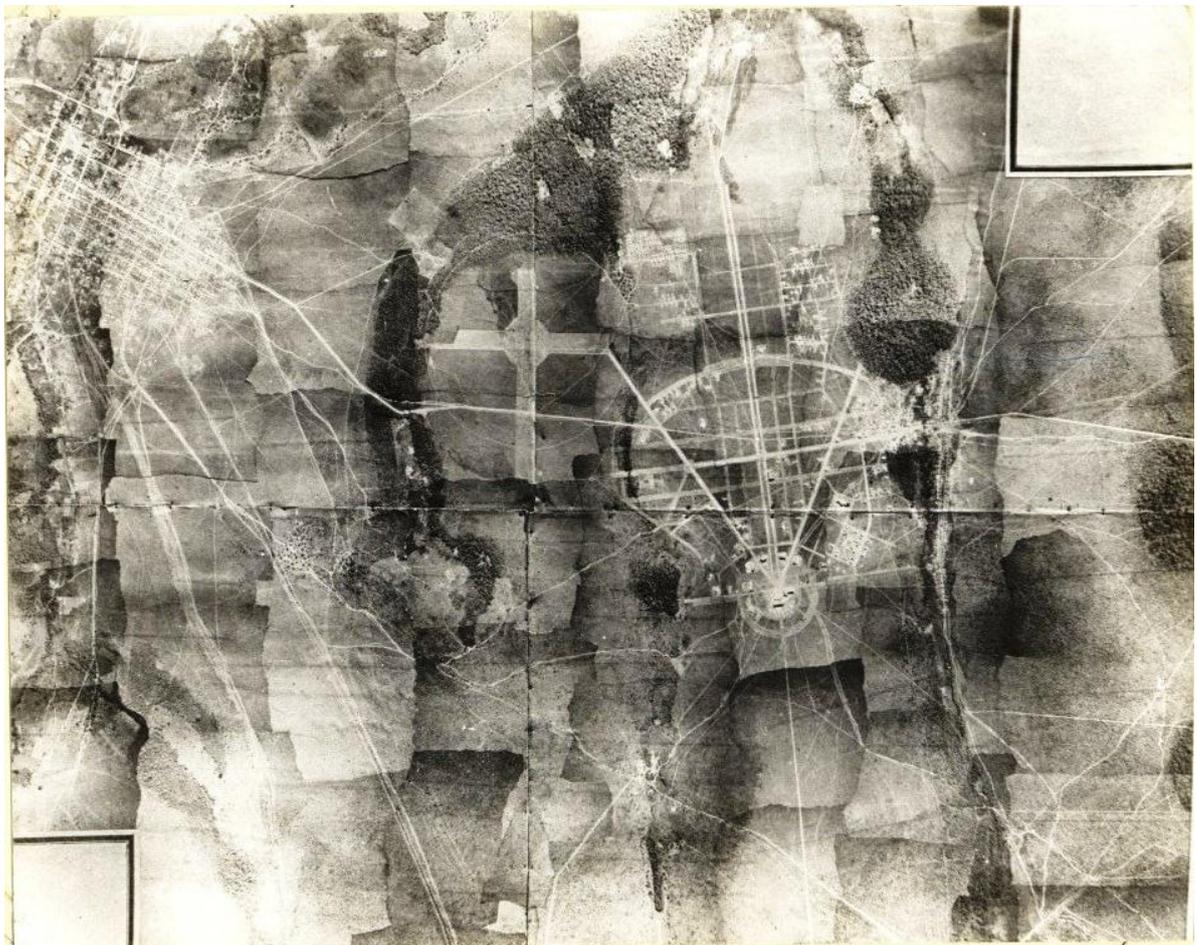
O bosque botafogo, situado ao norte da avenida Araguaia, é o principal parque da cidade, pela sua área de 54 Ha, e pela sua vegetação luxuriante onde medram espécies frondosas das nossas madeira de lei. Atravessado pelo córrego do mesmo nome, que serpenteia em tôda sua extensão, formando algumas corredeiras, presta-se admiravelmente para ser conservado ao natural, bastando apenas abrir-se nele alguns caminhos e picadas de passeio. [...] O capim Puba, deverá, nas mesmas condições, ser destinado a um *park-way*, estendendo-se por todo o seu curso até atingir a mata situada ao norte do Aeródromo. **Esta mata**, onde se dá a

confluência dos córregos Botafogo e Capim Puba, e **que mede 100 Ha** aproximadamente, **precisará ser conservada como reserva florestal** para o futuro (CORREA LIMA, 1942b, p. 107-8, **grifo nosso**).

Em seus estudos e Plano Diretor, apenas o parque Paineiras não foi detalhado possivelmente por situar-se na área do setor Sul, bairro que não havia sido detalhado. Nas descrições feitas ele enfatiza claramente a necessidade de preservação das áreas ao longo dos cursos hídricos, com margem mínima de 50 metros em cada lado. As preservações destas áreas eram, e ainda são importantes para garantir a qualidade da água e manutenção da fauna e flora local, servindo também de corredores ecológicos. Além de proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores, especialmente nas proximidades do parque, amenizariam a temperatura evitando tanto erosões com enchentes.

Para Saia (1962) Atilio pretendia que os fundos de vale fossem preservados excluindo essas áreas da construção urbana. O autor destaca que cerca de 90% das áreas de fundo de vales do município estariam disponíveis para implantação de *park-ways*, informação essa confirmada quando se analisa as fotos áreas da década de 1930, do sítio inicial de Goiânia (ver figura 29). Na imagem é possível observar que as matas nativas ao longo dos

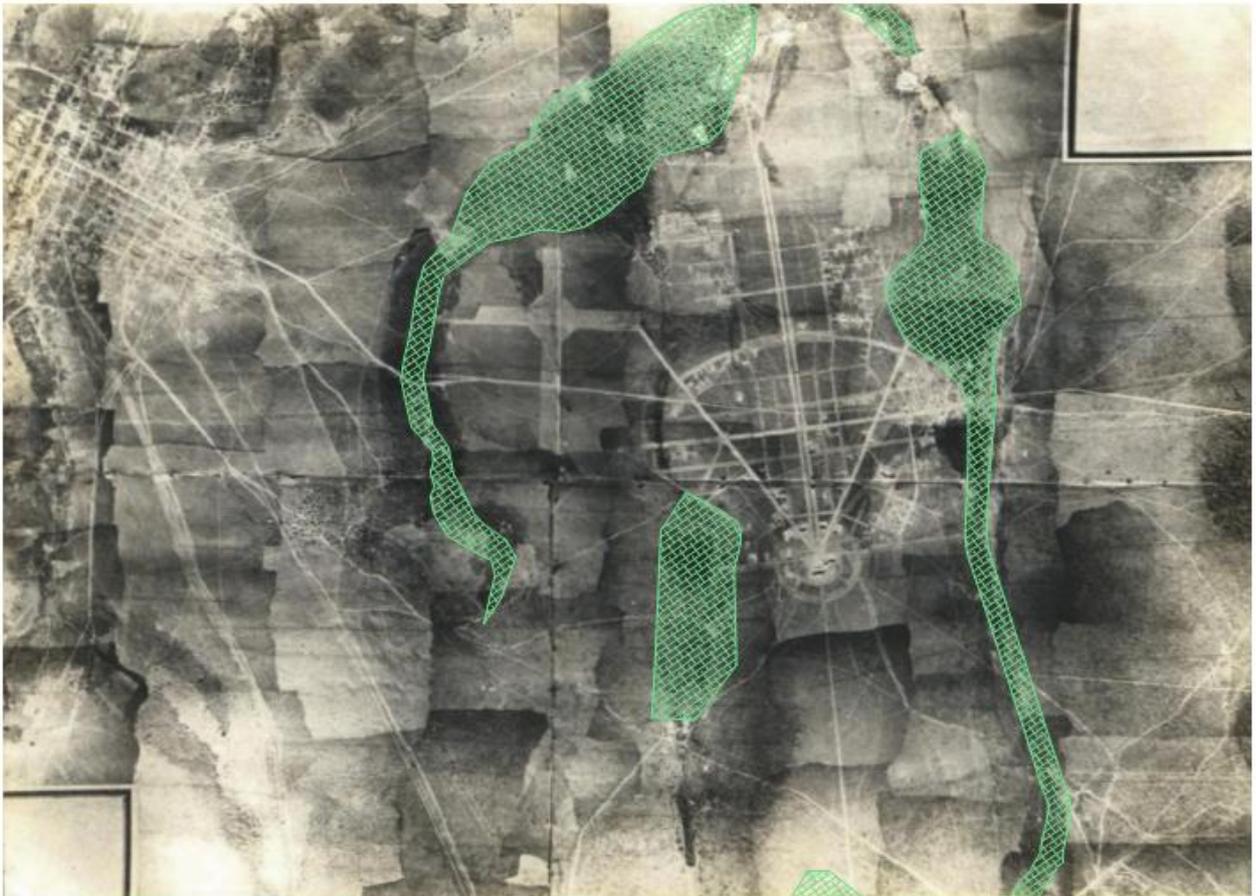
Figura 29: Foto Aérea de Goiânia década de 1930



córregos, as áreas dos bosques e a nascente do buritizal ainda encontrava-se preservadas e sem ocupação, bem como a reserva florestal.

Ao sobrepor os traços do anteprojecto de Atílio sobre a foto de 1930 ficam claros que as áreas demarcadas pelo urbanista para serem Parques e Reserva Florestal, (ver figura 30) aproveitavam as matas já existentes no sítio. Em seu entendimento estas áreas deveriam ser preservadas a fim de que não fossem ocupadas de forma irregular ou degradadas conforme descreve no seu relatório (1942b). As áreas delimitadas por Atílio deveriam ser protegidas pelo poder público com o objetivo de ser mantidas preservadas e intactas. Seu objetivo era promover a interação entre cidade e natureza, mesmo com a construção da malha urbana conforme previsto em seu projeto. Saia (1962) destaca que os limites entre os bairros, quadras e os parques deveriam ser feitos por meio de ruas de contorno, devendo haver lotes lindeiros às áreas a serem preservadas.

Figura 30: Delimitação dos parques e bosque sobre foto aérea da década de 1930



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLAH; Arte gráfica John Moreira Domingos

No entanto as primeiras mudanças nas áreas verdes já se iniciaram nas décadas seguintes, com novas delimitações de áreas através de novos projetos urbanísticos, e com

ocupações irregulares nos espaços destinados a bosque e parques. Na cidade de Goiânia, assim como em todo o país houve um crescimento acelerado da população urbana estimulado pelas altas taxas de natalidade e, sobretudo, pelo acelerado êxodo rural iniciado a partir da década de 1960 a partir da construção e transferência da capital federal para Brasília.

A transferência da capital federal para Brasília acelerou ainda mais a ocupação capitalista do Planalto Central na era da chamada “revolução verde” modernizando o campo e transformando o cerrado em grandes áreas de pastagens e cultivo que, por outro lado, "expulsou" o homem do campo para as cidades em um curto espaço de tempo. Além disso, grandes levas migrantes de todos os cantos do Brasil vinham para Goiás em busca de novas oportunidades criadas pela nova capital federal localizada no “coração” do Brasil.

3.2 O crescimento da população urbana brasileira

Assim como ocorreu na Inglaterra, no século XVIII, no período da Revolução agrícola, a mudança no sistema de produção no campo acabou por expulsar o trabalhador rural para as cidades, obrigando-os a buscar trabalho nas indústrias e no comércio local, assim também o Brasil passou pelas mesmas mudanças no decorrer do século XX, principalmente, após 1950.

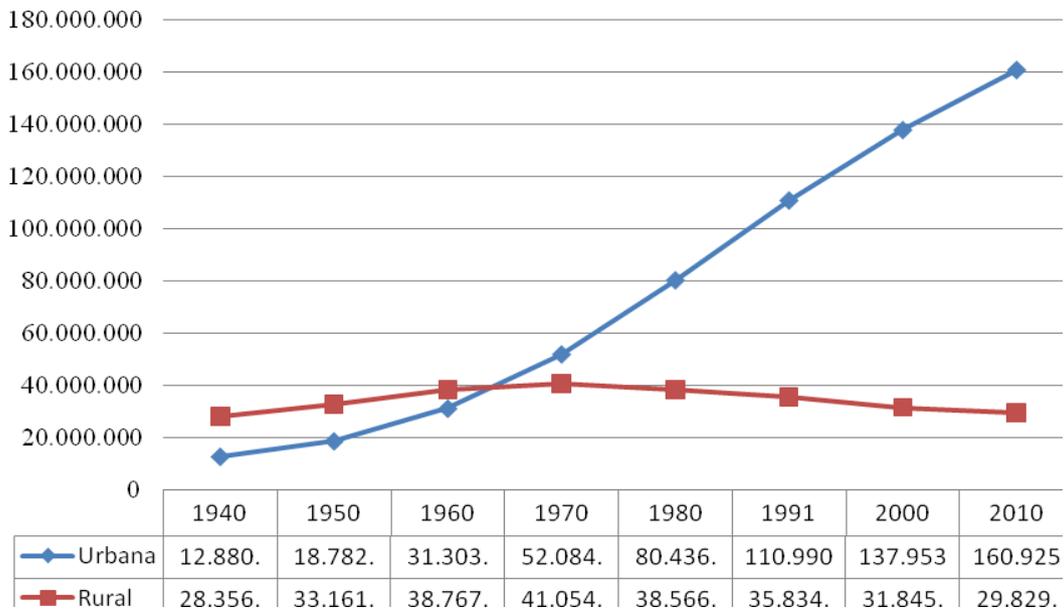
Durante este período as cidades brasileiras passaram por um grande crescimento urbano. Ao mesmo tempo em que o Brasil transformava-se com o acelerado crescimento industrial, a mecanização do campo gerou profundas transformações na secular estrutura agrária, integrando-se cada vez mais aos mercados internacionais com maior diversificação das atividades produtivas. A mecanização proporcionou o alargamento das áreas de cultivo e pastagens e intensificou a migração do campo para áreas urbanas provocando o crescimento das cidades, principalmente das capitais, que tiveram um crescimento sem precedentes. Segundo Moysés os fatores que estimularam os fluxos migratórios foram:

[...] de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego [...]; e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de área cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (SINGER, 1981 *apud* MOYSÉS, 2005, p. 60).

Essa intensa migração do campo para as cidades, em pequeno espaço tempo, teve como consequência o crescimento desordenado dos espaços e a acentuação dos problemas de ordem socioambiental. Nas grandes cidades a situação foi agravada pela ausência de planejamento e reordenamento urbanos adequados ou suficientes para abrigar com comodidade um grande contingente de pessoas que, entre os anos de 1960 e 1990 chegaram a elas.

Conforme dados do IBGE a população urbana começou a crescer a partir da década de 1940 e ultrapassou a população rural na década de 1970. Nas décadas seguintes esse crescimento permanece, ao passo que os moradores em áreas rurais diminuíram de forma acentuada como mostrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – População Urbana e Rural do Brasil 1940-2010 (em milhares)



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O fluxo alto de pessoas para as áreas urbanas resultou no crescimento desordenado das cidades. Elas por sua vez não tiveram condições de absorver um contingente tão grande de pessoas que afluíam do campo, bem como, das cidades menores. Nos grandes centros urbanos os problemas sociais, de infraestrutura e mobilidade foram agravados. Metrôpoles como São Paulo, Rio de Janeiro e também Goiânia viram o surgimento de bairros improvisados em áreas periféricas, encostas de rios, morros, nascentes de águas, áreas verdes destinadas à preservação ambiental. Nestas localidades a população residente carece de saneamento básico, permanecendo à margem da sociedade e abandonadas pelas autoridades e pelo Estado que deveria zelar e prover soluções para os problemas decorrentes das políticas de

desenvolvimento e crescimento insustentáveis que deterioraram o espaço urbano e geram crises sociais e impactos ambientais por vezes irreversíveis.

Os problemas gerados pelo crescimento desenfreado que afligiu a Europa e EUA no final do século XIX, e princípios do século XX, tornaram-se perceptíveis no Brasil no fim do século XX e princípios do século XXI. Estes problemas são o resultado de políticas de desenvolvimento e crescimento a qualquer custo, sem pensar no bem estar social da grande maioria da população brasileira. Apesar da aparente modernidade e possibilidade de acesso ao consumo esta população estava condenada ao abandono e a viver à margem da sociedade, vivendo de políticas assistencialistas eventuais que além de não resolverem os problemas os agravaram ainda mais com o passar do tempo.

Os graves problemas socioambientais atualmente enfrentados pelas grandes cidades foram decorrentes de ações tomadas no passado como a efetiva modernização das áreas agrícolas implementadas a partir da década de 1960. Estas ações não vieram acompanhadas de políticas de acesso e permanência na terra para os pequenos agricultores e criadores, bem como, de políticas de saneamento, moradia e trabalho para milhões de famílias que, de uma hora para outra, tiveram que deixar o campo e aglomerar-se nas cidades.

3.2.1 Crescimento de Goiás e Goiânia

Com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional após 1950, de novos métodos de produção agrícola que se difundiam por inúmeros países, também o Brasil expandiu suas áreas cultiváveis objetivando atender a crescente demanda dos mercados capitalistas em franca expansão. O cerrado, região outrora imprópria para o cultivo, tornou-se cultivável com altas taxas de produtividade de grãos. Isso se deve por um lado, pelas políticas de incentivo, crédito agrícola à agricultura e pecuária, e por outro, pelas inovações tecnológicas, em especial, nos insumos e melhoramento genético de sementes.

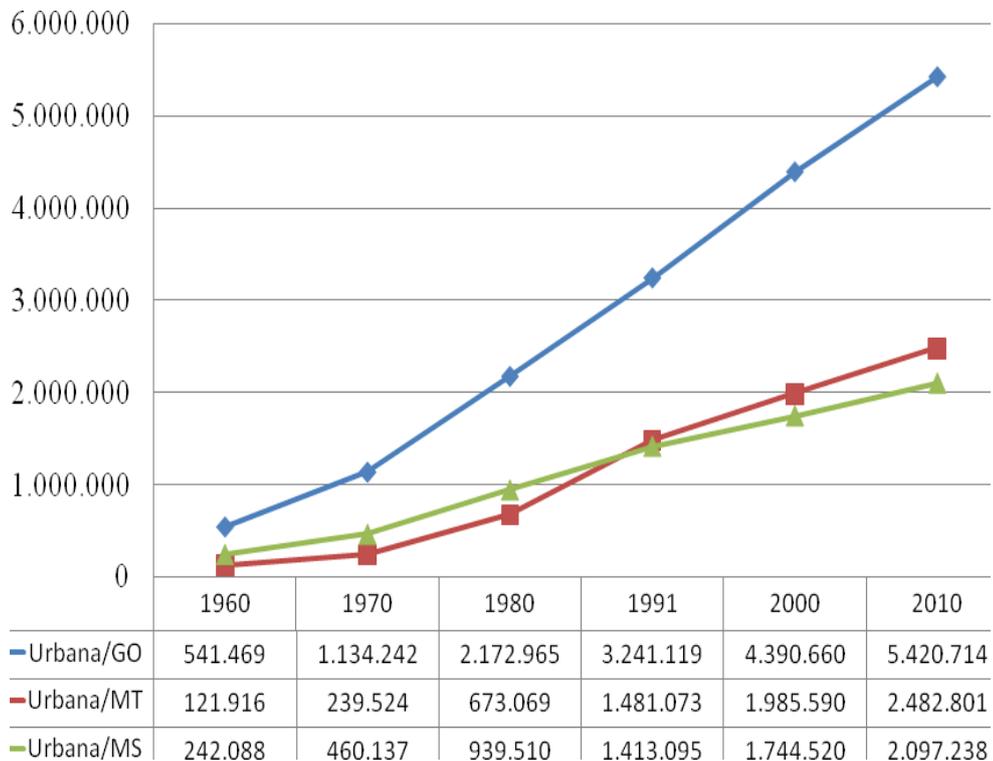
Estas condições fizeram do cerrado o grande celeiro do mundo cuja expansão do mercado passou a ser denominado de *agrobusiness* ou agronegócio. Este desenvolvimento teve alto custo social: exclusão de trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários sem acesso às novas tecnologias que ficaram sem trabalho e sem terra, sendo forçados a migrar para as cidades, a refazer-se, a adaptar-se a uma nova rotina de vida e trabalho na esperança de dias melhores.

O estado de Goiás com seus grandes “espaços vazios” com sua rotina de trabalho e vida no ritmo da natureza, viu-se de uma hora para outra em meio a um "campo de batalha,” em uma verdadeira “guerra” contra a natureza onde grandes galerias de matas, resquícios da Mata Atlântica e do cerrado sucumbiram à correntes e lâminas dos possantes tratores para dar lugar às pastagens, a campos limpos a perder de vista para grandes plantações de soja e milho. Terras goianas antes “inutilizáveis” tornaram-se grandes complexos agrícolas. Para Correa e Ramos (2010), o maior impulso no agronegócio goiano ocorreu a partir da década de 1970, estimulados pelos diversos programas de desenvolvimento regional, implantados a fim de dar suporte ao desenvolvimento, incentivando a modernização do campo e o desenvolvimento da agropecuária da região que, no:

[...] caso de Goiás foi emblemático. Durante praticamente quatro séculos o Estado foi, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço natural, onde uma agricultura e uma pecuária extensiva eram praticadas ao lado de uma atividade elementar de mineração. (...) Com a redescoberta do cerrado graças à revolução científico-técnica, criaram-se condições locais para uma agricultura moderna (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 274).

Estas mudanças no campo fizeram crescer as cidades no Centro-Oeste e o estado com maior crescimento da população urbana foi, justamente, o estado de Goiás, conforme destaca o gráfico 3.

Gráfico 3 – Crescimento da População Urbana Região Centro-Oeste 1960-2010



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

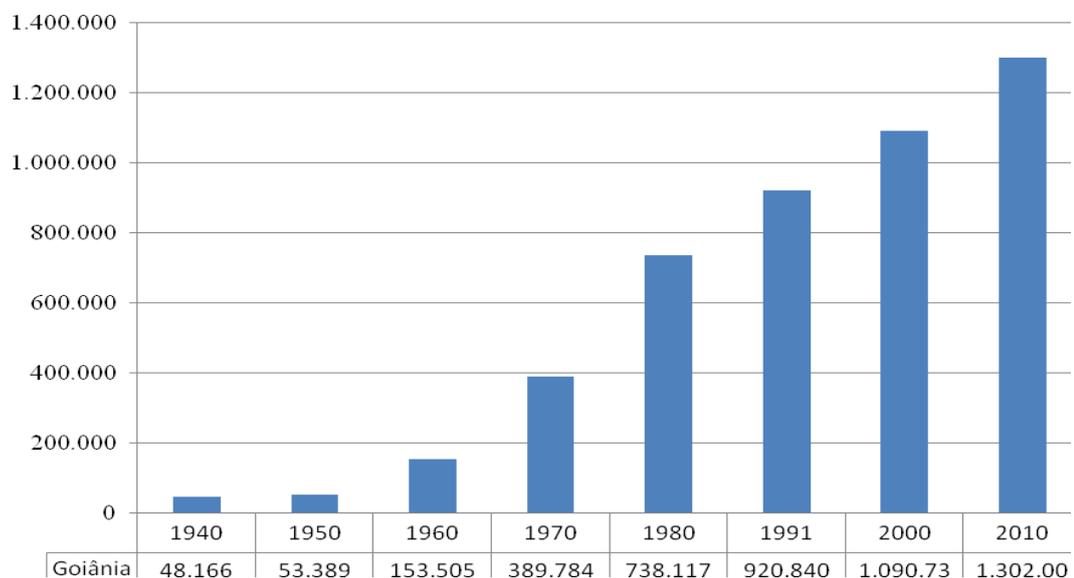
Santos e SILVEIRA (2011) enfatizam que o crescimento da região Centro-Oeste foi de 74,72% entre 1950 a 1960, sendo que a população rural diminuía passando de “77,04% em 1940 para 15,58% em 1996, e Goiás foi o maior expoente dessa evolução: 81,5% em 1940 e 14,22% em 1996” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 211). O crescimento das cidades do estado de Goiás foi intensificado não apenas pela migração rural, mas também pela migração urbana de uma população advinda de outras localidades do território nacional - estimuladas pela propaganda política desenvolvimentista do crescimento - que se dirigiam para Goiás em busca de oportunidades de trabalho e assistência social que lhes pudessem auferir melhores condições de vida.

O estado de Goiás e a sua nova capital, Goiânia, passaram por rápido processo de urbanização. Goiânia transformou-se em metrópole, (Lei Complementar 027 a partir de dezembro de 1999) por receber grande fluxo migratório da zona rural de outras cidades goianas e também de outras localidades do país, principalmente do Nordeste. Segundo Moyses (2004), os espaços urbanos de Goiânia foram ocupados sem restrições e foi marcado pela exclusão cuja maior característica foi a invasão de áreas próximas ao centro da capital e em regiões periféricas da cidade resultante de loteamentos clandestinos. As moradias e condições de vida destes loteamentos eram precários, sem água tratada, esgoto, estrutura de serviços básicos como saúde e educação.

O processo intenso de crescimento da população urbana de Goiânia e sua Região Metropolitana possibilitou, por um lado, grande dinamismo econômico em toda região, mas, por outro, trouxe problemas sociais que se agravaram ao longo do tempo, notadamente no que se refere à produção de espaços de segregação (MOYSES, 2004, p. 212).

Goiânia cresceu muito rapidamente, conforme demonstra o gráfico 4 e atingiu o número de habitantes previstos já em 1950, em menos de vinte anos.

Gráfico 4 – População da Cidade de Goiânia 1940-2010



Fonte: IBGE – Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A falta de planejamento e organização do estado e do município, fez com que o projeto original da cidade fosse abandonado, não houve a criação das cidades satélites, perdeu-se o controle sobre áreas públicas, áreas verdes e áreas rurais e acabou-se permitindo o loteamento de áreas destinadas à preservação ambiental, conforme previsto no projeto de construção de Goiânia, por Atílio Correia Lima.

Este processo acelerado de crescimento expandiu a cidade de Goiânia para muito além do perímetro municipal original. Do mesmo modo as cidades da região metropolitana cresceram em ritmo acelerado, sendo uma saída para os migrantes e a população menos favorecida, com aluguéis mais baratos e lotes mais em conta do que os oferecidos nas cidades vizinhas. Hoje, conforme censo do IBGE (2010), a cidade de Goiânia possui mais de um milhão de habitantes e juntamente com sua região metropolitana, atinge mais de dois milhões de habitantes.

Com o intenso processo migratório houve acelerado crescimento da área urbana ao mesmo tempo em que ocorreu o processo de verticalização da cidade. As políticas públicas de moradias populares não foram suficientes para atender a crescente e, ainda permanente, demanda por moradia de milhares de famílias originárias do estado de Goiás e de outras regiões do Brasil.

Este fato não é problema exclusivo de Goiânia ou de Goiás, mas das políticas desenvolvimentistas de crescimento a qualquer custo que vigoram no Brasil e que não tem como propósito a fixação da população em suas regiões de origem. Como não existem políticas de incentivo de fixação e acesso à terra para milhares de famílias de origem rural, estimula-se a viver e trabalhar em cidades, de preferência médios e grandes centros urbanos, onde, pressupostamente, estão as maiores oportunidades. O resultado é o crescimento de bairros periféricos abrigando de forma improvisada enorme contingente de pessoas pobres, desprovidas de recursos e continuamente abandonadas pelo estado. Sem nenhum tipo de saneamento básico vivem, nas ruas dos grandes centros urbanos, nas encostas de morros, nas proximidades de nascentes e cursos d'água, ou em locais de áreas verdes como reservas florestais que deveriam ser preservadas.

Se por um lado a presença desta população excluída passa a viver em um ambiente insalubre e sem condições de uma vida digna, por outro, a sua presença pode comprometer o meio ambiente com o desmatamento de áreas de preservação e a contaminação de nascentes, rios ou córregos.

No caso de Goiânia, houve o crescimento desordenado do espaço urbano e, por conseguinte, a acentuação dos problemas de ordem socioambiental, decorrente da falta de

planejamento bem como da ausência de políticas públicas suficientes que possam garantir o crescimento urbano de forma planejada, reordenada e sustentável.

A situação da manutenção das áreas verdes estabelecidas no projeto original foi agravada ainda mais com o passar dos anos. Segundo Nardini (2002) o poder público estadual e municipal ao invés de zelar e empreender um trabalho sistemático de preservação das áreas verdes fez justamente o contrário. Estimulou o parcelamento destas áreas para a construção de prédios públicos. Os fundos dos vales foram utilizados para alocar a população de baixa renda ou construção de vias. A omissão do ente público em não fiscalizar e permitir a invasão destas áreas até mesmo pela classe mais favorecida comprometeu os mananciais, as margens dos córregos as áreas de preservação.

Ao que parece, a história de Goiânia mostra como as tradições culturais do passado colonial e das políticas econômicas desenvolvimentistas calcadas na percepção de que a natureza era um empecilho para o progresso prevaleceram. As políticas econômicas parecem que eram destinadas, preferencialmente, a homens desbravadores que “enfrentavam a natureza, em sua luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico - e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira” (RICARDO, 1959, p. 321 apud. DUTRA, 2014, p. 29).

Neste modelo de desenvolvimento o planejamento pode sucumbir-se ao imprevisto, pois não há espaço para o rigor e o método. Interessa somente os lucros imediatos dentro de uma concepção de capitalismo predatório da natureza, onde prevalece apenas o espírito da aventura.

O conceito de formação de cidades em nosso território sempre se demonstrou arraigado à oposição cidade/natureza, neste caso em especial, Goiânia surgiu também na dicotomia progresso/atraso. Mas no Brasil as cidades sempre surgiram ao acaso das necessidades do momento e sem planejamento prévio e quando tinham o seus planos (como Goiânia) acabavam não sendo efetivamente concluídos. O planejar inicial sucumbe sempre aos imprevistos estimulados pela força das rápidas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil após a década de 1950.

Em um país da cultura de imprevisto que perpassa todos os fundamentos socioculturais, políticos e econômicos, o espaço urbano é reflexo de ações assim calcadas dificultando a organização do espaço urbano planejado. Afinal, a colonização:

[...] dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com o desleixo e certo abandono. [...] **o princípio ético, moral e o ideal que prevaleceu**

na ação colonizadora foi o da aventura: colher frutos sem plantar a árvore (HOLANDA, 1995, p. 44, grifo nosso).

A ideia de consolidação de uma sociedade que se pauta pela consciência da preservação ambiental e pela sustentabilidade, perpassa também, pela importância da transformação cultural e da mentalidade de um povo ou, de uma nação. Embora o Brasil, atualmente, seja um país “moderno”, para Holanda (1995), ainda não cortamos nosso cordão umbilical das tradições ibéricas. Conforme o “jeitinho brasileiro,” nossa tendência natural à aventura, tem por costume o não planejamento das ações mais simples (individuais ou coletivas). Nosso dia-a-dia pauta-se pelo não cumprimento das normas, de adaptá-las conforme os interesses do momento, e se for necessário, a *praxe* é burlar a lei, uma vez que, “os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes” (HOLLANDA, 1995, p. 33).

Diante deste quadro o que se tem observado é o agravamento dos impactos ambientais que acabam sendo produtores de novos impactos econômicos e sociais. A mudança ambiental proveniente da urbanização causaram transformações irreversíveis na qualidade do ar, no conforto térmico, na umidade, no microclima. Não podemos esquecer que o meio ambiente é inter-relacional necessitando equilíbrio entre natural e o artificial (BRANDÃO, 2001; BARBOSA, RASSI, DRACH, 2014).

Goiânia, cidade planejada para proporcionar qualidade de vida e contato com a natureza passou a sofrer com o rápido crescimento de sua população. Diversas medidas para tentar manter a qualidade de vida e qualidade ambiental do município foram tomadas como ampliação dos bairros, Planos de Desenvolvimento Integrado, Plano Diretor e legislações. A primeira medida tomada pelo Estado foi a implantação do setor Leste, que segundo Daher (2003) e Alvares (1942) já sofria com as ocupações irregulares.

3.3 Planta Geral de Goiânia 1938: primeiras mudanças no projeto original de Goiânia e nas áreas de parques e bosques

As mudanças no projeto urbanístico sugeridos por Atílio Correia Lima já começaram nos primeiros anos, quando os irmãos Coimbra Bueno construtores da cidade sugeriram ao Governador Pedro Ludovico que o plano deveria ser analisado por uma equipe de renome, tendo em vista, a grandeza da construção da nova cidade. O arquiteto Armando de Godoy foi contratado para rever o projeto, mas não pode dar prosseguimento. Segundo Daher (2003) os

irmãos Aberlardo e Jerônimo Coimbra Bueno assumiram o papel de urbanistas da cidade. Segundo Alvares (1942):

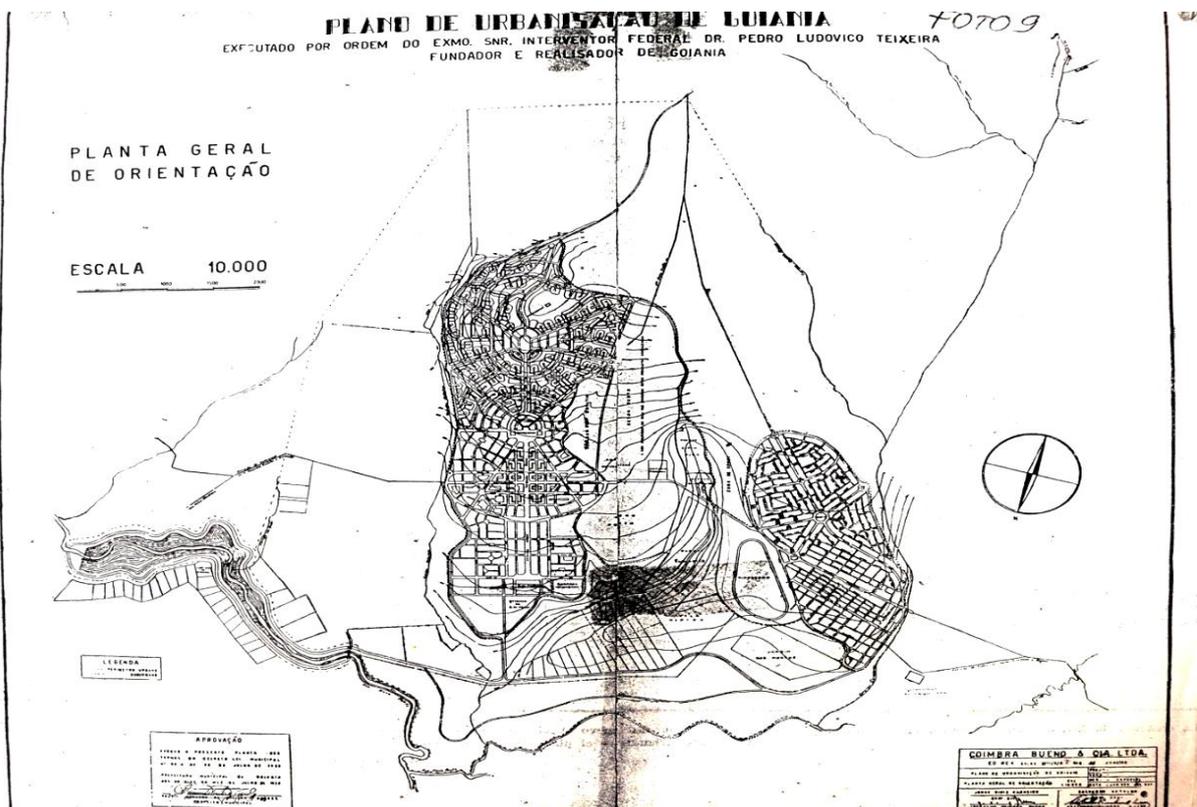
[...] em fins de 1938, já completada, em definitivo, a mudança da Nova Capital de Goiás, foram dadas por concluídas as obras essenciais de Goiânia, com o Plano-diretôr devidamente aprovado.

Através desse plâno, da plânta geral de orientação e centênas de planta de detalhes, bem como através de todos os estudos, relatórios, sugestões e meios de defêsa, que dêsdre 1934 até fim de 1938, foram executados e apresentados pelos responsáveis pelas obras, - as autoridades competêntes do Estado possúem as linhas fundamentais que constituem o arcabouço para a evolução natural e progressiva da Cidade: possúem, no conjunto harmaniôso do plâno, os elemêntos indispensáveis para orientação dos empreendimentos a serem realizados, em continuação às obras de urbanismo (ALVARES, 1942, p. 176).

O interventor do Estado, Pedro Ludovico mediante Decreto-Lei n. 944, de 29 de julho de 1938, autorizou o prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, a baixar Decreto-Lei para aprovação das plantas da cidade, bem como, plano de urbanização da capital.

Os projetos apresentados foram regulamentados pelo município pelo Decreto-Lei 90-A de 30 de julho de 1938. A planta geral aprovada, figura 31, pelo Decreto 90-A/38 apresenta a nova estrutura da cidade, bem como as suas áreas de Parques e Bosques. Quanto ao traçado da cidade apenas a parte central foi mantida, as demais foram alteradas.

Figura 31: Planta de Orientação Geral de Goiânia aprovada pelo Decreto Lei 90-A/ de 1938



Fonte: Alvares (1942)

O Decreto-Lei 90-A em seu Artigo 1º, § 1 definia que "A área urbana de Goiânia abrangerá os setores: Central, Norte, Sul, Oeste, Satélite Campinas, e as áreas destinadas ao Aeroporto, **Parque dos Buritis, do Capim Puba, dos Bandeirantes, Zoológico e Hipódromo (grifo nosso)**". A delimitação dos Parques pode ser observada na figura 32.

Figura 32: Delimitação dos Parques conforme Planta Geral de 1938



Fonte: Alvares (1942). Adaptação gráfica John Moreira Domingos

Ao se fazer uma análise da Planta Geral e o inciso 1 do artigo 1º do Decreto-Lei 90-A/38 é possível perceber que houveram mudanças na estrutura dos parques sugeridos por Atílio, bem como na metragem de suas áreas. Destacamos primeiramente que não foi

estabelecido o traçado do Parque e Bosque Botafogo, do Parque Paineiras, dos parques lineares dos Córregos Botafogo, Capim Puba e do Buritizal, e nem a Reserva Florestal.

No projeto apresentado e descrito no Plano Diretor de Atílio os Córregos deveriam ter suas margens preservadas no mínimo 50 metros, e na planta aprovada em 1938 não há delimitação dessas áreas, nem a regulamentação da preservação dessas áreas tão importantes para o equilíbrio ecológico e urbano.

Na tabela 4 fazemos um comparativo das áreas destinadas aos parques e bosques no Plano apresentado por Atílio Correia Lima para Goiânia e a Planta Geral aprovada pelo Decreto-Lei 90-A/1938.

Tabela 4 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Planta Geral de 1938

Parques e Bosques	Atílio	Planta Geral 1938*
Bosque Botafogo	54 ha	-
Bosque Buritis	40 ha	34 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	--
Parque Capim Puba	--	17 ha
Parque Bandeirante	--	7 ha
Parque Zoológico/Horto Florestal	--	67 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	125 ha

Fonte: Correia Lima (1942a) e Planta Geral de Goiânia aprovada em 1938

* Valores das áreas são aproximados, tendo em vista não haver documento da época com as áreas precisas dos Parques. Cálculo da área realizado AutoCad 2000.

Pelos dados da tabela 4, fica evidente que houve uma perda significativa das áreas destinadas a parques e bosques. A maior perda foi a área da Reserva Florestal que correspondia a 100 ha, e ficou apenas 13ha aproximadamente e que foram destinadas ao Parque Zoológico. O restante da área não foi relacionado na lei, o que não garantia nenhuma prerrogativa para sua preservação.

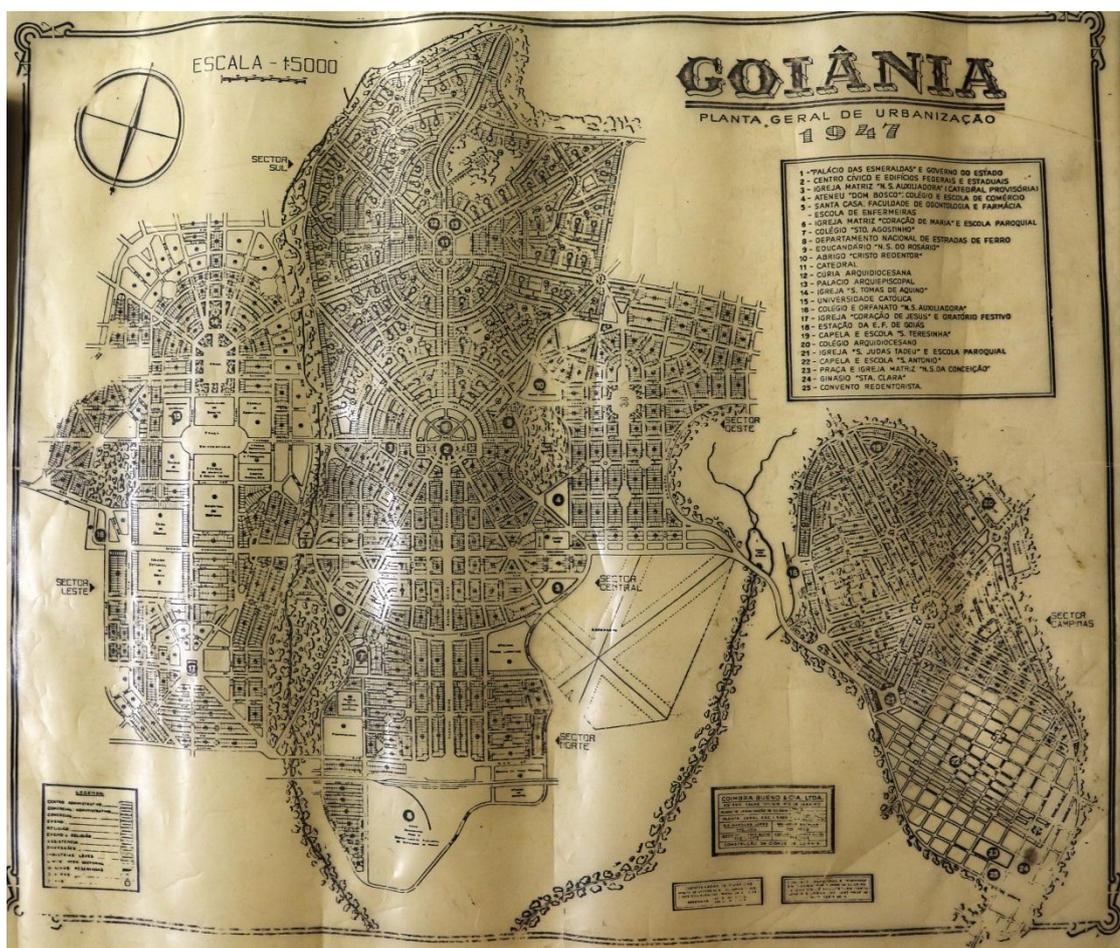
Pelo plano de Atílio, contando com a Reserva Florestal, teríamos 213 habitantes por hectare, pelo Plano Geral de Goiânia de 1938 esse percentual sobe drasticamente para 863 habitantes por hectare.

Segunda dados do IBGE, em 1940, Goiânia já contava com 48.166 mil habitantes. Com o crescimento da população urbana nas décadas seguintes, sobretudo a partir da década de 1940, o percentual de área verde por habitantes diminuiu ainda mais. Devido ao crescimento da população de Goiânia na década de 1940 o setor leste foi implantado em 1947.

3.4 Implantação do Setor Leste: Plano Urbanístico - 1947

O primeiro plano de expansão urbana da cidade de Goiânia ocorreu em 1947, aprovado pelo Decreto-Lei n 39 de 11 de dezembro de 1947, nove anos depois da Planta Geral de Goiânia ser aprovada. A nova planta, figura 33, apresentava o Setor Leste, hoje Setor Leste Vila Nova e Leste Universitário.

Figura 33: Planta Geral de Urbanização de Goiânia - 1947



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH

Na planta do Plano Urbanístico de Goiânia de 1947 previa-se a área do Parque Botafogo bem delimitada, já cortado pela Avenida Anhanguera, portanto, estava dividido em dois bosques. O lago das Rosas e Zoológico na área planejada para ser o Bosque Capim Puba e Parque Bandeirante, no Plano de 1938, e o Parque dos Buritis com área já bem reduzida se comparado com o do plano de Atilio Correia Lima.

As margens dos córregos Botafogo e Capim Puba, na planta de 1947, foram delimitadas com aproximadamente 50 metros de cada margem, (medida realizada através do programa AutoCAD 2010) que deveriam ser preservadas, observa-se que não havia lotes lindeiros ao Parque Botafogo e junto ao Córrego Botafogo, assim como nas margens do Capim Puba acima da Avenida Anhanguera. Na figura 34 é possível observar com clareza essas áreas verdes no Plano Urbanístico de 1947. Ao longo dos Córregos Botafogo e Capim Puba uma margem de áreas verdes, Bosque Botafogo ao final da Avenida Araguaia, Parque dos Buritis ao lado direito da Praça Cívica e entre o Setor Oeste e Campinas, o Lago das Rosas, juntamente, com o Horto Florestal.

Figura 34: Bosque e Parques Plano Urbanístico de 1947



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH/Arte gráfica Jonh Moreira

Conforme analisado pode-se verificar que houve uma perda de aproximadamente 69 hectares de áreas destinadas a Parques e Bosques, tabela 5, se compararmos ao que foi proposto por Atílio Correia Lima para o núcleo central da cidade de Goiânia.

Tabela 5 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Planta Geral de Urbanização de 1947

Parques e Bosques	Atílio	Planta Geral 1947*
Bosque Botafogo	54 ha	34 ha
Bosque Buritis	40 ha	12 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	50 ha**
Horto Florestal/Lago das Rosas	--	66 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	166 ha

Fonte: Correia Lima (1942a) e Planta Geral de Urbanização de Goiânia aprovada em 1947

* Valores das áreas são aproximados, tendo em vista não haver documento da época com as áreas precisas dos Parques, calculo realizado programa AutoCAD2000.

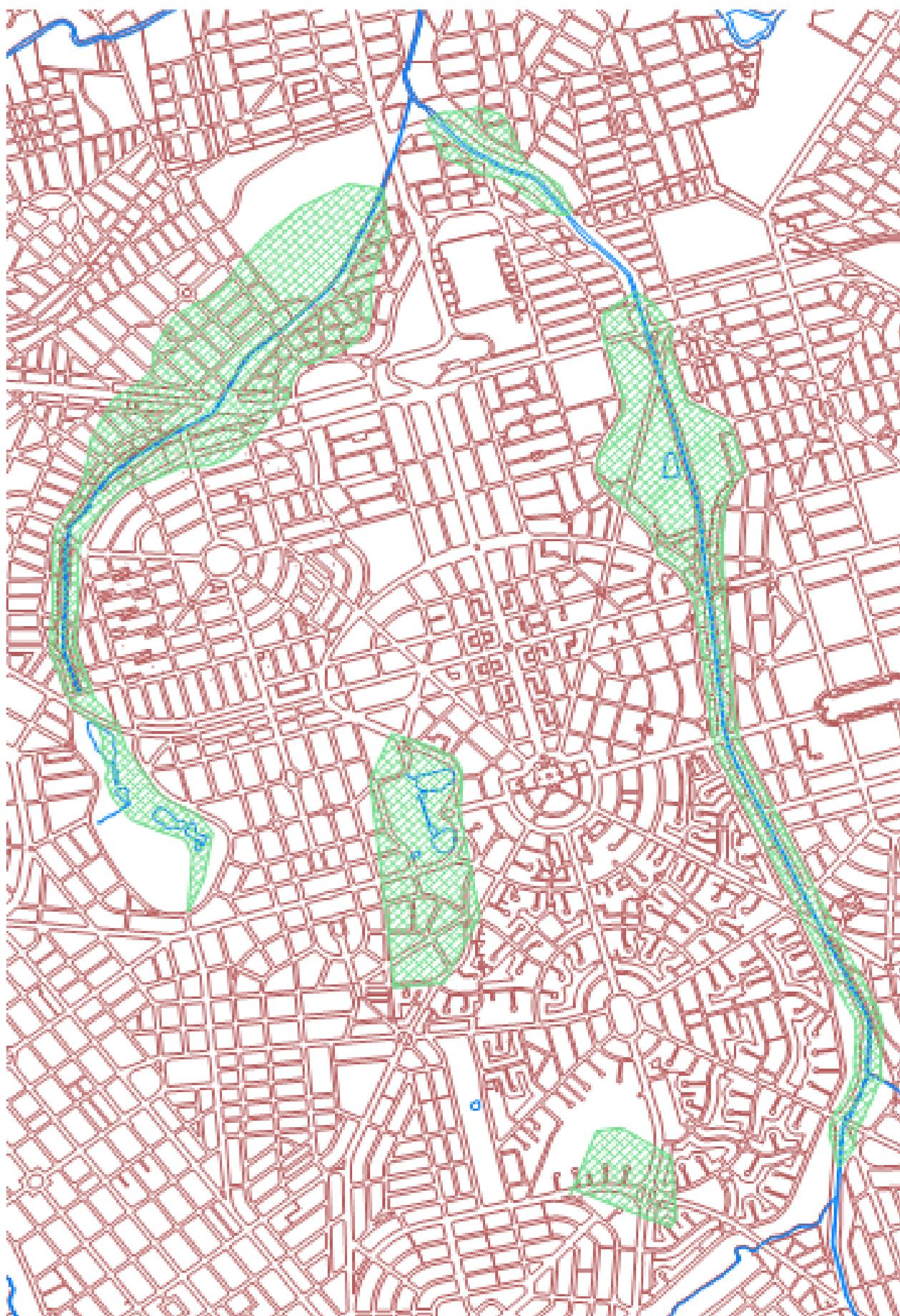
** Foi considerado para calculo a extensão do Córrego Capim Puba 2.500 m e do Córrego Botafogo 2.500 m, com área verde de 50 m de cada lado.

Na Planta de 1947 algumas quadras do setor Leste foram aprovadas na área do Bosque Botafogo idealizado por Atílio, bem como, no lado do setor central houve perdas desta área com lotes e quadras aprovadas. O Bosque dos Buritis teve grande perda de área em quadras do Setor Oeste, destacamos as áreas do Abrigo "Cristo Redentor" e do Colégio "Ateneu Dom Bosco" que foram construídos em áreas que seriam destinados ao bosque. O *park-way* do Buritizal não foi considerado neste projeto.

3.5 Processo de Ocupação das Áreas Verdes do Plano Inicial de Goiânia

As áreas verdes estabelecidas por Atílio Correa Lima foram delimitadas no anteprojeto apresentado e no plano diretor entregue a Pedro Ludovico Teixeira. Essas áreas tinham como principais objetivos a qualidade de vida da população da futura capital e a preservação do bem natural. A maioria das áreas destinadas aos Bosques e Parques foi ocupada mediante loteamentos aprovados nas décadas de 1950 e 1960, bem como ocupações irregulares em áreas ainda não legalizadas. Na figura 35 podemos observar as quadras que acabaram por ocupar as áreas planejadas por Atílio para serem destinadas a áreas verdes, parques e bosques.

Figura 35: Delimitação Parques Atilio sobre a ocupação urbana - Atilio 2016.



3.5.1 Parque Botafogo

O Parque Botafogo idealizado no plano inicial de Goiânia, com área total de 54 hectares. Atualmente com apenas 27 hectares e acabou sendo fracionado em três partes: Parque Mutirama, criado em 1969 pelo município, com área de 9,7 hectares, e mais duas partes cortadas pela Av. Araguaia e Marginal Botafogo que juntas totalizam 17,5 hectares, conforme pode se observar na figura 36. Os outros 27 hectares foram perdidos mediante aprovação de diversos bairros que incorporaram quadras dentro das áreas do parque.

Figura 36: Vista do Parque Botafogo e Parque Mutirama

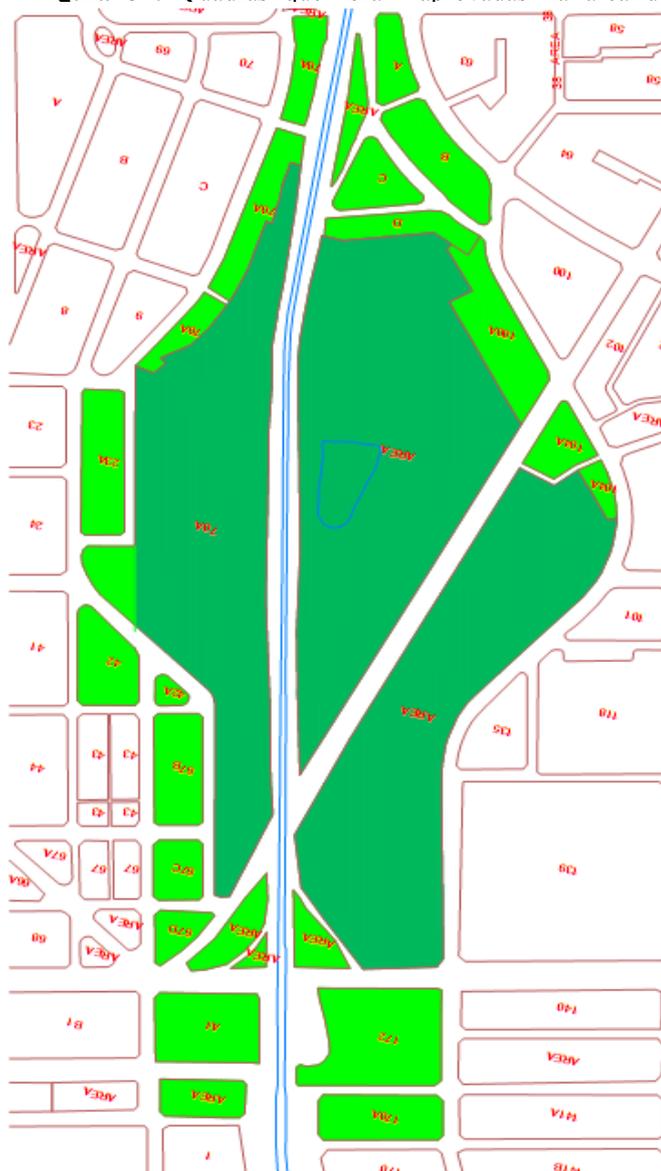


Fonte: Ortofoto 2011 - SIGGO

Conforme nota-se na figura 37, várias quadras acabaram avançando em áreas que a princípio eram destinadas ao bosque Botafogo, como por exemplo, nas plantas dos setores Leste Nova Vila e Leste Vila Nova, aprovadas em 03/05/1967. No setor Leste Vila Nova

foram incorporadas novas quadras, bem como quadras lindeiras ao Parque Botafogo, sendo elas: a quadra A1, 67D, 67C, 67B, 42A, 42, 28A, ocupação parcial das quadras 01, 02, 41, 24, 23. A quadra 70A foi aprovada junto ao Parque sem via de separação. No setor Central, tendo em vista os limites da Planta de Urbanização do bairro em 17/10/1967 e o estabelecido pela Lei Complementar n. 065, de 24 de março de 1999, as quadras que passaram a ocupar parcialmente a área prevista para o Parque Botafogo são: 17A, 101, 104, 102 e 100, e as quadras 172, A, B, C estão totalmente na área. As quadras D, 104A e 100A foram aprovadas junto ao parque, diferente da proposta de Atilio que vias deveriam separar as quadras e os lotes das áreas verdes.

Figura 37: Quadras que foram aprovadas na área do Parque



Fonte: Planta Goiânia - SIGGO/ Adaptação gráfica John Moreira Domingos

Hoje alguns lotes das quadras aprovadas junto ao bosque ocupam bem mais que suas áreas oficiais (figura 38) que foram avançando para dentro do Bosque, além de invasões clandestinas.

Figura 38: Ocupações irregulares ao redor do Parque Botafogo



Fonte: SIGGO - Ortofoto 2011

3.5.2 Parque Linear Córrego Botafogo

O *Park-Way* do córrego Botafogo não chegou a ser implantado e suas margens não foram preservadas, mesmo havendo sua área estabelecida no projeto inicial de Goiânia e o projeto de 1947, que previam 50 metros de cada lado, com o intuito de preservar as nascentes e cursos d'água. A extensão do parque Linear foi aqui considerada a partir da Avenida Anhanguera, no setor Central até Avenida 88 no setor Sul, com uma extensão total de 2.500m.

No setor central as quadras B e A situados na Alameda Botafogo; no Setor Universitário Quadras 52A, 52B, 107B, 106B, 78, E e M, conforme planta datada de 06/06/67, foram todas aprovadas na áreas que se destinariam a preservação, dentro dos 50 metros destinados a preservação da mata ciliar. No setor Sul houve ocupação das áreas ao longo da margem esquerda do córrego Botafogo. As quadras identificadas como 14A, 14B, 20A, 20B, 36A, F36A e 39A do lado direito da Av. 115 estão todas na área de fundo de vale.

Cabe destacar que no projeto aprovado não havia quadras, e hoje estas ocupações ainda não foram regularizadas, sendo posses urbanas, conforme nota-se na figura 39

Figura 39: Invasões do Setor Sul ao longo do córrego Botafogo



Fonte: SIGGO Informe o ano desta foto aérea (ou de satélite)

Além da aprovação de loteamento e das ocupações irregulares o fundo de vale do córrego Botafogo passou por diversas intervenções urbanas, entre elas: a canalização do córrego que se iniciou em 1976, figura 41, construção da ciclovia a margens do córrego 1980, figura 40, e em 1990 a ciclovia deu lugar a construção da Marginal Botafogo, figura 42, a fim de atender a demanda da malha viária da cidade que também cortou o Bosque Botafogo.

Figura 40: Obras da ciclovia junto ao Córrego Botafogo - 1980



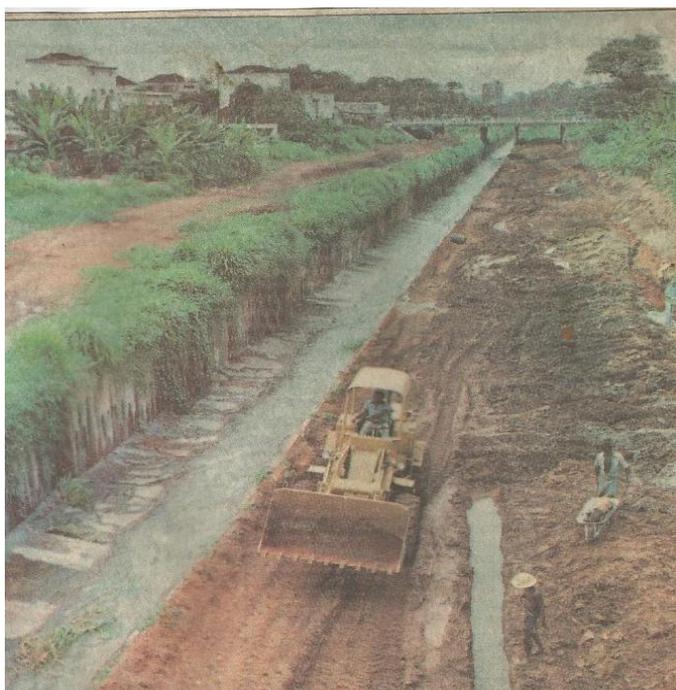
Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Figura 41: Obras de canalização do Córrego Botafogo - 1976



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Figura 42: Obras da Marginal Botafogo - 1990



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

3.5.3 -Bosque dos Buritis

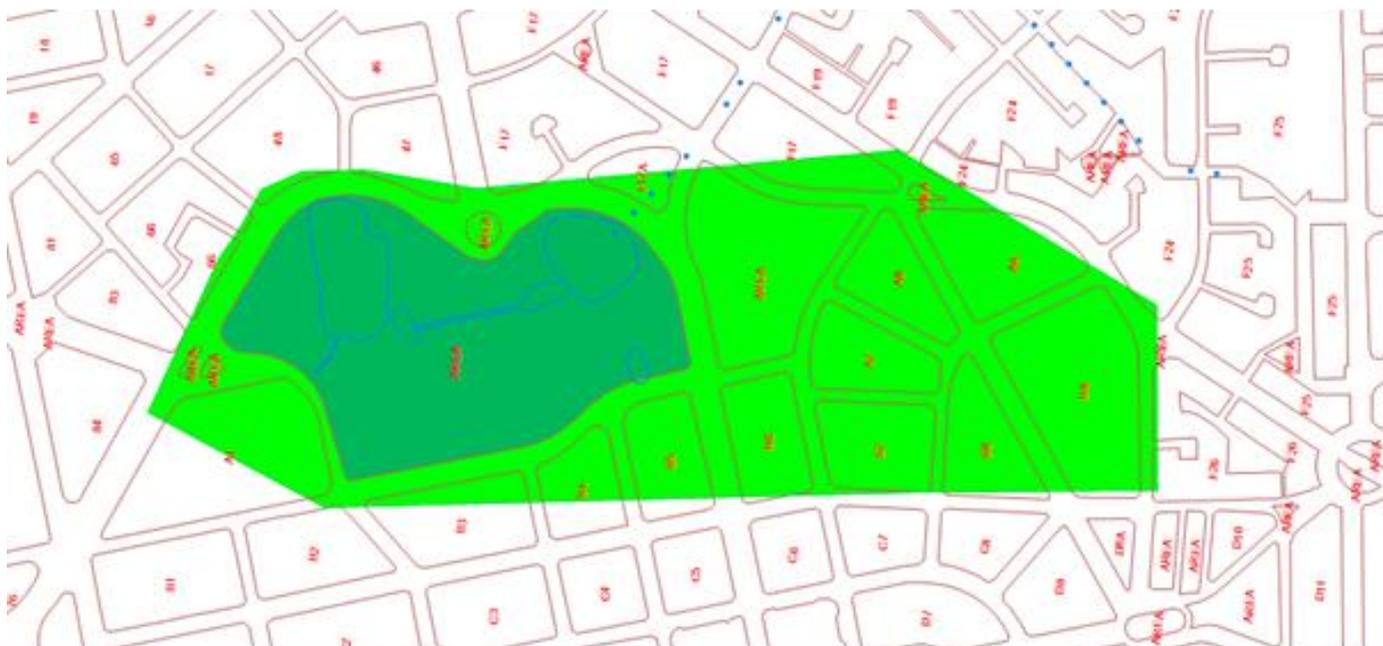
Boa parte da área destinada ao Bosque dos Buritis no plano apresentado por Atilio encontra-se ocupado por prédios comerciais, prédio residências, bem como pelas escolas Atheneu Dom Bosco e Externato São José, Fórum, o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que está situada na Unidade que deveria ser Conservação, conforme estabelecida no Plano Diretor de 2007.

Martins Junior relata que

a descaracterização do Parque do Buritis intensificou-se na década de 1940, quando ocorreu os primeiros parcelamentos de áreas a ele pertencentes, como a doação de suas extremidades, feita pelo Governo Estadual, aos colégios Atheneu Dom Bosco e Externato São José. A Investida mais dura conta o Parque dos Buritis foi perpetrada através do Decreto n. 71, de 20 de julho de 1955, assinado pelo prefeito João de Paula Teixeira Filho, que aprovou o loteamento do Setor Oeste, de propriedade do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno (MARTINS JUNIOR, 2007, p.80).

As colocações de Martins Junior (2007) são confirmadas ao analisar a planta de urbanização do setor Oeste. Na figura 43 pode-se observar quais foram as quadras aprovadas na área do Parque Buritis.

Figura 43: Quadras do setor Oestes aprovadas na delimitação do Parque Buritis



Fonte: SIGGO/Adaptação gráfica John Moreira Domingos

O Bosque dos Buritis perdeu grande parte de suas áreas no projeto urbanístico do Setor Oeste aprovado em 1956. As quadras A1, B4, B5, B6, B7, B8, B9, A7, A8, A9 do setor Oeste aprovado pelo Decreto 71 de 15 de maio de 1956 ficaram situadas na área do Bosque

dos Buritis, assim como parte das quadras F17 e F17A. Martins Junior (2007) ressalta que o Bosque dos Buritis perdeu cerca de dois terços de suas áreas com o loteamento do setor Oeste.

3.4.4 Park-Way Buritizal

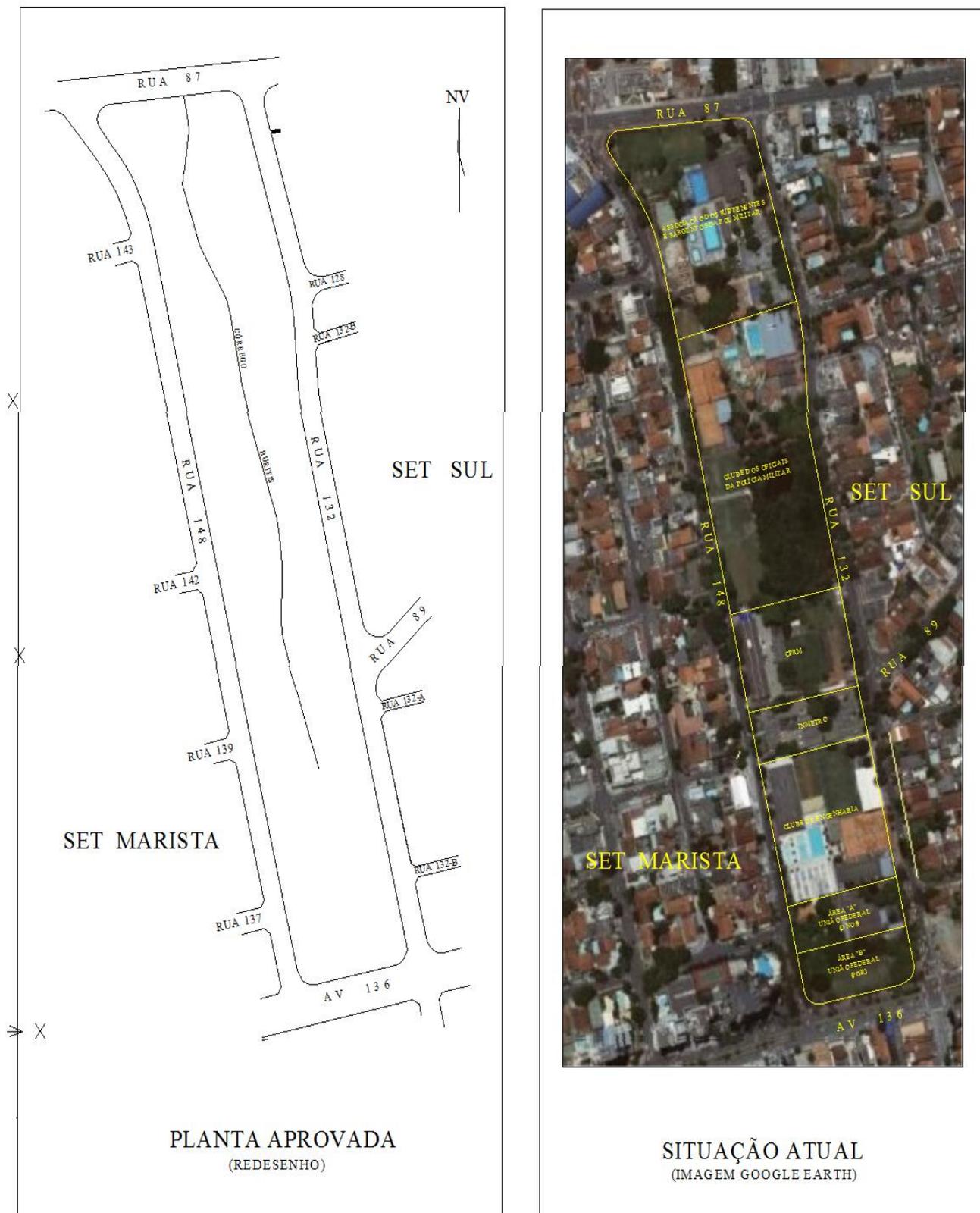
No parcelamento do Setor Sul, aprovado pelo Decreto Lei N° 90-A de 30/07/1938, a área destinada ao Parque Linear do Buritizal não foi parcelada, no entanto, a área destinada ao Parque Linear do Buritizal do plano de Atílio, e também sugerida por Saia no Plano Integrado de Goiânia, de 1962 encontra-se totalmente ocupada. Segundo informações da Divisão e Cadastro Imobiliário - SEPLANH esta área foi sendo desmembrada aos poucos pelo Governo do Estado e repassada a Instituições diversas.

Conforme Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Goiânia os responsáveis pelas áreas são: o Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás - 28.375,00 m²; o Clube de Engenharia de Goiás - 14.355,11 m²; Instituto de Pesos e Medidas - INMETRO - 5.600,00 m²; Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM - 10.000,00 m²; Associação dos Subtenentes e Sargentos PM/BM do Estado de Goiás - 958,00 m²; União Federal, Área A - 5.000,00 m²; União Federal, Área B - 5.000,00 m² e se levarmos em consideração que o parque deveria seguir até o Bosque dos Buritis as Quadras F25 e parte da quadra F4 do setor Sul ocuparam o local do parque.

Segundo a Divisão de cadastro em 29/07/1967 o Estado de Goiás aliena, sob a forma de doação, uma área de 10.000,00 m² ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS (União Federal), desmembrada em duas partes pelo Decreto 815 de 15/03/96 “Área A” e “Área B”, ambas com 5.000,00 m², sendo a última entregue à Procuradoria da República em Goiás. Em 25/10/1965 o Estado de Goiás, representado pelo Departamento Estadual de Saneamento doa ao Clube dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar a área de 16.958,00 m², situada entre as Ruas 87, 132, 148. Na mesma data doa, também, ao Clube dos Oficiais da Polícia Militar, Área de 28.375,00 m², situada entre as Ruas 132 e 148.

O Departamento de Terrenos Urbanos (autarquia estadual), em 22/07/1967 transmite à Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - CPRM, uma área de 10.000,00 m². Em 23/03/1971 o Departamento de Terrenos Urbanos (autarquia estadual) através de Escritura Pública doa ao Clube de Engenharia de Goiás Área de 14.355,11 m². O Instituto de Pesos e Medidas - INMETRO, imóvel sem registro documental no acervo desta Secretaria de Planejamento, ver figura 44.

Figura 44: Ocupação da Área destinada ao Parque Linear Buritizal



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
 DIVISÃO DE CADASTRO

Fonte: Gerência de Geoprocessamento e Atualização Cadastral - SEPLANH

Buritis, além da área da figura 45, as Quadras F25 e parte da quadra F4 do setor Sul ocuparam o local do parque. Parte do córrego dos Buritis hoje se encontra canalizado sob o solo da saída do Clube dos Oficiais até o bosque dos Buritis o que descaracterizou toda a área do Parque Linear.

Figura 45: Canalização do Córrego Buritis



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

3.5.5 Park-Way Capim Puba

O *Park-Way* Capim Puba deveria começar na nascente e seguir até chegar a reserva florestal, na altura da avenida independência. Na área da nascente está localizado o Parque Zoológico e Lago das Rosas no setor Oeste, o restante do parque linear deveria seguir ao longo do córrego a partir da Av. Anhangüera até Av. Independência, conforme pode-se observar na figura 46.

Figura 46: Delimitação da área do Park-way Capim Puba



Fonte: SIGGO/Adaptação gráfica John Moreira Domingos

No entanto, este *park-way*, também, não foi efetivado, pois os loteamentos aprovados em suas margens não respeitaram o limite de 50 metros do fundo de vale. Nos planos urbanísticos do setor dos Funcionários aprovado pela prefeitura, em 20/03/1968, não havia lotes lindeiros ao córrego Capim Puba, as quadras seriam separados por uma viela, no entanto as quadras estavam dentro da área destinada ao parque linear Capim Puba. As quadras do

setor dos Funcionários que foram invadidas e que era área a ser preservada foram: P71A, P70A, P68A, P67A, P66A, P63A e as 71C, 73B e 74B - hoje, estas áreas foram incorporadas ao Setor Aeroporto mediante a Lei Complementar n. 066, de 26 de março de 1999.

Devido o parcelamento ao longo das margens do córrego Capim Puba houve grande perda de cobertura vegetal da mata ciliar, como pode-se notar na ortofoto de 2011 (figura 47).

Figura 47: Ortofoto 2011 Córrego Capim Pubam trecho Av. Anhanguera a Av. Independência



Fonte:SIGGO

3.5.6 Reserva Florestal

Esta área perdeu toda sua extensão e era destinada a ser Reserva Florestal, como podemos observar na figura 48. Parte desta área foi ocupada pelo setor Aeroporto, quadras 70C, X1, parcialmente pelas quadras 70B, W, X. Bem como, o setor dos Funcionários, planta aprovada em 20/03/1068, quadras P103, P104, P105, P106, P107, P108, P109, P110, P111, P103A, P104A, P105A, P106A, P107A, P108A, P109A, P110A, P111A.

Figura 48: Área destinada a Reserva florestal - Localização do Cemitério das Palmeiras



Fonte: SIGGO/Adaptação gráfica John Moreira Domingos

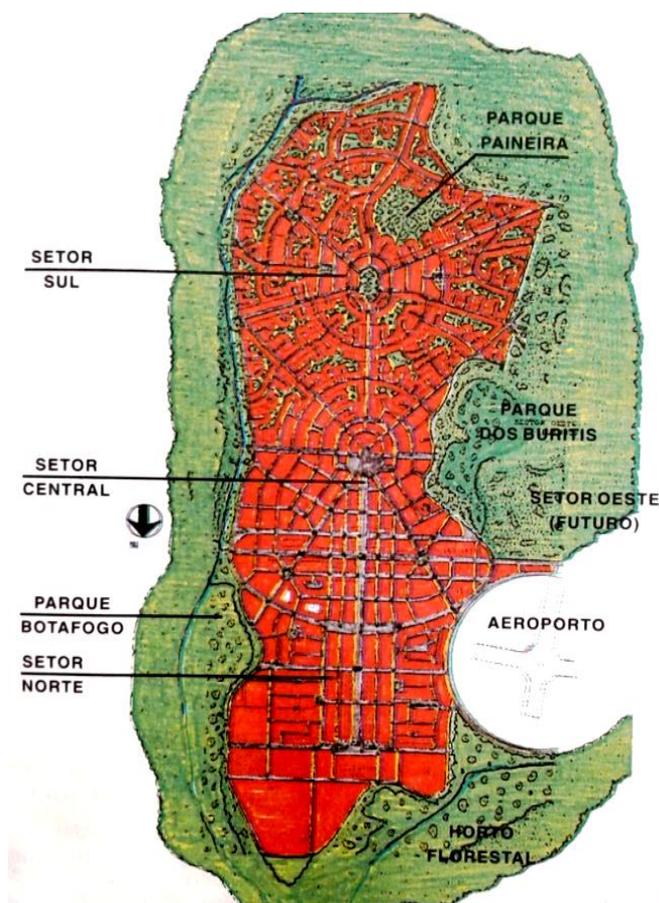
O setor Marechal Rondon, aprovado em 12/07/1051 também foi aprovado dentro dos limites destinados à Reserva, e são as quadras: E, F, G, H, I, J, L, K, M, 2, 3, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29 E 30. E parte do Setor Centro-Oeste, também avançou sobre a área que deveria ser

a Reserva Florestas, conforme planta urbanística de 20/03/1968 quadras 25, 1, 2 e 1A. Conforme planta urbanística de 08/05/67 o setor Norte Ferroviário quadras U, S, P, M, K, L, J, H, I, H1, C1, bem como a gleba onde está localizado cemitério Jardins da Palmeiras.

3.5.7 Parque Paineiras

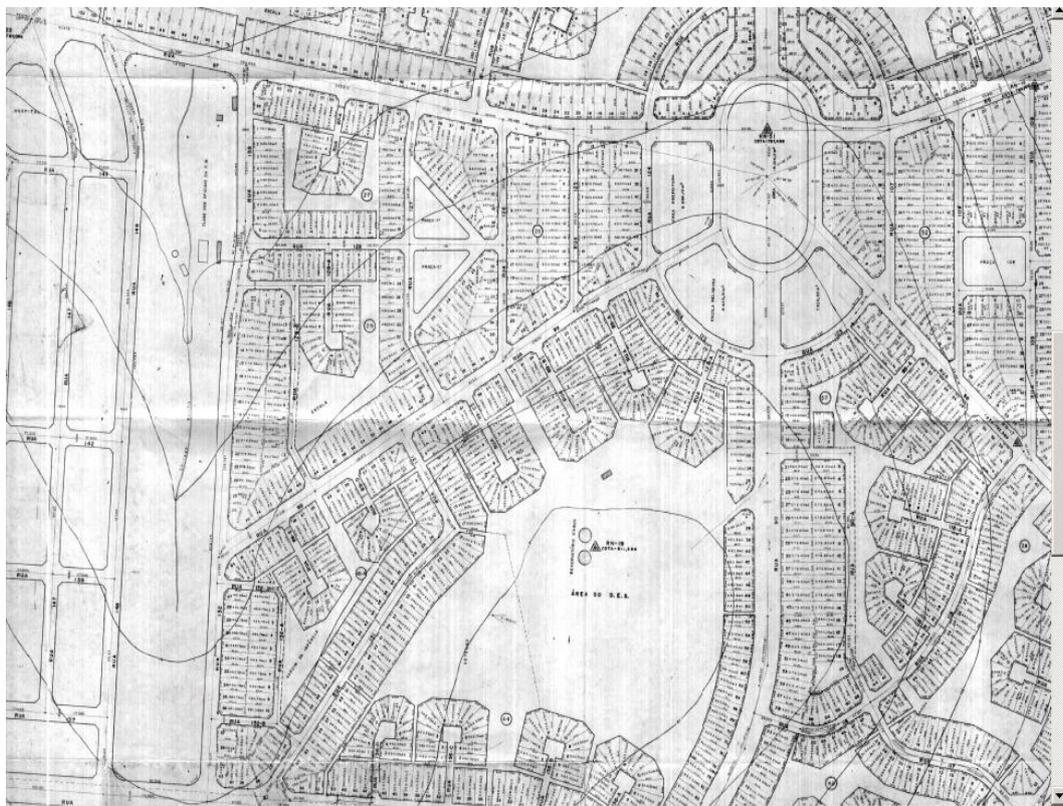
O Parque Paineiras estava localizado no setor Sul, conforme mostra a Figura 49, mas já no projeto aprovado em 1938, pelo decreto-lei 90A/38 a área foi destinada a Caixa D'água para o abastecimento da cidade de Goiânia como se pode observar na planta de urbanização do setor Sul (Figura 50). Hoje toda a área está ocupada por residências e pelos clubes da CELG, Telegoiás e Saneago.

Figura 49: Localização do Parque Paineira no Plano Urbanístico de 1938



Fonte: Martins Junior (1996)

Figura 50: Plano Urbanístico setor Sul - 1938



Fonte: SIGGO Docs

3.6 Bens do Povo

A transformação das áreas verdes públicas, bosques e parques, que foram apropriados por particulares, passando a ser patrimônio privado, acabaram sendo loteados o que levou a perda de áreas de preservação e de espaços destinados a práticas sociais, e convívio coletivo. Estas áreas acabaram por totalmente descaracterizadas de seu uso proposto no projeto inicial da cidade de Goiânia.

As áreas dos parques e bosques propostas no plano de Atílio eram áreas destinadas ao uso comum da cidade de Goiânia. Estas áreas eram de responsabilidade do Governo do Estado de Goiás até 1973, quando mediante a Lei n. 7.653 de junho de 1973 foi transferido para o Poder Municipal as áreas de uso comum da população, com nova redação dada pela Lei n. 7.875, de 23 de outubro de 1974, Art. 1.º - Ficam transferidos ao poder de disposição do Município de Goiânia os bens de uso comum do povo, existentes e que vierem a existir nos loteamentos urbanos feitos pelo Estado de Goiás, dentro dos limites territoriais do Município.

Até a promulgação da Lei 7.653/73 o poder responsável por preservar as áreas de uso comum - Parques, Bosques, praças - era o poder público estadual. Os parcelamentos das áreas nos perímetros dos parques e bosques estabelecidos no plano urbanísticos de 1938, segundo Martins Junior (2007: 1996), ocorreram de forma de irregular, tendo em vista o Código Civil Brasileiro de 1916 que, no seu Capítulo III - Dos Bens Publico e Particulares que estabelecia que

Art. 65. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes à União, aos Estados, ou aos Municípios. Todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 66. Os bens públicos são:

I. Os de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças.

II. Os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal.

III. Os dominicais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados, ou Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real de cada uma dessas entidades.

Art. 67. Os bens de que trata o artigo antecedente só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar, nos casos e forma que a lei prescrever.

Art. 68. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito, ou retribuído, conforme as leis da União, dos Estados, ou dos Municípios, a cuja administração pertencerem.

Os bens de uso comum perante a lei vigente no período de aprovação das plantas dos bairros eram inalienáveis, não podendo ser vendidos, sem a devida precisão legal. A população goianiense perdeu em qualidade de vida as áreas destinadas a áreas verdes serem loteadas e ocupadas de forma irregular.

CAPITULO 4 - OS PLANOS DIRETORES E UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ÁREAS VERDES PREVISTAS EM RELAÇÃO AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

O primeiro plano diretor de Goiânia foi elaborado por Atílio Corrêa Lima, tendo sido o mesmo encarregado da elaboração pelo Decreto n. 3.547 de 6 de julho de 1933. O artigo 13 estabelecia que o projeto da cidade fosse para uma população de 50.000 habitantes, e o artigo 3 definia que o plano diretor deveria compor o sistema de logradouros públicos, indicação de circulação, zoneamento da cidade, esquema de rede de água, esgoto e luz, bem como o sistema de parques, jardins e ruas jardins.

O projeto e plano apresentado para 50.000 mil pessoas ainda nos anos 1950 foi ultrapassado, pois a cidade de Goiânia teve um crescimento acelerado. Os Governos estadual e municipal não conseguiram ordenar o processo de urbanização da cidade, tanto na ocupação do solo como em infraestrutura.

Um novo plano diretor só foi pensado na década de 1960, com a contratação de Luís Saia pelo governo estadual e posteriormente Jorge Wilhelm pelo governo municipal. Em ambos, a questão da preservação das áreas verdes foi considerada.

4.1 Planos Diretores da década 1960: Luis Saia - 1962 e Jorge Wilhelm - 1969

Com o crescimento rápido da cidade de Goiânia na década de 1960 iniciaram-se estudos da situação de infraestrutura urbana a fim de propor diretrizes para melhorar as condições de vida da população. Esses estudos intitulados Planos de Desenvolvimento Integrado foram alicerces para a elaboração dos Planos Diretores futuros. Estes planos abordaram diversas situações da cidade, como problemas de habitação, infraestrutura viária, econômica e ambiental entre outras.

Em 1950 a cidade de Goiânia contava com 53.389 habitantes, 3.389 habitantes a mais que o número de habitantes estimado para a cidade. Na foto área da década de 1950, figura 51, é possível observar que o adensamento estava principalmente no setor Central e Norte, o setor Oeste e Sul estavam praticamente desabitados.

No entanto, segundo o IBGE, entre as décadas de 1950 e 1960 a população quase triplicou, chegando a 153.505 mil habitantes. Duas vezes a mais que o número planejado por Atílio Correia Lima. A cidade na década de 1950, especialmente, com a construção de Brasília passava por profundas transformações decorrentes do intenso fluxo migratório que

acabou por repercutir nas condições de urbanização da cidade, especialmente, problemas de infraestrutura e problemas habitacionais.

Figura 51: Foto Aérea do sítio inicial de Goiânia no início da década de 1950



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH

O censo do IBGE de 1960 revela que entre os anos de 1950 a 1955 imigraram para Goiânia 22.576 habitantes; entre 1955 a 1960, este número foi de 49.576. [...] Goiânia passou por uma explosão demográfica e chegou em 1960 com cerca de 160 mil habitantes. Superou as previsões do IBGE que apontava para este período uma população de 104.745 habitantes (MOTA, 2004, p. 122)

Segundo Mota (2004), Luis Saia tinha consciência que o principal indutor que resultou na explosão demográfica do período na cidade foi a construção de Brasília e, como

consequência, já havia problemas de deficiência dos equipamentos urbanos e infraestrutura e, a continuidade desta expansão seria desastrosa. Segundo Mota,

nas novas áreas de ocupação havia problemas acentuados de carência de infraestrutura e de desarticulação entre os diferentes loteamentos, caracterizado por sua maioria pela falta de qualidade no traçado e pela falta de áreas livres. Goiânia tinha poucas ruas pavimentadas, concentradas apenas no Centro e em Campinas. Apenas 27,7% dos seus habitantes eram servidos por rede de água e 20% por rede de esgoto. [...] a rede telefônica se restringia ao entorno da Avenida Anhanguera, que ligava o Centro a Campinas. Somente o Centro tinha índices razoáveis de áreas verdes (MOTA, 2004, p. 122).

Para propor medidas de melhorias foram contratados dois urbanistas responsáveis por elaborar Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, Luis Saia em 1962 e Jorge Wilhiem em 1969.

4.1.1 Plano Diretor 1962: Luís Saia

O urbanista Luis Saia foi contratado em 1962 para realizar estudos e elaborar um novo plano diretor. No início da década de 1960 o espaço central da cidade já estava povoado com adensamento populacional nas regiões central, norte, leste, oeste sentido Campinas, região bem despovoada.

Com elevado crescimento demográfico, a cidade de Goiânia, segundo Saia (1963), no início da década de 1960 já estaria com um déficit para atingir a área verde desejável de no mínimo 10%. Saia destaca que o ideal seria 25m² de área verde por pessoa e Goiânia, em 1962, tinha um percentual de apenas 7m². Para se alcançar o percentual sugerido os novos loteamentos deveriam ter generosas áreas verdes. A proporção de 10% de áreas verdes na área urbana proposto por Saia ficava bem inferior aos 25% proposto por Atílio.

No parâmetro ambiental o maior destaque no plano de 1962 foram os fundos de vales. Saia (1962) enfatizou em seu relatório que os loteamentos que surgiram no decorrer das décadas de 1940 a 1960 em Goiânia, não preservaram os fundos de vales. Ao contrário, fez-se o uso indevido dos mesmos, acabando por prejudicar as áreas livres das marginais dos córregos. Segundo o urbanista os novos loteamentos aprovados reservavam os fundos de vale com a intenção de aproveitar essas áreas para chácaras e não como áreas destinadas a preservação ambiental.

Devido à deterioração, ocupações irregulares e falta de infraestrutura nos fundos de vale, Goiânia em 1960 já sofria com alguns alagamentos, diminuição na capacidade de infiltração, bem como do lançamento de esgoto nos cursos d'água. Conforme notava Saia:

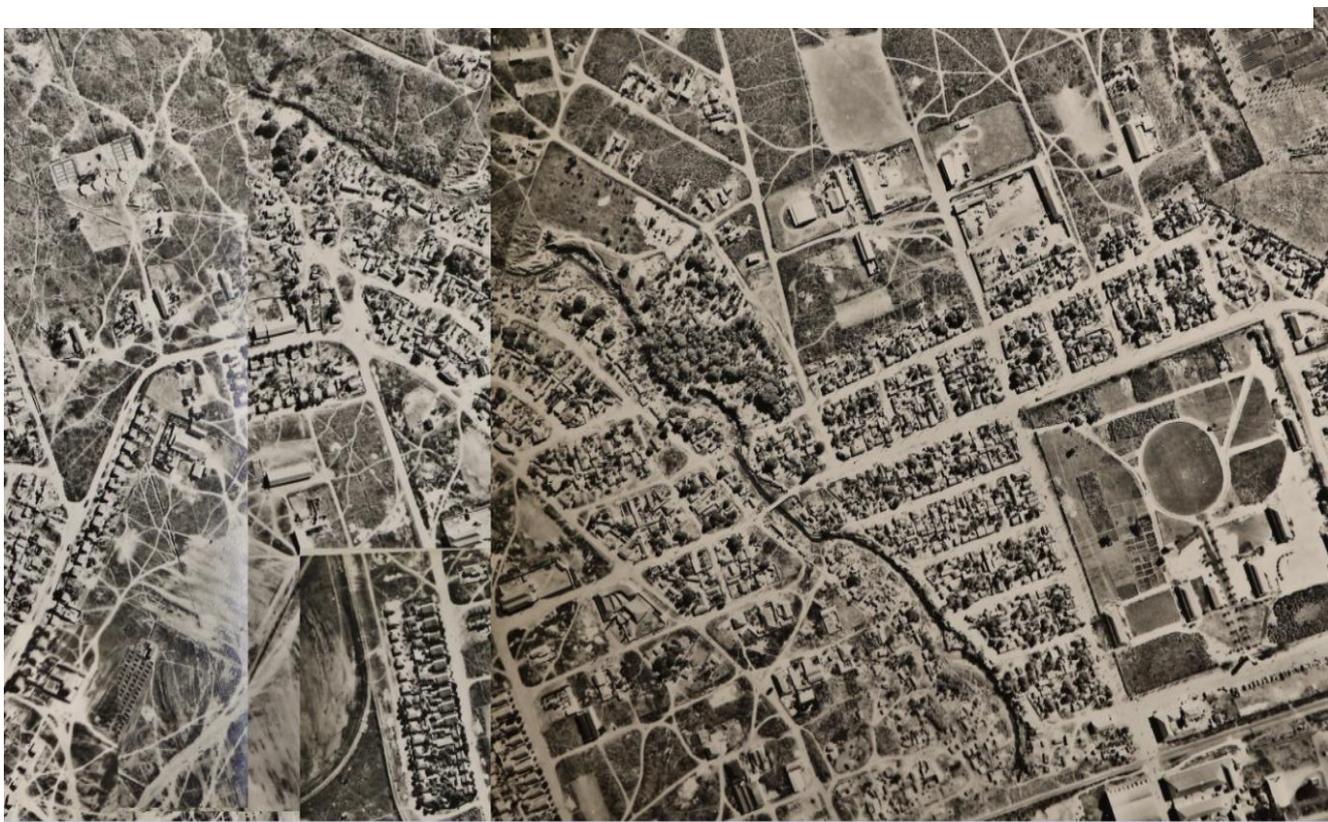
[...] Em Goiânia, este problema está localizado nas áreas de fundos de vale. Os primeiros loteamentos, que deram origem à cidade, tais áreas foram reservadas. Mais tarde foram loteadas, cedidas, vendidas, recuperadas por via de desapropriação, etc. A maior porcentagem é constituída por lotes, nominalmente destinados a chácaras e até o momento não ocupados. Sua reserva para o tratamento dos fundos de vale é indispensável (SAIA, 1962, p. 33).

As áreas que mais sofreram degradação ambiental foram os fundos de vale, que deveriam ter sido destinados a *park-way*, conforme projeto de Atílio Correia Lima. Saia, no seu relatório de 1962, apontava que as áreas de fundo de vale do plano original haviam sofrido ocupações pela população de baixa renda:

ao longo do córrego Botafogo se concentra um dos maiores núcleos de invasões da cidade de Goiânia. Esta invasão atingiu o vale do Botafogo naquela faixa indicada, desde o projeto de Atílio Correia Lima, para reserva (SAIA, 1962, p. 06).

Na foto Aérea da década de 1950 e 1961, figura 52, 53 e 54, é possível confirmar a informação de Saia quanto à ocupação do Córrego Botafogo, bem como inferir que as ocupações se intensificaram após 1950.

Figura 54: Ocupação ao longo do Córrego Botafogo ao norte do Parque Botafogo - 1961



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Figura 52: Foto Aérea do sítio inicial de Goiânia no início da década de 1950



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH

Figura 53: Ocupação ao longo do córrego Botafogo ao Sul do Parque Botafogo - 1961



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Havia, em 1960, ocupações ao longo do Córrego Botafogo bem próximo as suas margens. Luis Saia (1963) e Ribeiro (2004) ressaltam que as primeiras invasões ao longo do córrego Botafogo datam do período da construção da cidade.

Ao longo do córrego Botafogo encontrava-se um dos maiores núcleos de invasão de Goiânia, atingindo a área destinada à reserva, prevista no projeto de Atílio Corrêa Lima. Saia conclui que a ganância imobiliária foi o grande agente que depredou e reduziu tais espaços, levando à descaracterização dos fundos de vale, que foram sendo ocupados por habitações (RIBEIRO, 2004, p. 80).

Em seu Plano Diretor, Saia enfatizava a necessidade se preservar essas áreas e alertava que os fundos de vale tinham grande importância para a preservação ambiental, a qualidade da água e o bem estar da população. Para ele as margens do córrego Botafogo e Capim Puba deveriam ser restaurada a qualquer custo “sob pena de amanhã isso ser feito em condições onerosíssimas” (SAIA, 1962, 14).

Além dos fundos de vales, Saia (1962) destacou o Parque dos Buritis, previsto no plano de Atílio e o seu respectivo *park-way*. O Parque dos Buritis contava com 10ha. Saia (1962) destacava a importância e a necessidade de equipá-lo para uso do público. Nesta perspectiva retomou a ideia da implantação do Parque Linear dos Buritis, assim como Atílio havia sugerido, com o nome de Parque Vereda com área aproximada de 10ha que deveria ser implantado:

[...] entre as seguintes vias: a avenida 136, rua 132, rua 148 e rua 87, nas cabeceiras do Buritis, ou melhor na vereda dos Buritis. A forma extremamente alongada desta área representou uma dificuldade inicial para o problema da composição desde parque, mas se transformou depois no fundamento do partido adotado. A idéia inicial era aproveitar os elementos naturais da composição de uma vereda e dar-lhe uma feição erudita e uma destinação funcional. Uma vereda, elemento típico da paisagem do Brasil Central, é uma área de cabeceira, forrada de gramínea raze com tufes de buritis na parte mais baixa, tendo nos declives de fecho uma vegetação arbustiva, densa e em forma de ferradura, chamada de pestana. [...] A função pretendida era a de um parque para crianças que pudesse também incluir jardim de tipo tradicional (SAIA, 1962, p. 76).

A implantação deste parque seria possível, pois a área ainda não se encontrava ocupada/antropizada, como se pode observar na foto aérea de 1961 (figura 54a). A Vereda dos Buritis ao sul da imagem e ao norte o Bosque dos Buritis com pequena mata e a Assembleia Legislativa do Estado já construída na área

Saia (1962) faz a seguinte descrição da área a ser implantada o Parque Veredas.

As vezes a parte forrada de gramínea alcança 100, 200 ou mais metros de largura; longitudinalmente até quilômetros. No caso presente a largura da vereda não ultrapassa de 50 metros para uma largura total disponível de 120 metros; os buritis se distribuem numa largura de 20 metros numa extensão de 50 metros, A pestana cerca a cabeceira de veio d'água dentro dos limites da largura disponível. Uns 200 metros abaixo uma mata de cerrado fechado a paisagem como mata ciliar do córrego (SAIA, 1923, p. 77).

Os Parques relacionados no Plano Diretor de Saia (1963) são os relacionados na tabela 6, bem como suas respectivas áreas em hectares.

Tabela 6 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Plano Diretor de Luis Saia - 1962

Parques e Bosques	Atílio	Plano Diretor 1962
Parque Botafogo/ Araguaia	54 ha	12 ha
Parque dos Buritis	40 ha	10 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	60 ha
Horto Florestal/Lago das Rosas	--	11 ha
Parque Caixa d'água	--	18 ha
Parque Veredas	--	9,5 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	125,5 ha

Fonte: Correia Lima (1942a) e Saia (1962)

Do Plano de Urbanização de 1947 para o Plano Diretor de Saia houve uma perda de aproximadamente 15 hectares, mas se comparada ao Plano de Atílio a perda foi ainda maior, 110 ha de áreas verdes destinadas a preservação.

Saia em seu Plano Diretor deu grande ênfase na preservação dos fundos de vales e não apenas no núcleo central que estavam sendo ocupados, mas em todo território do município. Áreas valiosas para sustentabilidade urbana, bens ambientais de toda população estavam sendo ocupadas por terceiros de forma inapropriada, desmatando e na maioria das vezes, provocando impactos ambientais.

No entanto, o Plano de Saia não chegou a ser aprovado tendo em vista o golpe militar de 1964, e só foi retomada a discussão do ordenamento urbano de Goiânia em 1969, com o Plano Integrado de Jorge Wilhelm.

4.1.2 - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - Jorge Wilhelm - 1969

As discussões sobre planejamento urbano de Goiânia são retomadas em 1969 com o Plano de Jorge Wilhelm aprovado em 1971. Na época, Goiânia contava com 389.784 habitantes, novamente, a população mais que dobrou em uma década. Se for levado em conta, nas décadas de 1950 a 1970, a população urbana de Goiânia cresceu mais de sete vezes.

À medida que a população e a área urbana edificada cresciam, os problemas também aumentavam. Mota (2004) destaca que em uma década os problemas da cidade de Goiânia também tinham mudado. Não eram mais apenas problemas físicos e estruturais conforme estabelecia o plano de Saia de 1962. Em 1969, segundo Ribeiro (2004), além dos problemas físicos e de infraestrutura urbana havia os problemas sociais decorrentes do:

[...] crescimento acelerado da população no curso da década, com as cifras girando em torno de 10% ao ano, instalou na cidade o caos físico e social, pois a falta de infra-estrutura tornava-se não mais apenas visível, mas vivenciada. As áreas verdes, principalmente os fundos de vales, chegaram ao período quase que totalmente invadidas (RIBEIRO, 2004, p. 87).

Welheim (1968) detectava nos fins da década de 1960, por conta da acelerada migração para Goiânia, a predominância da especulação imobiliária e a carência de habitação. Estes fatores levaram a cidade a uma expansão desordenada que fugiu de vez ao controle do poder público, o que por sua vez, agravou ainda mais a situação de falta de manutenção das áreas verdes e parques. Pelo relatório apresentado por Wilheim (1968) as áreas de Parques estavam sem estrutura para receber a população. Ele relata como se encontravam os principais parques de Goiânia que:

[...] em síntese, a **situação das áreas verdes** é, aproximadamente, a que se segue: além da área de 18 ha da **Caixa d'água e da Estação de Tratamento de Esgôto**, a qual poderá ser planta mas não usada, só ha um parque equipado para uso; o **Parque Recreativo**. Trata-se de uma área de aproximadamente de aproximadamente 22 ha, em parte ocupada pelo **Lago das Rosas**, dispoendo de museu, zoo, sanitário, parque infantil, quadra de basquetebol, patinação e barcos. Tudo muito primitivo. No entanto, a frequência aos domingos atinge oito mil visitantes que provêm dos mais diferentes pontos da cidade. Para o **Parque Botafogo**, cuja área é de cêrca de 24 ha, atualmente rebatizado de Mutirão, existe um projeto de autoria de Waldemar Cordeiro: Paisagismo: Planejamento e Projeto Ltda., ainda não implantado, e para o Parque Buritis, que tinha 10 ha antes de ser, em parte, desmembrado e doado, não existe, ainda, previsão alguma. Há, ainda o chamado **Parque do Estado**, situado ao extremo Sul da cidade e, também uma áreas situada na Av.Anhanguera, cuja superfície é de aproximadamente 7 ha, além de outras menores espalhadas pela cidade. Significado peculiar adquirem as áreas internas do Setor Sul. Depois da doação do **Parque Veredas**, de 9,5 ha, a utilização pública dessas áreas se torna vital para o setor, podendo atender também os bairros próximos do Setor Goiás, Setor Pedro Ludovico, parte do Bairro Universitário e parte do Setor Oeste, onde se localizam numerosas escolas. Cerca de 20 ha, portanto, que não podem ser doados, nem vendidos (WILHEIM, 1968, p. 77-78).

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Jorge Wilheim de 1969 foi aprovado pela lei 4.523, de 31 de dezembro de 1971. Conforme os fatores paisagem/ecológicos tinha como a maior preocupação a preservação dos fundos de vales, tendo em vista o número de cursos hídricos da cidade. Mesmo havendo ocupação nos fundos de vales, muitas dessas áreas estavam desocupadas. Conforme Wilheim (1968):

[...] embora a situação não seja nada clara, os mapas assinalam grandes áreas verdes ao longo dos córregos que atravessam a cidade. A existência desses fundos de vale é sua característica morfológica marcante. Atualmente, ainda não loteados ou ocupados por chácaras, esses terrenos se apresentam como relativamente disponíveis, sendo fundamental o aproveitamento dessas áreas verdes para o uso da massa. Assim, chegar-se-ia a uma estrutura de verde linear Norte-Sul, a qual, devidamente servida pelo sistema viário contribuiria do ponto de vista estratégico, para uma integração harmônica da cidade, atualmente dominada por uma linha de força Leste-Oeste. Essas áreas lineares, como dedos de uma mão verde e estendida sobre a cidade, inserir-se-iam na trama urbana da melhor forma possível. Para que a partir de qualquer ponto se pudesse, sempre, atingir uma área verde em 15 minutos; a pé (WILHEIM, 1968, p. 78).

No entanto as margens dos córregos Botafogo e Capim Puba se encontravam praticamente ocupados, como é possível observar na fotografia aérea de 1968 (ver figura 55).

Figura 55: Fotos Aéreas do núcleo central de Goiânia - 1968



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca SEPLANH

Em toda a margem dos córregos Botafogo e Capim Puba havia lotes lindeiros, o que na maioria das vezes levavam a retirada das matas ciliares, ocupação das margens, e contaminação da água com lançamento de esgoto e água servida. Partindo dessa realidade que atingia não somente os córregos citados o Plano de Desenvolvimento Integrado teve como um de seus objetivos a recuperação dos fundos de vale.

A lei 4.523 de 31 de dezembro de 1971 estabelecia:

Art. 25 - Com o objetivo de preservar e valorizar as áreas para recreação e atividade ao ar livre, em todos os níveis, serão tomadas as seguintes medidas:

[...]

VII - Localização de Parques Municipais nos fundos de vale, com bares, sanitários, estacionamentos, como equipamentos mínimos;

[...]

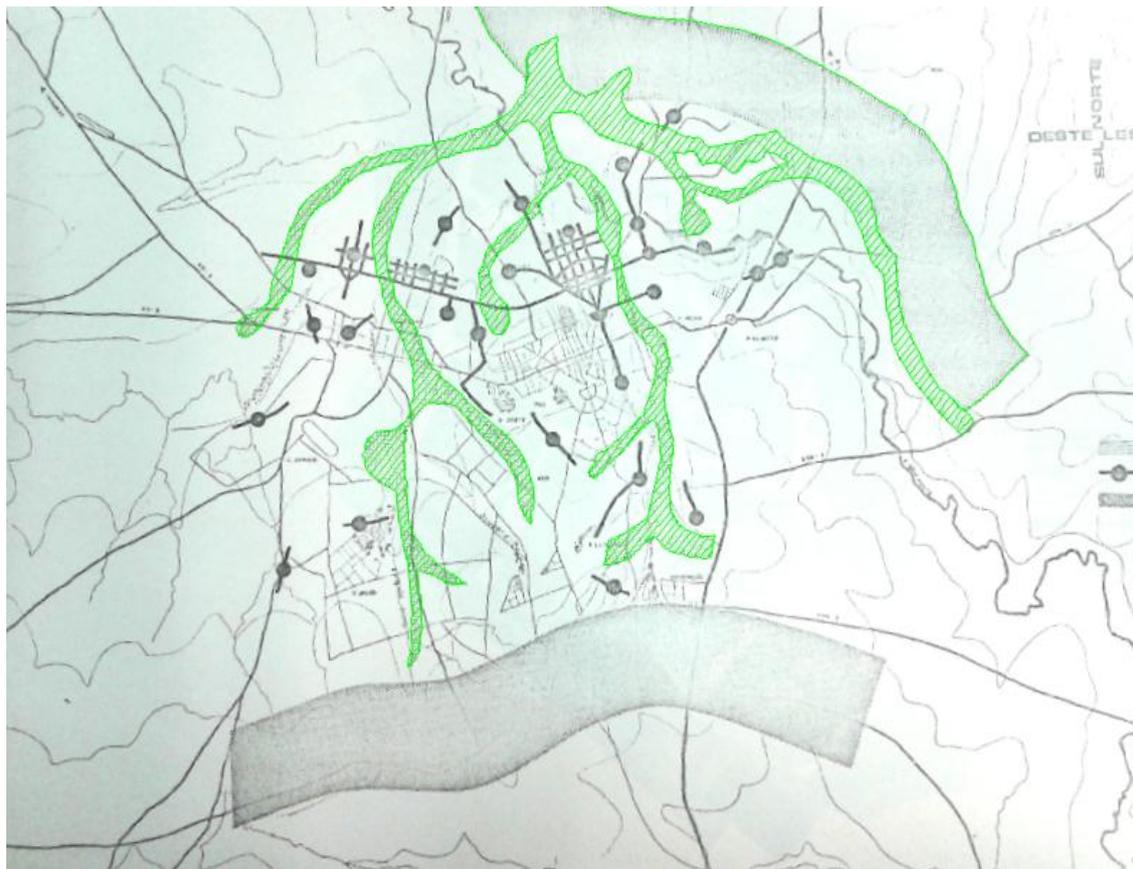
IX - criação de Parque Regional, com, aproximadamente, cem (100) ha., em área ainda não loteada, entre Vila Água Branca e Jardim da Luz, servindo como futuro recinto para Feira Agropecuária;

X - **reserva de faixa mínima de 50 (cinquenta) m de ambos os lados dos córregos** da zona urbana e da expansão urbana, medidas a partir do eixo do canal retificado.

O PDIG/1969 indicava que nos fundos de vales deveriam ser criados Parques Municipais, com equipamentos urbanos, como bares e sanitários. Em sua proposta, Jorge Wilhelm especificava que junto aos córregos deveria haver uma reserva da faixa mínima de 50m de ambos os lados dos córregos da zona urbana e expansão urbana a partir de suas margens. Para Jorge Wilhelm com a criação dos parques municipais nos fundos dos vales pode contribuir para prevalecer:

[...] a paisagem natural, com arborização intensiva e amplos gramados. Isto não exclui a presença de um mínimo de construções e equipamentos necessários, como bares, sanitários, estacionamentos, zoológico, restaurantes, espetáculos, instalações para piqueniques etc. A presença de córregos poderá facilitar a irrigação bem como a criação de lagos. O índice seria de aproximadamente 2m²/hab e a área de atendimento teria a escala municipal (WILHEIM, 1969, p. 270).

Os parques em torno dos fundos de vale seriam interligados entre si, bem como a ligação dos Parques e Bosques, formando um corredor ecológico, que além de beneficiar a qualidade de vida da população, possibilitaria a conexão entre os animais dos bosques, fortalecendo a genética. Na figura 56 é possível perceber esta interligação.

Figura 56: Fundos de vale PDIG -1969

Fonte: Wilhiem (1968)/Arte gráfica John Moreira Domingos

As áreas verdes estariam facilmente acessíveis à população. No entanto, em comparação à proposta de Atílio para o sítio histórico, ainda assim houve uma perda de 84,5 hectares de área de parques e bosque conforme pode se notar na tabela 7.

Tabela 7 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Plano de Desenvolvimento Integrado - 1969

Parques e Bosques	Atílio	PDIG 1969
Parque Botafogo	54 ha	24 ha
Parque dos Buritis	40 ha	10 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	60 ha*
Lago das Rosas	--	22 ha
Parque Caixa d'água/Paineiras	--	18 ha
Parque Veredas	--	9,5 ha
Parque do Estado	--	7 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	150,5 ha

Fonte: Correia Lima (1942a) e Wilhiem (1969)

*Área de Park-Way correspondente apenas à área de pesquisa, Sítio inicial de Goiânia

Jorge Wilhelm demonstrou a preocupação com a manutenção dos fundos de vale como áreas verdes a serem preservadas. Entretanto sugeriu que os córregos fossem canalizados, o que seria um grande contra senso, no que tange às políticas de preservação ecológica, pois os córregos uma vez canalizados, perdem características biológicas importantes.

Nos anos posteriores, décadas de 1970 e 1980, outras leis foram promulgadas a fim de preservar áreas verdes, em especial as matas ciliares, e os fundos de vale. Porém, tais medidas não surtiram efeitos práticos.

4.2 Leis complementais década 1970 e 1980

A primeira lei após o Plano Diretor de 1969 que se destaca é a Lei 5.245, de 16 de maio de 1977, que dispõe sobre os fundos de vale. Em seu Art. 1 estabelecia que não fosse permitido qualquer loteamento ou edificação na faixa de 50 metros lindeiros aos cursos d'água. Devendo a prefeitura estabelecer critérios próprios para os lotes, já aprovados junto a áreas verdes, conforme disposto na Lei 5.175, de 15 de dezembro de 1976.

A lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, também veio complementar a preservação das matas ciliares, que estabelecia em seu Art. 4, inciso III que "ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será **obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado** (grifo nosso), salvo maiores exigências da legislação específica". Goiânia previa faixa de preservação de 50 metros, conforme a lei municipal citada.

Na década de 1980 se destacou a Lei n. 5.735, de 19 de dezembro de 1980, dispondo sobre a divisão das áreas urbanas e de expansão urbana. Essa lei estabelece as Zonas Verdes, que foram assim subdivididas:

Art. 21 - As Zonas Verdes são diferenciadas, basicamente, por sua peculiaridade física como instrumento de otimização das condições ecológicas do meio ambiente, e, complementarmente, pelos usos admitidos, em:

I - Zona Verde de Preservação (ZV-P), são áreas contíguas a nascentes e ao longo de cursos d'água e florestas e matas com características ecológicas especiais, nas quais é vedada qualquer atividade classificada nas categorias de uso definidas nesta lei.

II - Zona Verde de Conservação (ZV-C), são áreas de bosques, matas, florestas e morros, nas quais são admitidas atividades classificadas na categoria de uso de habitação singular, comércio e serviço e lazer.

III - Zona Verde de Transição (ZV-T) são áreas já loteadas e parceláveis, contíguas às Zonas de Preservação localizadas nos fundos de vale, de mananciais e morros, onde são admitidas atividades classificadas na categoria de uso de habitação, comércio e serviço e lazer.

IV - Zona Verde Específica (ZV-E) são áreas livres, como parques, praças, rótulas do Sistema Viário, áreas de lazer e equipamentos específicos, nas quais são admitidas atividades classificadas na categoria de uso de comércio e serviço e lazer.

Ficando assim caracterizada cada Zona:

Art. 24 [...]

XVII - A Zona Verde de Preservação (ZV-P) compreende as seguintes áreas:

a) a faixa bilateral contígua ao longo de córrego ou ribeirão e rio, com uma largura mínima para cada lado de 50m (cinquenta metros) e 100m (cem metros), respectivamente;b) as correspondentes a um raio variável de, no mínimo 100m (cem metros) e, no máximo 500m (quinhentos metros), centrado na nascente de córrego ou ribeirão e rio, a ser determinado pelo órgão municipal competente;c) as cobertas por matas e florestas com características ecológicas especiais;

XVIII - A Zona Verde de Conservação (ZV-C) compreende as seguintes áreas:

a) as cobertas por bosque, mata ou floresta não caracterizadas pela alínea "c", do item anterior;

b) as de morros;

XIX - A Zona Verde de Transição (ZV-T) compreende as seguintes áreas:

a) a faixa contígua à Zona Verde de Preservação (ZV-P), com uma largura mínima de 100m (cem metros) e 200m (duzentos metros), no caso de córrego ou rio ou represa, respectivamente;

b) as loteadas contínuas à Zona Verde de Preservação (ZV-P), com uma largura que garanta uma configuração contínua em relação à faixa definida na alínea anterior;c) as loteadas de morros;

XX - A Zona Verde Específica (ZV-E) compreende as seguintes áreas: de praças, parques, rótulas do sistema viário, de lazer e de equipamentos específicos.

Após a aprovação do PDIG/69 duas leis importantes foram publicadas, as quais estabeleceram, em especial, a preservação dos fundos de vales, locais de implantação dos *park-ways*. Mas o que se percebe é que na prática nada mudou, as margens dos córregos Botafogo e Capim Puba permaneciam ocupadas e invadidas por construções clandestinas.

Mesmo havendo legislação, ações legais não foram tomadas para que tais áreas fossem de fato preservadas. Nas figuras 57 e 58, observa-se também que o bosque dos Buritis, Zoológico e Parque Botafogo perderam parte de suas matas nativas, bem como a nascente do Buritizal já se encontrava ocupado e descaracterizado.

Figura 57: Fotos aéreas do sítio inicial de Goiânia - 1975



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Figura 58: Foto aérea sítio inicial de Goiânia - 1988



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

4.3 Plano de Desenvolvimento Integrado 2000: Plano Diretor 1992

O Plano Diretor de 1992, Lei Complementar 015, de 30 de dezembro de 1992, teve como base o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia elaborado em 1991, intitulado como Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia 2000 - PDIG 2000. O PDIG 2000 tinha como um de seus objetivos preparar Goiânia para entrar o ano 2000 com legislação que atendesse as necessidades urbanas da cidade.

O Plano Diretor de 1992 estabeleceu um novo zoneamento para a cidade e entre esses o Zoneamento Especial que incluía o Zoneamento de Preservação Ambiental foi subdividido em quatro.

4.3.1 Plano de Desenvolvimento Integrado 2000 - PDIG 2000

Passados vinte dois anos, em 1991, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado 2000, que forneceu embasamento para o Plano Diretor de 1992. Infelizmente a situação dos Parques, Bosque e Fundos de Vale não tinham mudado. Em nosso espaço de estudo o PDIG 2000 relata que o Córrego Botafogo tem 11,5 km, sendo seus afluentes o córrego Areião e Capim Puba e toda extensão deles previsto para a preservação de suas matas ciliares numa faixa de 50 metros.

No entanto, suas margens permaneceram invadidas e cada vez mais povoadas, conforme nota-se na figura 59:

[...] em quase toda sua extensão, essa bacia vem sendo, ao longo do tempo, ocupada de forma desordenada, ocasionando erosões nos leitos e margens dos córregos, assoreamento e degradação da qualidade de suas águas, tanto pelo lançamento de efluentes domésticos e domiciliar e carregamento de sedimentos através das águas de chuva (PDIG, 1991, p. 7).

O Plano destacava que os córregos Capim Puba e Botafogo, além de densamente povoados, encontrava-se cada vez mais deteriorados por receber o esgoto *in natura* da cidade em diversos pontos ao longo de sua extensão.

Figura 59: Fotos Aéreas - 1992



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Quanto às áreas dos Parques e Bosques propostas por Atílio Correa Lima, em 1991, conforme PDIG 2000, essas áreas estavam assim dispostas:

Tabela 8 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Plano de Desenvolvimento Integrado - 1991

Parques e Bosques	Atílio	PDIG 2000
Bosque Botafogo/Parque Mutirama	54 ha	27 ha
Parque dos Buritis	40 ha	14 ha
Parque Paineiras	16 ha	--
Park-Way	25 ha	--
Parque Zoológico/Lago das Rosas	--	31 ha
Reserva Florestal	100 ha	--
Total	235 ha	72 ha

Fonte: Correia Lima (1942a) e PDIG (1991)

A perda de áreas destinadas a Parque, Bosque e Reserva Florestal no sítio inicial de Goiânia até 1992 foi de cerca de 70%, sem levar em consideração a perda de cobertura vegetal que resultaria em uma perda ainda maior. Embora tivessem previstos nos Planos Diretores nenhum *Park-way* nos fundos de vales sugeridos nos projetos foram implantados até o Plano Diretor de 1992. Segundo o PIDG 2000 o município estava com sua cobertura vegetal muito reduzida, no tocante à vegetação original. As áreas preservação das matas ciliares eram raras e muitas construções estenderam-se às margens e os córregos estavam contaminados pelo esgoto urbano e com processos erosivos.

4.3.2 Plano Diretor 1992: Zona de Especiais Ambientais

O Plano de Desenvolvimento Integrado foi aprovado pela Lei Complementar 015, de 30 de dezembro de 1992, como Plano Diretor. O Plano Diretor de 1992 em seu Art.5.º estabeleceu as diretrizes gerais da Política Urbana, dentre elas destacamos o parágrafo V e VI que destaca "a proteção e a recuperação do meio ambiente natural e construído, e a proteção, preservação e recuperação do patrimônio históricos, artístico e cultural".

O zoneamento estabelecido no Plano Diretor 1992 foi regulamentado através da Lei Complementar n. 031, de 20 de dezembro de 1994. Que conceitua em seu Art. 4.º Zoneamento como

[...] o procedimento urbanístico destinado a delimitar o solo urbano do município de Goiânia em zonas que não de sujeitar-se à incidência de planos de urbanificação especial e a fixar, para as diversas áreas do tecido urbano, os usos e as ocupações do

solo compatíveis com a garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado, afiançadores do bem-estar da população e que expressem a função social da propriedade (GOIÂNIA, 1994).

A fim de atender o uso e ocupação do solo e garantir a qualidade ambiental a cidade foi dividida em Zona de Especial Interesse Urbanístico, Zona de Uso e Zonas Especiais Ambientais e Aeroportuárias, estando estas integradas a Zonas urbanas e de Expansão Urbana, incidindo sobre elas restrições de uso.

As Zonas de Proteção Ambiental pelo Art. 17:

[...] são áreas urbanas sujeitas a restrições de uso e ocupação do solo, estabelecidas com a finalidade de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e a combater a degradação ambiental em todas as suas formas, caracterizando-se pela garantia de condições ecológicas e pelo desenvolvimento de atividades recreativas, técnico-científicas e culturais compatíveis.

A Lei Complementar 031/94 estabelecia que as zonas de proteção ambiental fossem áreas de preservação permanente, unidades de conservação e faixas contíguas as referidas áreas. Pelo mapa de zoneamento de 1992, figura 60, as áreas junto aos córregos Capim Puba e

Figura 60: Mapa de Zoneamento conforme Lei Complementar 031/94



Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

Botafogo e os Parques estavam integrados nas zonas de proteção ambiental.

As mesmas foram divididas em Zona de proteção ambiental I (ZPA-I):

Art. 86. Consideram-se Áreas de Preservação Permanente:

I - As faixas bilaterais contíguas aos cursos d'água temporários e permanentes, com largura mínima de 50m (cinquenta metros), a partir das margens ou cota de inundação para todos os córregos; de 100m (cem metros) para o rio Meia Ponte e os Ribeirões Anicuns e João Leite, desde que tais dimensões propiciem a preservação de suas planícies de inundação ou várzeas;

II - as áreas circundantes das nascentes permanentes e temporárias, de córrego, ribeirão e rio, com um raio de no mínimo 100m (cem metros), podendo o órgão municipal competente ampliar esses limites, visando proteger a faixa de afloramento do lençol freático;

III - os topos e encostas dos morros do Mendanha, Serrinha, Santo Antônio e do Além, bem assim os topos e encostas daqueles morros situados entre a BR- 153 e o Ribeirão João Leite;

IV - as faixas de 50m (cinquenta metros) circundantes aos lagos, lagoas e reservatório d'água naturais ou artificiais como represas e barragens, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente;

V - as encostas com vegetação ou partes destas com declividade superior a 40%/o (quarenta por cento);

VI - todas as áreas recobertas por florestas nativas, bem como cerrado ou savana, identificáveis e delimitáveis, de acordo com o levantamento aerofotogramétrico de julho de 1975, realizado pelo Município e, também, aquelas identificadas na Carta de Risco de Goiânia de 1991.

Zona de proteção ambiental II (ZPA-II):

Art. 87. São coletivamente consideradas Unidades de Conservação os sítios ecológicos de relevante importância cultural, criados pelo Poder Público, como:

I - parques municipais;

II - estações e reservas ecológicas;

III - reservas biológicas;

IV - Jardim Botânico

V - Área de Proteção Ambiental (APA);

VI - reserva particular de patrimônio natural;

VII - bosques e matas definidas nos projetos de parcelamento do solo urbano;

VIII - florestas municipais;

IX - Jardim Zoológico;

X - horto florestal.

Zona de proteção ambiental - III (ZPA-III): faixas de transição das unidades de preservação permanente e unidade de conservação;

Art. 85 [...]

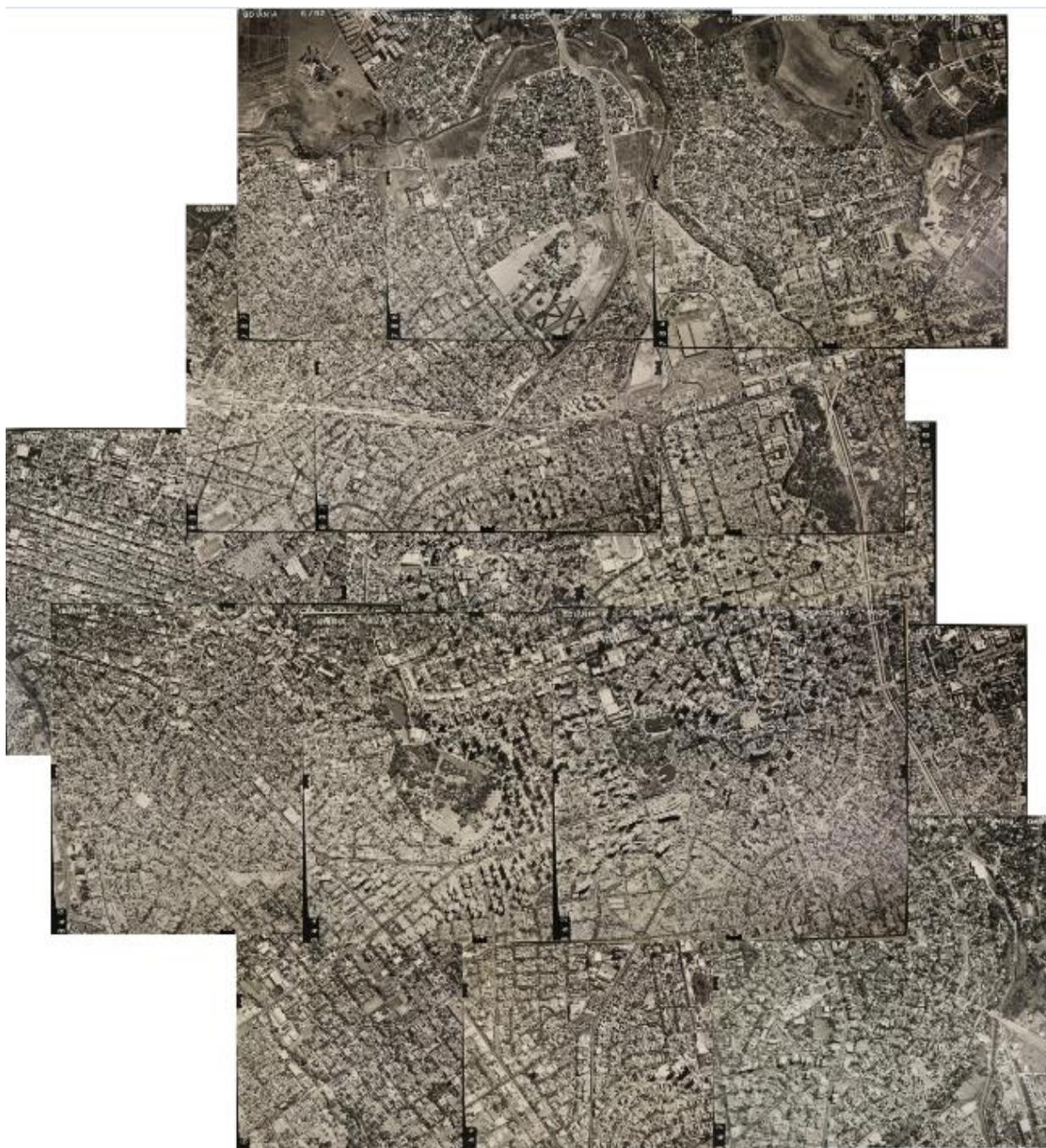
§ 2º Caracterizam-se como **faixas de transição aquelas contíguas à Zona de Preservação Ambiental-I (ZPA-I) e à Zona de Preservação Ambiental-II (ZPA-II)**, com largura mínima de 100m (cem metros) no caso de nascentes, lagos, represas, rios e similares, bem como aquelas já parceladas contíguas às ZPA-I e ZPA-II, com largura que garanta uma configuração contínua.

Zona de proteção ambiental - IC (ZPA-IV): praças, parques infantis, plantas de logradouro público entre outros.

A Lei Complementar 031/94 estabelecia que nas ZPA-I não seria admitido nenhum tipo de edificação, e na ZPA-II seria tolerado construções unifamiliar; comércio varejista de micro porte, prestação de serviço.

No mapa de zoneamento de 1994 os Parques e Bosque do sítio inicial de Goiânia estavam demarcados como ZPA I e II, tendo em vista que os mesmos estão junto a córregos e lagos, destacamos que a áreas do Buritizal também estava demarcado como ZPA I e II, mesmo estando ocupadas, como pode-se observar na figura 61.

Figura 61: Foto aérea do sítio inicial de Goiânia - 1992



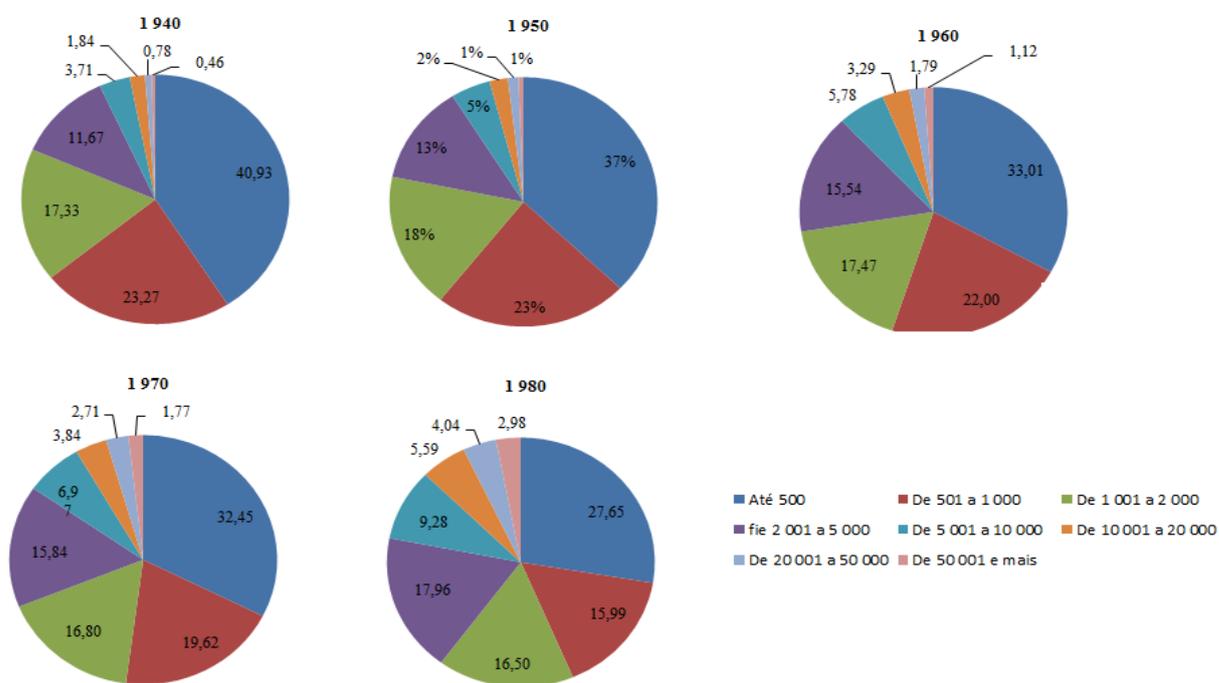
Fonte: Centro de Documentação e Biblioteca - SEPLANH

4.4 Plano Diretor para século XX

Segundo Chaveiro “o crescimento da população residente na zona urbana no Brasil se deu devido a um deslocamento em massa das pessoas do campo para a cidade e Goiânia é uma metrópole formada por esse deslocamento” (CHAVEIRO apud SOLAREVISKY, 2013, p. 12). Esse crescimento se deu em meados do século XX, e acarretou diversos problemas socioambientais nas cidades.

As cidades que mais cresceram até 1980, conforme mostram os Gráficos 5, 6, 7, 8 e 9, foram as de médio a grande porte. Em decorrência da migração intensa do campo para as cidades, bem como, das pequenas cidades para os médios e grandes centros urbanos, percebe-se uma redução acentuada em todos pequenos agrupamentos urbanos com menos de 2.000 habitantes: até 500 habitantes reduziu de 40,93% em 1940 para 27,65% em 1980; de 501 a 1.000 habitantes diminuiu de 23,27% para 15,99% e, de 1.001 a 2.000 teve uma pequena queda de 17,33% para 16,5%. Este conjunto de pequenos municípios representavam 81,53

Gráficos 5, 6, 7, 8, e 09: Distribuição relativa dos aglomerados urbanos e da população 1940-1980



	Até 500 hab.	De 501 a 1 000 hab.	De 1 001 a 2 000 hab.	De 2 001 a 5 000 hab.	De 5 001 a 10 000 hab.	De 10 001 a 20 000 hab.	De 20 001 a 50 000 hab.	De 50 001 e mais hab.
1 940	40,93	23,27	17,33	11,67	3,71	1,84	0,78	0,46
1 950	37,17	23,48	17,58	12,87	4,80	2,21	1,27	0,61
1 960	33,01	22,00	17,47	15,54	5,78	3,29	1,79	1,12
1 970	32,45	19,62	16,80	15,84	6,97	3,84	2,71	1,77
1 980	27,65	15,99	16,50	17,96	9,28	5,59	4,04	2,98

Fonte: IBGE

dos aglomerados urbanos em 1940. Em compensação todos os municípios acima de 2.000 habitantes tiveram grandes índices de crescimento na participação dos coeficientes de municípios brasileiros com altas taxas de crescimento e passaram a representar juntos 39,85%, sendo que, todos os aglomerados urbanos acima de 5 mil habitantes tiveram altos índices de crescimento. A população de Goiânia saltou de pouco mais de 47 mil habitantes para, mais de 737 mil, em 1980. A população urbana cresceu mais de 15 vezes.

Com o crescimento da população das áreas urbanas, em especial, a partir de 1970, a constituição de 1988 em seu artigo 182 estabeleceu que as cidades com mais de 20 mil habitantes deveria ter um Plano Diretor para definir os instrumentos das políticas públicas urbanas, a fim de garantir a função social da cidade e o bem-estar da população.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

O artigo 182 da Constituição Federal foi regulamentado através da Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada como Estatuto das Cidades. Esta lei estabeleceu normas para regulamentar a uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar da população, buscando também o equilíbrio ambiental.

Para Carvalho (2006) o Estatuto das Cidades representou um avanço para a questão urbana do Brasil, que se via carente de diretrizes e princípios que articula-se e norteia-se o desenvolvimento urbano no país, em fim a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 "[...] reúne diretrizes, instrumentos gerais, específicos e de gestão para a execução da política urbana, formulados em consonância ao objetivo, atribuição e competência e abrangência da política urbana, fixado nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal" (CARVALHO, 2006, p. 26).

As diretrizes do Estatuto das Cidades visavam coibir a deterioração das áreas urbanas, a poluição e a degradação ambiental, bem como a proteção, preservação e recuperação do meio ambiental e construído que, em seu art. 04 estabelece que o planejamento municipal contara com os seguintes instrumentos:

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

[...]

III - planejamento municipal, em especial:

- a) plano diretor;
- b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- c) zoneamento ambiental;
- d) plano plurianual;

- e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- f) gestão orçamentária participativa;
- g) planos, programas e projetos setoriais;
- h) planos de desenvolvimento econômico e social;
- [...]

Goiânia foi umas dessas cidades e em 2000 ultrapassou um milhão de habitantes (1.093.007 habitante, IBGE), sendo elaborado um novo Plano Diretor a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Estatuto das Cidades. O novo Plano Diretor para Goiânia foi aprovado em 2007, quando já contava com mais de 1,2 milhões de habitantes conforme estimativa IBGE e teve como "[...] indicativos precípuos para a construção dos instrumentos do Plano Diretor de Goiânia o desenvolvimento sustentável." (SEPLAM, 2007, p. 15)

4.4.1 Plano Diretor 2007

O foco central do Novo Plano Diretor foi a sustentabilidade urbana. O Relatório Técnico do Plano Diretor de 2007 foi subdividido em sete eixos estratégicos: eixo estratégico sustentabilidade ambiental; Mobilidade e transporte; ordenamento físico territorial; desenvolvimento econômico; sociocultural; gestão humana e atualização normativa.

No Eixo estratégico sustentabilidade ambiental foram levantados alguns dos problemas socioambientais da cidade de Goiânia, entre eles a retirada excessiva da cobertura vegetal, diminuição de áreas verdes, poluição dos cursos d'água, ocupação desordenada, alterações climáticas, poluição atmosférica e visual, resíduos sólidos urbanos tanto domiciliares como industriais, alto índices de impermeabilização do solo, problemas de trânsitos. Fatores esses pensados no plano diretor apresentado por Atílio Correa Lima.

No eixo estratégico sustentabilidade socioambiental o desenvolvimento sustentável é entendido como "[...] o desenvolvimento que compatibiliza as atividades econômicas, **a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos naturais e do meio ambiente natural** e construído, a equidade social e a qualidade de vida da população, atual e futura, do município de Goiânia" (SEPLAM, 2007, p. 41, grifo nosso).

O Relatório Técnico demonstrou uma preocupação especial com os recursos hídricos, tendo em vista o grande número de cursos d'água do município, bem como as polícias e ações de educação ambiental.

[...] deve-se implantar uma política socioambiental para **recuperar e preservar os recursos hídricos, resgatar as reservas naturais, respeitar as áreas de preservação**, melhorar o saneamento, ordenar a ocupação do espaço urbano e criar alternativas de vivência ambiental em parques, melhorando a qualidade de vida da população e o meio ambiente natural e construído.

Além disso, deve implantar uma estratégia de sustentabilidade socioambiental que passe pelas diretrizes de comunicação e internalização das questões socioambientais na sociedade civil, nos órgãos da administração pública e na iniciativa privada, com articulação, integração, participação e parceria da sociedade civil, poder público e iniciativa privada.

Também é importante buscar a sensibilização, a **conscientização e a educação socioambiental** da população; a capacitação da administração pública com o desenvolvimento humano, organizacional, tecnológico e operacional e, finalmente, a articulação das diversas políticas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos." (SEPLAM, 2007, p. 53)

A concretização da sustentabilidade ambiental urbana, Galindo e Furtado (2016), passa pela proteção e conservação do meio ambiente natural e construído mediante política socioambiental que vise a recuperação e preservação dos recursos hídricos, das reservas naturais, bem como respeito às áreas verdes, melhora do saneamento básico, ordenação da ocupação dos espaços urbano possibilitando vivência ambiental nos parques da cidade.

Para Galindo e Furtado (2006) deve haver um esforço na conservação dos recursos naturais com o planejamento urbano construindo uma ética ambiental e ecológica a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável ambiental-urbano. Para os autores são necessárias relação sociais, políticas, econômicas, ecológicas e simbólicas que moldem as relações entre a cidade e as estruturas ambientais.

O novo Plano Diretor - 2007 foi aprovado pela Lei Complementar n. 171 de 29 de maio de 2007, e define em seu art. 3º que o Plano Diretor deverá assegurar "o direito à cidade sustentável, compatibilizando o crescimento econômico com a proteção ambiental, o respeito à biodiversidade e a sociodiversidade"

O patrimônio natural e ambiental foi objeto de protegido no seu Art. 9 do plano diretor estabelece que:

Art. 9º A estratégia de sustentabilidade sócio-ambiental prioriza o desenvolvimento local de forma sustentável para todo o Município de Goiânia, privilegiando a qualidade do Patrimônio Ambiental que abrange os Patrimônios Cultural e Natural, visando a proteção, a recuperação e a manutenção dos aspectos paisagísticos, históricos, culturais, arqueológicos e científicos:

I - integram o Patrimônio Cultural, o conjunto de bens imóveis de valor significativo, edificações isoladas ou não, enquadradas como "art déco", os parques urbanos e naturais, as praças, os sítios e paisagens, com simbolismo cultural, assim como manifestações e práticas culturais e tradições que conferem identidade a estes espaços;

II - integram o Patrimônio Natural os elementos como o ar, a água, o solo, o subsolo, a fauna e a flora, considerados indispensáveis à manutenção da biodiversidade, para assegurar as condições de equilíbrio ambiental e qualidade de vida em todo seu território.

As áreas do Patrimônio Ambiental deveriam ter o uso e a ocupação definido de forma disciplinada visando a preservação do meio ambiente e qualidade de vida da população;

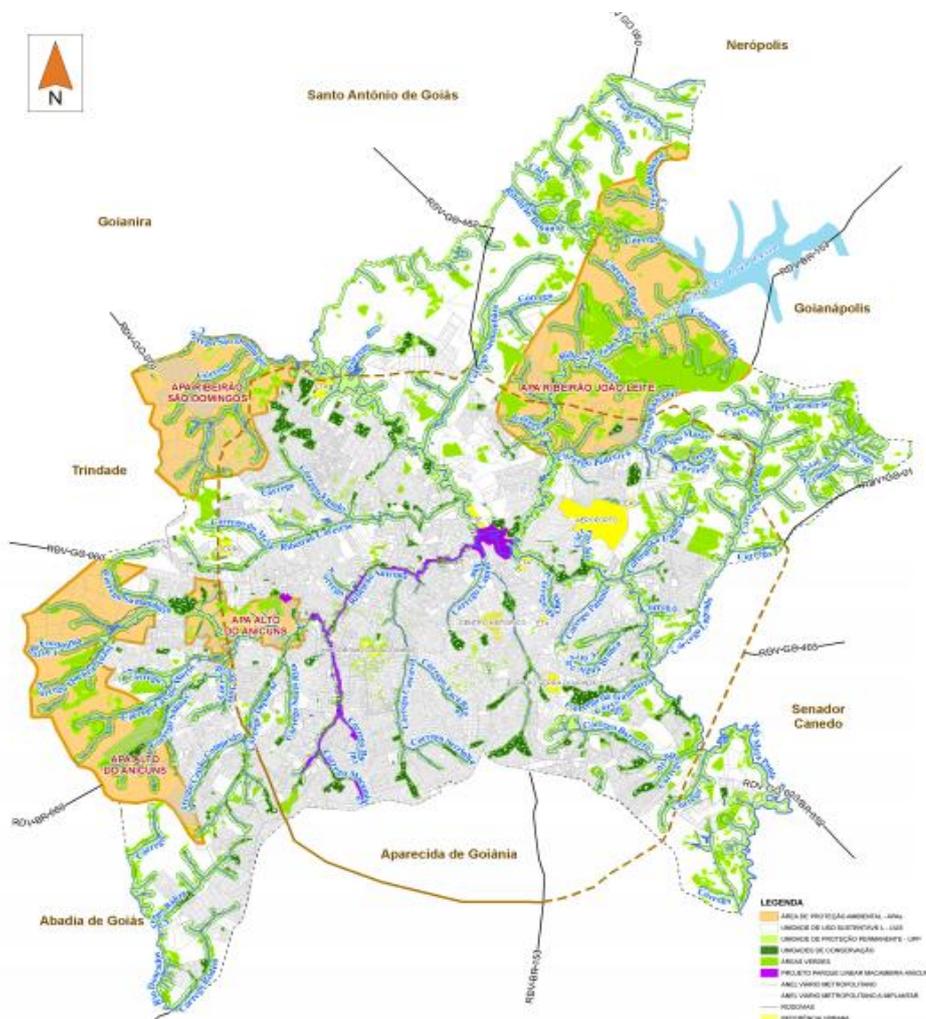
articular e integrar as ações de gestão e proteção ambiental de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básicos e tratamento dos resíduos sólidos; revigorar a paisagem da ambiência urbana com intervenção específica nos espaços abertos, ruas, praças, parques, com a finalidade de melhoria do conforto ambiental.

4.4.2 - Áreas Verdes: unidades de conservação

O Plano Diretor de 2007 no Capítulo I, Seção VI estabelece os Parâmetros Ambientais, nos quais define, de acordo com a Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, as Área de Patrimônio e as Unidades de Conservação.

O Plano Diretor estabeleceu que as Unidades de Conservação serão divididas em Unidades de Proteção Integral: área de proteção total; e as Unidades de Uso Sustentável: áreas com utilização controlada. Podemos observar a delimitação das áreas verdes de Goiânia na figura 62.

Figura 62: Rede Hídrica Estrutural -, Unidade de Conservação e Áreas Verdes - 2007



Fonte: SEPLAM (2007, p. 53)

No município de Goiânia a segundo o Plano Diretor, Lei Complementar n. 171 de 29 de maio de 2007, as áreas de preservação permanentes - APP's são:

Art. 106 [...]

[...]

a) as **faixas bilaterais contíguas aos cursos d'água** temporários e permanentes, com **largura mínima de 50m** (cinquenta metros), a partir das margens ou cota de inundação para todos os córregos; de 100m (cem metros) para o Rio Meia Ponte e os Ribeirões Anicuns e João Leite, desde que tais dimensões propiciem a preservação de suas planícies de inundação ou várzeas;

b) as áreas circundantes das nascentes permanentes e temporárias, de córrego, ribeirão e rio, com um raio de no mínimo 100 m (cem metros), podendo o órgão municipal competente ampliar esses limites, visando proteger a faixa de afloramento do lençol freático;

[...]

§ 2º Consideram-se **Unidades de Conservação com caráter de proteção total** os sítios ecológicos de relevante importância cultural, criado pelo Poder Público, como:

I - parques naturais municipais;

II - estações ecológicas;

III - reservas biológicas;

IV - monumentos naturais;

V - **bosques e matas** definidas nos projetos de parcelamento do solo urbano;

VI - florestas, matas e bosques e as reservas legais localizadas no território municipal;

VII - refúgio de vida silvestre.

É possível notar que as áreas de preservação permanentes previstos no Plano Diretor de 2007, coincidem com as áreas verdes estabelecidas no plano apresentado por Atilio Correa Lima, margens de 50 metros de cada lado dos córregos devendo ser protegidos até suas nascentes; bem como as unidades de conservação.

As áreas verdes e de uso sustentável foram definidas no Art. 108, devendo essas áreas ser compatibilizadas com a conservação da natureza.

Art. 108 [...]

[...]

III - Faixas de transição representadas pelas zonas de amortecimento contíguo às Unidades de Proteção Integral;

IV - Áreas Verdes no Município de Goiânia representadas por praças, espaços abertos, parques infantis, parques esportivos, parques urbanos, parques temáticos, jardins públicos, rótulas do Sistema Viário e plantas ornamentais de logradouros.

Com as devidas diretrizes de unidades de conservação e uso sustentável definida as delimitações destas áreas de estudo ficaram assim dispostas, conforme pode se observar na figura 63.

Figura 63: Áreas de usos sustentável e unidades de conservação - Plano Diretor 2007



Fonte: SIGGO

A figura 63 tendo como referência o Plano Diretor 2007 mostra a delimitação das áreas de uso sustentável, área de preservação permanente e unidade de conservação. No entanto, conforme se pode notar grande parte destas áreas que deveriam ser preservadas encontra-se ocupadas por construções desrespeitando os limites de conservação previstos em lei.

4.4.3 - Áreas de Parques e Bosques do Sítio Inicial de Goiânia

O Relatório Técnico do Plano Diretor de 2007 delimita 99 unidades de conservação, entre elas cinco localizadas nas áreas do projeto inicial de Goiânia conforme mostra a figura 64, onde é possível identificar cada uma delas. Sendo 1. Bosque dos Buritis; 2. Parque Educativo (zoológico/Lago das Rosas); 3. Parque Botafogo e 5. Parque Linear Botafogo.

Figura 64: Delimitação dos Parques e Bosques da área de estudo - Plano Diretor 2007



Fonte: SEPLAM (2007b)

As áreas atuais das unidades de conservação, parques, foram relacionadas pelas Agencia Municipal de Meio Ambiente de Goiânia - AMMA. Na tabela 9, procura-se mostrar um comparativo entre o que propunha Atílio e o que ficou estabelecido pelo Plano Diretor 2007.

Tabela 9 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Plano de Diretor 2007

Parques e Bosques	Atílio	Plano Diretor 2007**
Bosque Botafogo/Parque Mutirama	54 Ha	27 Ha
Parque dos Buritis	40 Ha	14 Ha
Parque Paineiras	16 Ha	--
Park-Way	25 Ha	--
Parque Linear Botafogo	--	25 Ha*
Parque Zoológico/Lago das Rosas	--	31 Ha
Reserva Florestal	100 Ha	--
Total	235 Ha	97 Ha

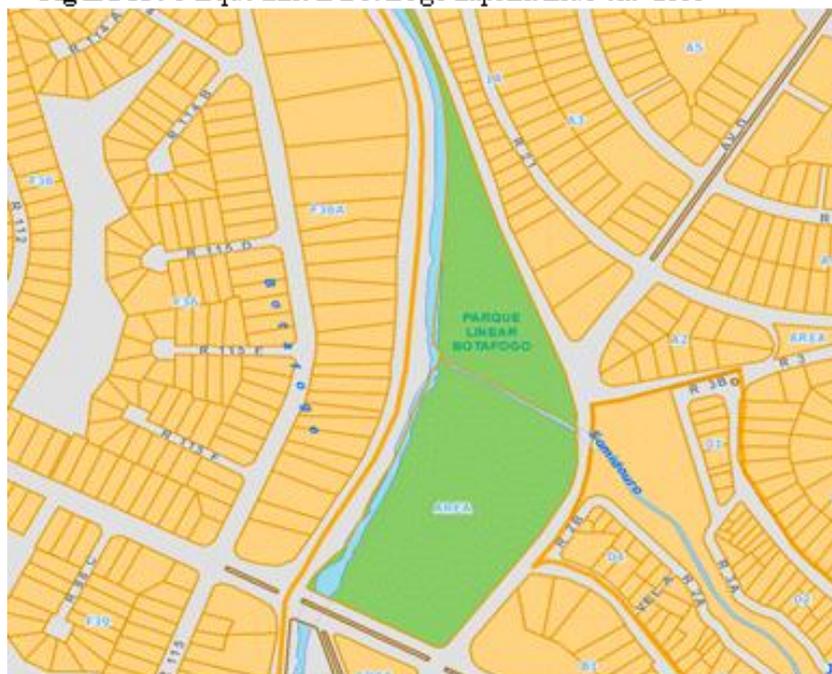
Fonte: Correia Lima (1942a) e Mapa Plano Diretor 2007

* Foi considerado para calculo a extensão do Córrego Botafogo 2.500 m, com área verde de 50 m de cada lado.

** Calculo realizado através do programa AutoCad2000

Das áreas projetadas pelo plano diretor de Atílio e as áreas existentes no ano de 2007, houve uma perda de 138ha, e essa perda é ainda maior se for levado em consideração o Parque Linear do Botafogo que, na realidade não foi implantado como consta no mapa do Plano Diretor de 2007 (figura 64). Conforme nota-se na figura 65, apenas uma pequena parte do parque linear ainda existe com uma área aproximada de 0,47há e esta situada no setor Jardim Goiás.

Figura 65: Parque Linear Botafogo implantando em 2016



Fonte: SIGGO

Quanto às áreas delimitadas para uso sustentável e preservação permanente é notável que as mesmas perderam suas funções ecológicas se for levado como referência as definições estabelecidas na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, cujo Art. 7, § 1 e § 2 estabelecem os objetivos básicos da Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, sendo respectivamente "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais" e "compatibilizar a conservação da natureza com o usos sustentável de parcela dos seus recursos naturais."

Conforme nota-se na figura 66, as áreas de uso sustentável ao longo do córrego Botafogo e Capim Puba não atendem, atualmente, as prescrições de uma área de uso sustentável tendo em vista que as áreas foram totalmente antropizadas e muito pouco foi preservado.

Figura 66: Foto de Satélite - 2002



Fonte: SIGGO

As áreas delimitadas pelo plano diretor foram muito mais legais do que reais. Na legislação atual e no Plano Diretor de 2007 a delimitação das áreas que deveriam ser de preservação é praticamente a mesma que foi prevista por Atílio Correia Lima, no plano original da construção de Goiânia: as margens do córrego deveriam ser preservadas em 50 m de cada lado, e os bosques e parques serviriam de conservação da fauna e da flora bem como seriam espaços de lazer para a população, possibilitando contato direto com bens naturais.

As perdas das áreas sugeridas por Atílio para o núcleo inicial da cidade fora de mais de 50%. Na realidade, esta perda foi ainda maior se for levado em consideração que ao longo dos córregos do Capim Puba e Botafogo, áreas de fundo de vale, foram totalmente ocupadas. Na verdade, era para ter ocorrido uma ampliação das áreas de conservação e preservação se for levado em consideração o crescimento da malha urbana da cidade, mas o que se verificou foi a redução destas áreas. Agora, como estas áreas se encontram e como se deu a regularização desta ocupação no decorrer do crescimento da cidade seria um trabalho para um próximo estudo.

Tabela 10 - Comparativo áreas de Parques e Bosques Plano Atílio e Plano Diretor - 2007

Parques e Bosques	Atílio	Plano Diretor 2007*
Bosque Botafogo/Parque Mutirama	54 Ha	27 Ha
Parque dos Buritis	40 Ha	14 Ha
Parque Paineiras	16 Ha	--
Park-Way	25 Ha	--
Parque Linear Botafogo	--	--
Parque Zoológico/Lago das Rosas	--	31 Ha
Reserva Florestal	100 Ha	--
Total	235 Ha	72 Ha

Fonte: Correia Lima (1942a)

* Conforme Relatório Técnico da Diretoria de Áreas Verde e Unidades de Conservação - 2007

Observa-se que maior parte das áreas destinadas aos parques e bosques acabou sendo de alguma forma ocupada. Na figura 67 ortofoto 2011, observa-se que a ocupação no sítio inicial foi intensa e a maior parte das áreas que deveriam ser bosques sofreram intensa ocupação com perda de massa arbórea considerável, bem como perda da fauna e flora local. A vegetação se perdeu em meio à uma grande selva de edifícios, construções e áreas pavimentadas.

Figura 67: Ortofoto 2011 - Núcleo Inicial



Fonte: SIGGO

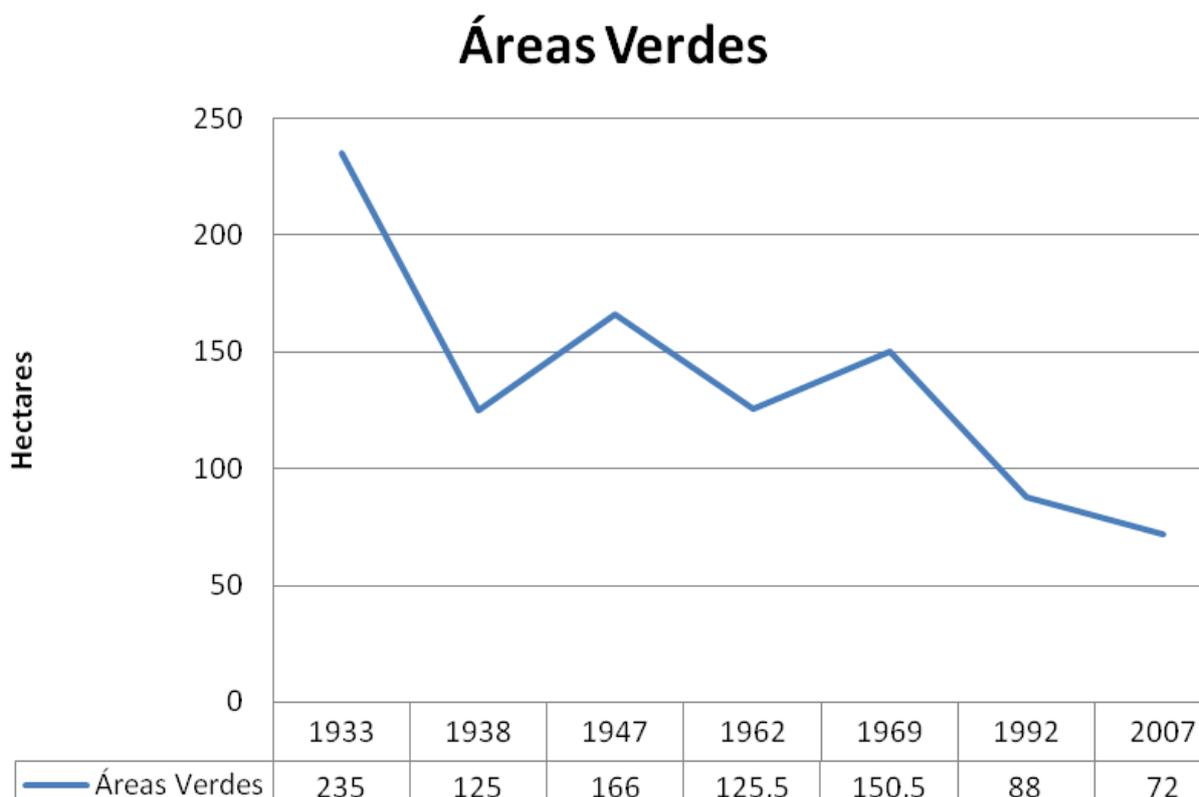
As margens do Botafogo, Capim Puba e Burityal foram antropizadas, ocupadas por edificações em todo o percurso que a princípio fora idealizado para *park-way*.

4.5 Perdas de área verdes

Pelas fotos aéreas percebe-se que a ocupação das áreas verdes foi ocorrendo de forma gradativa e se intensificou a partir na década de 1960, mesmo com diversas orientações da importância para a preservação dessas áreas, em especial os fundos de vale, aparentemente não foram realizadas ações políticas para que as mesmas fossem devidamente preservadas como bem comum coletivo.

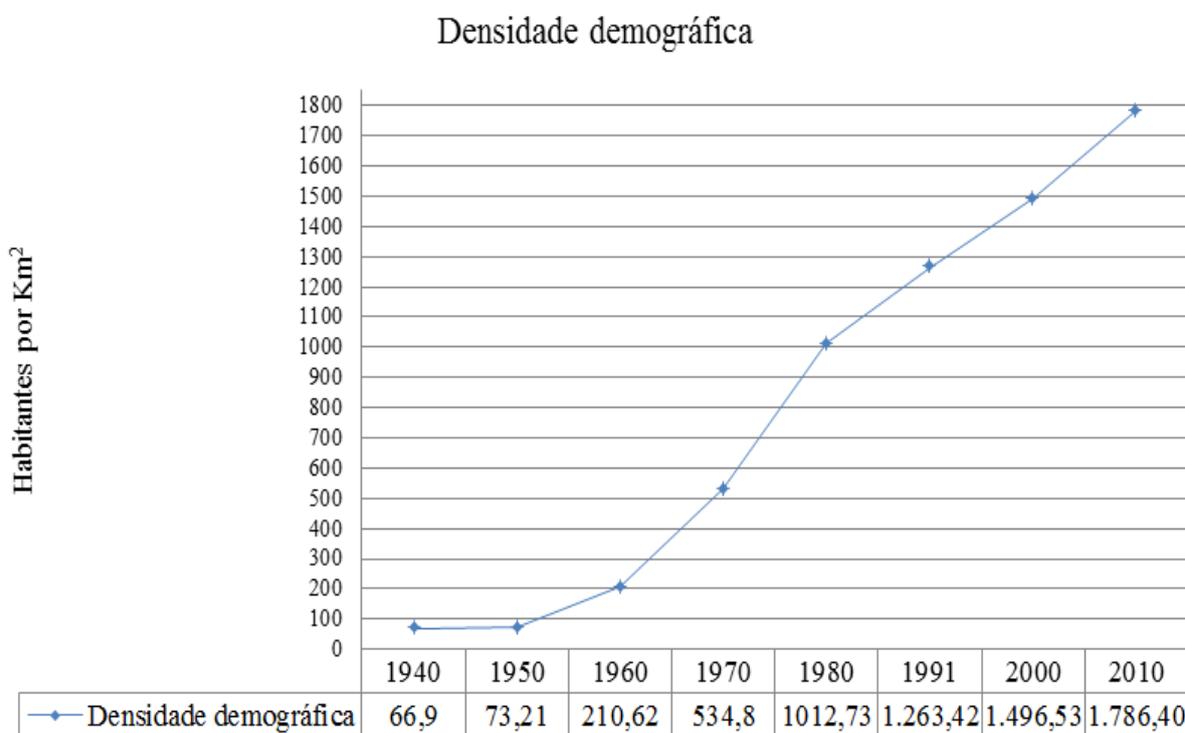
Ao analisar o gráfico 10 fica clara a perda das áreas de parques do núcleo inicial de Goiânia. Conforme se pode notar, o que ocorreu ao longo dos anos foi uma redução das áreas de conservação e preservação em Goiânia.

Gráfico 10: Áreas de parques e Bosques no sítio inicial de Goiânia



Fonte: Correa Lima (1942a), Saia (1962), Welhiem (1969), PDIG (1992), AMMA (2007)

A população cresceu em uma proporção geométrica, mas não acompanhou a relação prevista por Atílio Correia de Lima que previa uma média de 212,7 habitantes por hectare de áreas verdes de preservação e conservação conforme o ideário de uma cidade-jardim. O que houve foi uma redução muito expressiva destas áreas à medida que foi ocorrendo a expansão da malha urbana e o crescimento da densidade demográfica, conforme pode-se notar no Gráfico 11:

Gráfico 11: Evolução da densidade demográfica de Goiânia

Fonte: IBGE - Censo Populacional de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

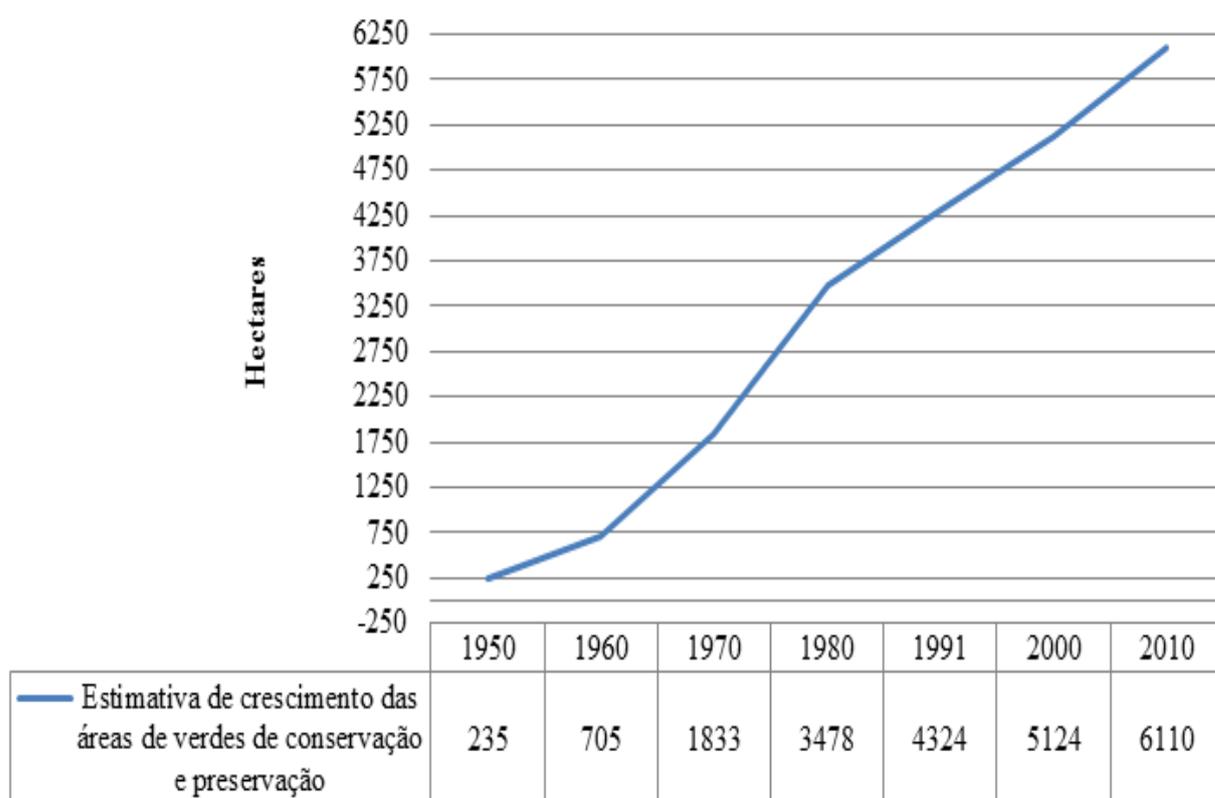
Goiânia é uma grande cidade metropolitana que concentra o maior número de habitantes por Km². À medida que foi ocorrendo a expansão da malha urbana e a verticalização da cidade de forma mais acentuada, sobretudo a partir da década de 1960, essa relação cresceu de forma exorbitante, saltando de 66,9 habitantes em 1940, para, 1.786,4 habitantes por Km². Com períodos de grande crescimento entre os anos de 1950 e 1960 em que a população de Goiânia mais que triplicou e, de 1970 a 1980, a cidade quintuplicou de tamanho, conforme pode se notar, também, nas imagens aéreas da cidade ao longo do período estudado.

Goiânia possui, em 2016, 1.650,67 hectares de Áreas Verdes, conforme dados da Agência Municipal de Meio Ambiente, dividida em 195 bosques e parques pela cidade. Se for levada em consideração a proporção de áreas destinadas a parques e bosques no plano apresentado por Atílio - 135 ha para 50.000 habitantes - a média seria de 27 m² por habitante. No entanto, hoje tem-se uma proporção de parques e bosques de apenas 12,6 m² por habitantes - 1.650,67 hectares para uma população de 1.302.001, conforme dados do censo demográfico de 2010.

Para atingir a proporção sugerida por Atílio seria necessário um total 3.515 ha, ou seja, 1.864,33 ha a mais do existente. Se as matas ciliares dos cursos d'água, que corresponde a 4.506.500 metros de extensão dentro do município de Goiânia, segundo Cuevas (2008), tivessem sido preservadas e transformadas em Parque Lineares como o Plano Diretor de Atílio e os demais sugeriram teríamos uma áreas de 450.650.000,00 m² de áreas verde preservada, chegaria a 45.065,00 ha, superando e muito a área necessária para manter a proporção de 27 m² de parques e bosques por habitantes, na realidade essa proporção seria de aproximadamente 358 m² por habitantes.

Se fosse levar em consideração a proporção sugerida de 212,7 habitantes por hectare de áreas verdes total, ruas arborizadas, de conservação e preservação das nascentes e cursos d'água, Goiânia deveria ter atualmente, 6.110 hectares destinados exclusivamente para este fim espalhadas pela área urbana da cidade, conforme pode se notar no Gráfico 12.

Gráfico 12: Estimativa de expansão das áreas verdes de conservação e preservação de Goiânia, conforme previsto no projeto de construção de Atílio Correia Lima*



Fonte: Dados construídos a partir dos recenseamentos populacionais gerais do IBGE da população de Goiânia-GO.

* Estimativa considerada foi de 212,7 habitantes por hectare de áreas verdes de conservação e preservação previstas por Atílio Correia Lima no seu projeto de construção de Goiânia.

Os 6.110 hectares que seriam destinados às áreas verdes total, incluindo ruas arborizadas, praças, bem como bosques e parques, o que equivaleriam a 61,1 Km², ou seja, menos de 10% da área total do município de Goiânia que é de 728,841Km², conforme, dados de superfície do IBGE para o ano de 2015.⁷

O que ocorreu ao longo de mais de 60 anos foi o aumento da população na área urbana e redução das áreas destinadas a bosques e parques, bem como, áreas de conservação e proteção ambiental. Mesmo se tivesse sido preservadas, as áreas previstas no projeto de construção de Atílio Correia Lima seriam pequenas para a atual densidade demográfica existente em Goiânia que se encontra na cifra de 1.786,4 habitantes por Km². É muita gente aglomerada em um espaço relativamente pequeno, daí os diversos problemas de ordem socioambiental que a cidade tem enfrentado na atualidade, que culmina com o aumento dos índices de violência, criminalidade e pobreza. Esta concentrada nos bairros periféricos e muitas vezes, em áreas que deveriam ser de conservação e preservação ambiental.

⁷ Conforme dados extraídos do site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=5208707> – acessado em 12/10/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras cidades com economia voltada para o sistema econômico capitalista, século XVII e XVIII, nasceram na Europa, especialmente na Inglaterra e França. As cidades inglesas cresceram em curto espaço de tempo devido ao aumento da natalidade e diminuição da mortalidade, bem como pela migração do homem do campo para a cidade.

A migração do homem do campo para os centros urbanos também foi reflexo da mudança das atividades nas zonas rurais, que devido ao desenvolvimento tecnológico possibilitou a produção de grande quantidade de produtos com número menor de mão de obra. Com o fortalecimento das indústrias nas cidades as mesmas se transformam em centro de atração, um espaço de oportunidades de trabalho, de sobrevivência.

As cidades não estavam preparadas para receber o grande contingente vindo em busca de trabalho e novas perspectivas de vida. Consequentemente não ofereciam moradia digna à maioria de seus novos habitantes. Assim, a cidade acabou crescendo de forma desordenada, com casas improvisadas em espaços insalubres.

A degradação do espaço urbano e da população acabou por chamar a atenção de diversos profissionais da época. Primeiramente dos que trabalhavam com a saúde pública e posteriormente, por aqueles cuja compreensão ia muito além das condições de saúde dos moradores e percebiam que as cidades deveriam ser espaços sociais dignos.

Nos movimentos de urbanização do século XIX foram as propostas de Robert Owen, Charles Fourier e Ebenezer Howard que se destacaram. A que acabou por influenciar diferentes projetos pelo mundo foi a Howard, com o conceito de Cidade-Jardim cuja maior premissa era a boa relação do homem com a natureza. As cidades-jardins eram ecologicamente sustentáveis. Preservavam matas e bosques e protegiam a fauna e flora local garantindo assim maior qualidade de vida para a população.

No caso do Brasil o crescimento da população residente nos centros urbanos inicia no século XX. Contudo somente na década de 1970 o país se tornou predominante urbano. Assim como as cidades inglesas, do século XIX, as cidades brasileiras não estavam preparadas para receber o grande contingente de novos moradores. As cidades cresceram sem planejamento urbano, econômico e social. Os novos moradores pobres passaram a ocupar morros, fundos de vales, áreas privadas e públicas subutilizadas, sem nenhum tipo de estrutura urbana como água encanada, esgoto e espaços livres que possibilitassem contato com bens naturais.

Até o início do século XX a maior concentração das grandes cidades brasileiras estava localizada na região sul e sudoeste, próximo ao litoral, uma característica da colonização portuguesa. Com o fortalecimento do sistema capitalista o país tornou-se grande exportador de bens primários tendo de expandir suas fronteiras agrícolas para o interior. Com a aceleração da mecanização no processo produtivo do campo e a expansão do agronegócio por todo o país houve grande migração do homem do campo para as cidades.

Goiás se fortaleceu e cresceu no século XX devido à consolidação da interiorização do país e a construção da nova capital do estado. A construção de Goiânia, e, posteriormente Brasília, foi uma das maiores conquistas política e econômica no século XX. Representou também a conquista geográfica do Oeste, período fortemente marcado pela postura de enfrentamento com a natureza. Marca característica nos discursos em prol da Marcha para Oeste.

Por um lado o projeto de construção da nova capital por Atilio Correia Lima que pretendia construir uma cidade moderna ao estilo dos padrões europeus e modelo das cidades-jardins dos fins do século XIX e primeira metade do século XX, e por outro, foi pensada e baseada nos princípios da sustentabilidade ambiental cuja finalidade era garantir a qualidade de vida dos futuros moradores, destinando amplos espaços a bosques, parques, praças, jardins, áreas de lazer e, também, preservando os recursos naturais e hídricos que circundavam o plano piloto da cidade de Goiânia.

O urbanista ao propor essas áreas tinha como objetivo preservar parte do patrimônio natural existente, criar espaços para que a população pudesse ter contato com recursos naturais, promovendo a qualidade de vida da população da cidade. A preservação das matas nativas e sistema de matas ciliares contribuiriam para a preservação das espécies da fauna e flora local. Elementos esses essenciais ao desenvolvimento sustentável do meio urbano. Contudo, Goiânia perdeu no decorrer dos anos uma de suas principais características: as grandes áreas verdes. Houve crescimento desordenado do espaço urbano e, por conseguinte, a acentuação dos problemas de ordem socioambiental, decorrente da falta de planejamento. O desenvolvimento econômico brasileiro, sempre calcado no espírito da aventura e desbravamento encarava a natureza como algo a ser dominado e conquistado a todo custo. Os reflexos podem ser percebidos no espaço urbano da “moderna” Capital do Estado de Goiás, em que, devido à ausência de políticas públicas planejadas, não foi possível garantir o crescimento urbano de forma planejada, ordenada e sustentável.

A implantação destes parques fazia-se completamente possível tendo em vistas que essas áreas estavam preservadas e não seria necessário fazer reflorestamento, apenas algumas

intervenções para que esses locais pudessem ser utilizados pela população, atendendo sua função social.

O que se conclui é que não houve por parte dos vários Governos Estadual e Municipal uma preocupação na preservação dessas áreas permitindo a ocupação irregular, autorizando parcelamento, bem como, construção de obras públicas nos locais destinados aos parques e bosque do plano original de Goiânia. O valor econômico foi muito mais importante do que o valor ambiental, e bem da coletividade.

A cidade planejada, que segundo Moysés (2004) morreu no início dos anos 1950, contraditoriamente perdeu-se em seu planejamento, crescendo desordenadamente para atender a demanda do capital. Com isso a cidade perdeu em qualidade ambiental e de vida. A preservação dos mananciais foi prejudicada, estando os córregos hoje poluídos, com impactos no microclima local, diminuição da qualidade do ar e perda da fauna e flora local.

O Plano de Jorge Wilheinn, conseguiu segurar, até meados dos anos 1990, a maior reserva de mananciais que a cidade dispunha, localizada na Região Norte. A partir da segunda metade dos anos 1990, principalmente a partir dos anos 2000, esta Região foi entregue à especulação imobiliária, quando o Plano Diretor praticamente acabou, de forma disfarçada, com a Zona Rural do Município ao instituir as 8 Macrozonas, sendo uma Macrozona Construída que envolve todo o perímetro urbano da cidade e 7 Macrozonas que se denominou de Zona Rural. Na verdade estas demais Macrozonas estão todas disponíveis para projetos urbanos ou semiurbano. O fato concreto é que estas Macrozonas trazem em seu bojo as condições necessárias para que possam ser transformadas em áreas urbanas.

As áreas dos parques e bosque estabelecidos por Atilio não foram fiscalizadas. Foi permitida a ocupação irregular posteriormente regulamentada, como ocorreu nos setores Leste Universitário e Leste Vila Nova.

A posse irregular de áreas urbanas não ocorreu só por ação de classes menos favorecidas. Invasões milionárias ocorreram no setor Sul, ao longo da Rua 115. Esta área ainda não foi regularizada pela prefeitura, e caso ocorra será uma grande perda para a população, pois ainda há tempo para ser reurbanizada e utilizada pela população com a implantação de parte do parque linear do córrego botafogo.

A permissão de parcelamento junto a áreas de preservação, como ocorre nos primeiros parcelamentos de Goiânia, continuam até hoje e são incentivo a ocupação dessas áreas. Tendo em vista que os limites de construção não respeitam as áreas de preservação, o parcelamento junto a essas áreas acabou por incentivar a destruição das matas nativas para o cultivo de árvores frutíferas para consumo próprio.

A recuperação dos parques projetados por Atílio é praticamente impossível de ser realizada. Mas outras áreas dentro da capital podem ser preservadas. Estima-se que a capital possua 202 cursos d'água, sendo 194 córregos, 7 ribeirões e 1 rio, conforme dados da Agência Municipal do Meio ambiente de Goiânia, e muitas áreas junto aos mesmos podem ser recuperados e assim voltar a cumprir sua função ecológica e social.

É necessário o cumprimento das leis ambientais e sociais. A sustentabilidade ambiental está ligada diretamente a sustentabilidade social. Se a população não tiver suas necessidades sociais atendidas, como o direito a moradia, áreas de preservação continuarão a ser ocupadas de forma irregular. A grande maioria dos posseiros urbanos são pessoas de baixa renda que não possuem condições de comprar o próprio imóvel e acabam por invadir áreas públicas e privadas subutilizadas.

É necessário rever o controle urbano e ambiental com ações públicas que orientem a expansão e ocupação urbana. Também se faz necessário buscar um equilíbrio entre as necessidades sociais da população e as necessidades ecológicas, com a recuperação das áreas degradadas e manutenção das áreas remanescentes da biodiversidade local.

É necessária a mudança de paradigma e que o planejamento urbano tenha seus alicerces em políticas sociais, econômicas e ecológicas equilibradas. Se estes fatores não forem levados em consideração, conjuntamente, continuaremos perdendo áreas importantes para a conservação ambiental.

É necessária uma fiscalização eficaz para coibir a ocupação das áreas de preservação, mas também uma ação de educação ambiental que seja capaz de levar a população a compreender que estas áreas são um bem comum de todos e não podem ser privatizadas. Se forem protegidos e preservados todos serão favorecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. **Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para modernidade**. FAUUSP: São Paulo, 2007. (Tese de Doutorado)

AGACHE, Alfred ; PREITURA DO DISTRICTO FEDERAL. **A cidade do Rio de Janeiro: extensão-remodelação-embellezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=> Acesso em: 19 de outubro de 2016.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

ARAÚJO, Viviane da Silva. Cidades fotografadas: Rio de Janeiro e Buenos Aires sob as lentes de Augusto Malta e Harry Olds, 1900-1936. **Revista eletrônica Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. 2009. Disponível em nuevomundo.revues.org/50103 . Acesso em 08 de agosto de 2016.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A grande revolução inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BARBOSA, Gisele Silva; RASSI, Angela Maria Gabriella; DRACH, Patricia Regina Chaves. Análise de Projeto Urbano a partir de parâmetros urbanos sustentáveis: alteração morfológica de Copacabana e algumas de suas consequências climáticas (1930-1950-2010). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 3, p. 275-287, set./dez. 2014.

BASTOS, Lília da Rocha. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações e monografias**. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BAYER, Glenn H. **Explosão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro, GB-Brasil, 1969.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993. 3 ed.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan. **Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna. Lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **A população goiana no século XIX: algumas questões**. In. Populações. N.03. Jan/jun, 1996.

BRANDÃO, Ana Maria de Paiva Macedo Brandão. Clima urbano e enchentes. .: In GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da Cunha (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRUNDTLAND, G.H. et al. (1988) **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Relatório. de 1987 da Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A revolução industrial**: tradição e ruptura; adaptação da economia e da sociedade; rumo a um mundo industrializado. São Paulo: Atual, 1987. 3 ed.

Carta de Atenas. **4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna**. Atenas. Novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2016.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Estatuto da Cidade: aprovação e implantação. **Cadernos Metrôpole**. n. 15, 1º sem. 2006. pp 25-47.

CASTELNOU, Antonio, **A Teoria do Urbanismo**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

CAZNOK, Joanna; ZANETTE, Vanilde Citadini; GONÇALVES, Teresinha Maria; SANTOS, Robson dos. Arborização das cidades: direito à biodiversidade e à cidade saudável - uma proposta para Criciúma (SC). In: GONÇALVES, Teresinha Maria; SANTOS, Robson dos (orgs) **Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares**. Criciúma, Ed. UNESCO, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. 2º ed. Goiânia: Ed.da UFG, 1999.

CHAUL, Nars Fayad. Goiânia: a capital do sertão. **Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia**. In. Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6. Disponível http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf

CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In: SILVA, Luiz Sérgio da Silva (org.). **Relações cidade-campo**: Fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**: prefácio de Teresina. Teresina: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

CHOY, Françoise. **O urbanismo**. Editora Perspecctiva: São Paulo, 2002.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas - teorias, conceitos e métodos de pesquisa.: In GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da Cunha (org). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CORDEIRO, Simone Lucena. Moradia Popular na cidade de São Paulo (1930-1940) - Projetos e Ambições. **Revista On Line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Ano 1. Abril de 2005. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica01.pdf> Acesso: em 08 de agosto de 2016.

CORREIA LIMA, Atílio Corrêa. **Goiânia - a nova capital de Goyáz**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

CORREIA LIMA, Atílio Corrêa. **Plano Diretor da Cidade**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

COSTA, Catarina. Teresina, a primeira capital planejada do país comemora seus 161 anos. **Portal G1**. 16/08/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/08/teresina-primeira-capital-planejada-do-pais-comemora-seus-161-anos.html> Acesso em: 20/12/2017.

CUEVAS, Maria Aparecida de Jesus. **Matas de Goiânia: levantamento cadastral das matas existentes e em potencial**. Goiânia: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2008.

DAHER, Tânia. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1889 a 1930**. São Paulo: Atual, 1991.

DOMINGOS, John Moreira. **Ciclovias: possibilidades de implantação em Goiânia**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. (Dissertação de mestrado).

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: um desenho urbano com a natureza**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonha do Brasil Oitocentista. **Historia** (São Paulo). V. 30, n. 1, p. 90-113, jan/jun 2011.

GALINDO, Evania Freire; FURTADO, Maria de Fátima. Cidades e sua águas: gestão articulada para a sustentabilidade ambiental. **Cadernos MetrÓpole**. n. 15, 1º sem. 2006. pp 71-88.

GALLI, Ubirajara. **A história do batismo cultural de Goiânia**. Goiânia: Ef. da UCG, 2007.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODÓI, Armando Augusto de. **Relatório sobre a conveniência da mudança da capital.** In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. **Goiânia: 50 anos.** Brasília: MEC-SESU, 1985.

HALL, Michael M; SPALDING JR, Hobart A. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina.** Volume IV: de 1870-1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano do século XX.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

HANS, Michael van Bellen. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã.** 2^o ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

KEMP, Tom. **A revolução industrial na Europa do século XIX.** São Paulo: Martin Fonte, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7^a ed. São Paulo, Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica.** 6^a ed. São Paulo, Atlas, 2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEMONS, Carlos A.C. **A república ensina a morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1999.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. *Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde.* Uberlândia/MG. Hygeia 10 (18): 264-272, Jun/2014.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde.** Uberlândia/MG. Hygeia 10 (18):1 264-272, Jun/2014.

MANSO, Celina Fernandes Almeida (org) **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico - dossiê de tombamento.** v. 2. Goiânia: SEPLAN, 2004.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. **Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea - um certo olhar.** Goiânia: Editora do Autor, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: Limites da Privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS JR. Osmar Pires Martins. **Arborização urbana & Qualidade de vida: classificação dos espaços livres e áreas verdes**. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

MARTINS JUNIOR, Osmar Pires. **Uma cidade ecologicamente correta**. Goiânia: AB, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

MASCARÓ, Juan Luis (org.) **Infraestrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MILARE, Edis. Um ordenamento jurídico para a qualidade de vida. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (coords). **Direito Urbanístico e Ambiental: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MOTA, Juliana da Costa. **Planos diretores de Goiânia, década de 1960: a inserção dos arquitetos Luis Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano**. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo no Departamento de Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, 2004. Disponível no site: [file:///C:/Users/Hamilton/Downloads/Dis_Juliana_Mota%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Hamilton/Downloads/Dis_Juliana_Mota%20(2).pdf) - acessado em 24 de outubro de 2016.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas**. Trad. de Neirl. Da Silva., 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUMFORD, Lewis. **A cultura das cidades**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1961.

NARDINI, Maurício José. **Parâmetros Legislativos para a Goiânia do Século XXI: a busca da efetivação das normas municipais**. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia:UFG, 2002. Disponível no site: https://ciamb.prgg.ufg.br/up/104/o/Mauricio_Nardini2002.pdf.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade dos sonhos: transformação espaciais e arquitetônicas em Teresina entre 1930 e 1945. **Pós-História**. v. 13 e 14, 2004.

NEIRA ALVA, Eduardo. **Metropoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910**. Tese de Doutorado. Franca-SP: Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2006. Disponível: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=98827 .

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. Ocupação, povoamento e o início do desenvolvimento dos meios de transportes no sul de Goiás, 1850-1930. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; MELLO, Marcelo de (Org.). **Território, cidades e cultura no cerrado**. Coleção tesuras do cerrado. Anápolis-GO: Universidade Estadual de Goiás, 2012.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **Parque Flamboyant: transformação da paisagem urbana em Goiânia/Goiás**. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, 2012.

OTTONI, Dácio Araújo Benedicto. Cidade-Jardim: formação e percurso de uma idéia. In: HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PALACIN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UCG, 1995

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976

PASTORE, José. **Brasília: a cidade e o homem, uma investigação sociológica sobre os processo de migração, adaptação e planejamento urbano**. São Paulo: Editora USP, 1969)

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Eustáquio; PIMENTEL, Márcia; ALVARENGA, Ana Isabel; SANTOS, Maria do Carmo Horácio dos. **Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000**. 2011 - Disponível no site: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/REIS_EUSTAQUIO_JOSE_R_ET_AL.pdf - acessado em 02/03/2016.

RIOUX, Jean Pierre. **A revolução industrial: 1780-1880**. São Paulo, Pioneira, 1975.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **Sustentabilidade em questão: Economia, sociedade e meio ambiente**. Jundiáí, Paco Editorial: 2011.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: Legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

SAIA, Luis Jorge Consultores Associados. **Plano de Desenvolvimento Integrado: estudo preliminar**. 1962.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Latina, 1850-1930. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**. Volume IV: de 1870-1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **Casos sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SENETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **LITERATURA COMO MISSÃO: tensões sociais e criação cultura na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo. A revolução de 1930 e do discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o oeste. **Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul/dez. 2013. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/viewFile/19799/14707. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

SILVA, Luíz Sérgio Duarte da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

SILVA, Robson Roberto da. São Paulo - uma cidade no processo de segregação sócio-cultural e urbanístico no início do século XX. **Revista On Line história e-história**. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=416#_ftn2 Acesso em: 08 de agosto de 2016.

SILVA, Sandro Dutra e. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia BelémBrasília.In. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. ANPUH/Seção n.º 23, 2014. Disponível no site: http://www.anpuh-sc.org.br/revfront_23_sumario.htm - acessado em 15/11/2015.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOLAREVISKY, Raniê; LIMA, Silvânia. Região metropolitana, quem assume o espaço de confluência das urbes? **UFG afirmativa** n.7, 2013, pp 16-19.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

TEIXEIRA, Carlos M. **Em obras: História do Vazio em Belo Horizonte**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.

WILHEIM, Jorge Consultores Associados. **Plano de Desenvolvimento Integrado: estudo preliminar**. 1968.

WILHEIM, Jorge Consultores Associados; SERETE S.A. Engenharia. Plano de Desenvolvimento Integrado. 1969.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL, [LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916](#). Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impresao.htm Acesso em: 20 de outubro de 2016

[BRASIL, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil Vol. I \(1908/1912\) - Território e População. Typografia da Estatística: Rio de Janeiro, 1916. p. 253. Disponível em: \[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf\]\(http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf\) Acesso em: 11 de agosto de 2016.](#)

[BRASIL, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil - Goyaz, 1872. Disponível em <https://archive.org/details/memoriaestadisticadobrasil> Acesso em 01/03/2016.](#)

BRASIL. Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm Acesso: 20 de outubro de 2016.

BRASIL. Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 20 de outubro de 2016.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Institui o Estatuto das Cidades. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CRL - Center of Research Libraries - **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinaria de 1858** pelo exm. presidente da provincia, dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira. Goyaz, Typ. Goyazense, 1858. Disponível <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/307/000060.html>; Acesso em 01/03/2016.

CRL - Center of Research Libraries. **Mensagem 1918** - Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz na segunda sessão legislativa de 13 de maio de 1918 pelo Desembargador João Alves de Castro. Presidente do Estado. Typografia da Correio Oficial: Goyaz, 1918. p. 55 - Disponível no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u197/000055.html> - Acesso em 02/03/2016.

GOIÂNIA. Decreto-Lei 90-A de 30 de julho de 1938. Sistema de Informação Geográfica de Goiânia - Docs.

GOIÂNIA. Lei 4.523 de 31 de dezembro de 1971. Aprova Plano Integrado de Goiânia.

GOIÂNIA. Lei 5.245, de 16 de maio de 1977. Dispõe sobre os fundos de vale. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/Livros/li_19750419_000001975.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GOIÂNIA. Lei Complementar n. 031, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município de Goiânia e estabelece outras providências urbanísticas. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1994/lc_19941229_00000031.html Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GOIÂNIA. Lei Complementar n. 171 de 29 de maio de 2007. Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências. Disponível: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2007/lc_20070529_00000171.html Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GOIÂNIA. Lei Completar 015, de 30 de dezembro de 1992. Define as diretrizes de Desenvolvimento para o Município e a Política Urbana, aprova o Plano Diretor, institui os Sistemas de Planejamento Territorial Urbano e de Informações Territoriais do Município, e dá outras providências. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1992/lc_19921230_00000015.html Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GOIÂNIA. Lei n. 5.735, de 19 de dezembro de 1980. Dispõem sobre divisão de áreas urbanas e suburbanas de Goiânia. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/1980/lo_19801219_000005735.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2016.

GOIÁS. Decreto 2.737, de 20 de dezembro de 1932. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/historia/goiania/decreto_2737.pdf. Acesso em 19 de outubro de 2016.

GOIÁS. Decreto 3.547, de 06 de julho de 1933. Disponível em http://www.gabinetecivil.go.gov.br/historia/goiania/decreto_3547.pdf Acesso em: 19 de outubro de 2016.

Goiás. Decreto n. 3.359 de 18 de maio de 1933. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/historia/goiania/decreto_3359.pdf Acesso em 19 de outubro de 2016.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Sócio Econômicos. **População residente por situação do domicílio no Estado de Goiás - 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000 - 03** Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/anuario/2003/demografia/tabela10.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

Instituto de Planejamento Municipal - IPLAN. Plano de Desenvolvimento Integrado 2000: Estudos Ambientais. 1991.

Prefeitura de Goiânia. Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAM. Plano Diretor de Goiânia: Relatório técnico. Goiânia: Editora América Ltda, 2007.